



CONCORRÊNCIA

Nº 95017/2026-SFIL

CONTRATANTE (UASG)

Município de Guarulhos

OBJETO

Contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura para elaboração de estudos técnicos, levantamentos de campo, sondagens, projetos básicos, projetos executivos e documentos técnicos correlatos destinados à requalificação do Corredor de Ônibus Pimentas e à implantação dos Terminais Urbanos Santa Helena Bonsucesso no Município de Guarulhos/SP

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 01/07/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Técnica e preço

MODO DE DISPUTA:

Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não se aplicam as disposições do art. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

**CONCORRÊNCIA Nº 95017/2026 - SFIL****PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 1124.2026/0002206-0**

Torna-se público que o Município de Guarulhos, por meio da Subsecretaria de Licitações e Contratos, sediado à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP – CEP 07111-080, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação deverá ser fornecido na forma e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. É parte integrante dos serviços:

1.2.1. O fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessários ao serviço descrito, nas planilhas do **ANEXO IV – Planilha de Quantitativos e Preços Máximos da PMG**;

1.2.2. O transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra até o local dos serviços;

1.2.3. Na entrega final dos produtos – relatórios, projetos e levantamentos – deverão ser entregues em 3 (três) vias impressas - assinadas e vistadas e 03 (três) arquivos digitais em mídia (CD) com a respectiva assinatura digital no formato DWG (Auto Cad) e PDF, formato A1 ou A0 quando necessário.

1.3. As empresas deverão disponibilizar equipes e equipamentos necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido.

1.4. A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, às normas técnicas da ABNT, às disposições constantes das especificações do **Termo de Referência - ANEXO III**, além das diretrizes da fiscalização e todas as demais condições e anexos deste edital.

1.5. Na hipótese de ser necessária a qualquer título a utilização de serviços não constantes do **ANEXO IV – Planilha de Quantitativos e Preços Máximos da PMG**, serão observados se os mesmos são descritos na Tabela de Preços publicados na *SIURB JUL/25 SD*; *SINAPI FEV/26 SD*, *CPOS/CDHU NOV/25 SD*, *SICRO/DNIT JAN/26* e *acrescidos de BDI referencial de 24,00%*, e mantidas as mesmas condições da presente licitação. Em caso negativo, serão então compostos, de comum acordo, entre as partes, retroagindo-os a data base da planilha de quantitativos e preços máximos da PMG.



1.6. A vigência contratual iniciar-se-á na data da assinatura do contrato encerrando-se com o recebimento definitivo do objeto.

1.7. O prazo para execução total dos serviços será de **12 (doze) meses**, contados da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços.

1.8. O VALOR TOTAL ESTIMADO pela Administração para o objeto a ser contratado, **incluso o BDI referencial de 24,00% é de R\$ 8.029.953,14** (oito milhões, vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e três reais e quatorze centavos).

1.8.1. Para a referida contratação, deverá ser prestada garantia será de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme previsto no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/21 no ato da assinatura do contrato. Quando a opção da garantia for na modalidade prevista seguro-garantia, o contratado terá o prazo de até 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

1.9. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E REGIME DE EXECUÇÃO:

1.9.1. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

- 1575 - 1091.2645100221.021.05.1000380.449051.0985

1.9.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Os serviços serão realizados sob o regime de execução indireta de **empreitada por preço global**, na forma do artigo 46, II, da Lei nº. 14.133/21.

1.10. EMBASAMENTO LEGAL: O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições, bem como demais normas complementares aplicáveis:

- Lei Federal nº 14.133/21

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm)

- Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm)

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do



órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.5.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

a) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.5.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

a) O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



2.5.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

a) A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.5.12. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

2.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.4. e 2.5.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7. O disposto nos itens 2.5.4. e 2.5.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



3.2. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.5 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

3.5.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;



3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2. ou 3.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de



julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

3.11. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 6.14.1.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os requisitos constantes no ANEXO II – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

4.2. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2.1. valor global;

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4.1 Todos os valores deverão ser apresentados em Reais (R\$), incluído no preço global da proposta todos os custos, impostos, fretes e toda e qualquer despesa que vier a incidir sobre o objeto licitado, inclusive o BDI.

4.4.2. O preço proposto constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços mencionados no objeto desta licitação, incluindo BDI e despesas indiretas.

4.5. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para



manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 8.3. deste Edital.

5.2.1 Eventual postergação do prazo a que se refere o item 5.2. deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.5.1 SICAF; e

5.5.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

5.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

5.6.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

5.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.7.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

5.7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.8. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

5.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o



Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6. deste edital.

5.10. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

5.11. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

5.12. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

5.12.1. indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas;

5.12.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

5.13. Serão desclassificadas as propostas que:

5.13.1. contiverem vícios insanáveis;

5.13.2. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.13.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.13.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.13.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.14. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

5.15. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas no Anexo II deste edital (art. 27, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

5.16. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada (art. 26, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

5.17. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT) conforme o ANEXO II – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS.



5.18. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

5.19. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.18.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

5.19.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.19.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.20. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.20.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

5.20.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

5.20.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

5.20.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

5.21. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.22. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.22.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com



os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

5.22.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

5.22.3 Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

5.22.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

5.22.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

5.23. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

5.23.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.23.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.24. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.25. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Comercial (NC), conforme o ANEXO II – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS



5.26. Após análise das Propostas Técnica e Comercial (NT e NC), será estabelecida a Nota Final da Proposta (NF), de acordo com a média ponderada das avaliações, conforme o ANEXO II – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

5.27. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 5.2. e 5.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

5.28. Será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.28.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

5.28.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

5.29. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.30. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência.

5.30.1 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

5.30.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



5.30.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.30.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.30.5. No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

5.30.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.31. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.31.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

5.31.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.31.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.31.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

5.31.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.31.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.31.2.2. empresas brasileiras;



5.31.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.32. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.33. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.34. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

5.34.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.34.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.35. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

5.36. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

5.37. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.

5.38. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.39. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.40. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

5.41. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a



verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.42. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

I. Jurídica;

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- c) Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II. Técnica: a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

- a) prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
- b) registro ou inscrição na entidade profissional competente:
 - b1) Original ou cópia autenticada da Certidão de Registro de pessoa jurídica e de seus responsáveis técnicos, junto a entidade competente (CREA/CONFEA ou CAU) da região a que estiverem vinculados.
 - b2) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil, apresentando como documento de habilitação uma declaração do compromisso assumido.
- e) indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
 - e1) A comprovação do vínculo dos profissionais indicados deverá se dar antes da ordem de início dos serviços conforme a Súmula 25 do TCESP



f) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

III. Fiscal, social e trabalhista;

- a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

IV. Econômico-financeiro.

- a) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b1) Considera-se último exercício social, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentados (mecanicamente) até o dia 30 (trinta) de abril do ano subsequente e, no caso de serem transmitidos através do Sistema Público de Escrituração (Sped), até o último dia do mês de junho do ano subsequente, conforme Instrução Normativa RFB 2003/21, salvo disposição em contrário.

b2) Serão considerados como legais o balanço e as demonstrações contábeis (mecanicamente) assim apresentados:

- i) pelas sociedades anônimas: publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada; ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- ii) pelas sociedades por cotas de responsabilidade limitada: fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou



autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

iii) pelas sociedades criadas no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

iv) No caso do balanço patrimonial e demonstrações contábeis serem transmitidos através do Sistema Público de Escrituração (Sped), deverão estar acompanhados do respectivo recibo de entrega.

b3) A boa situação financeira será comprovada com as demonstrações a seguir, calculadas pelas seguintes fórmulas, cujo memorial deverá ser juntado ao Balanço Patrimonial e estar acompanhado de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital:

- Índice de Liquidez Geral (LG) superior ou igual a 1,00

- Índice de Liquidez Corrente (LC) superior ou igual a 1,00

- Índice de Solvência Geral (SG) superior ou igual a 1,00

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

PC+PNC

$$SG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

PC+PNC

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

PC

onde: AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

AT = ATIVO TOTAL

PNC = PASSIVO NÃO CIRCULANTE

RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

b4) os documentos exigidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b5) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

c) Capital social mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

V. - Documentação complementar

a) Declaração formal conforme ANEXO I – A

6.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



6.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência/Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

6.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, autenticação digital ou a publicação em órgão da imprensa na forma da lei.

6.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

6.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.11. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser



contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

6.12. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

6.12.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.13.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.14. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

6.15. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

6.15.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

6.16. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item , poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até no mínimo 02 (duas) horas, para:

6.16.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

6.16.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.16.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;



6.16.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

6.16.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

6.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

6.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.18. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará as propostas do licitante subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de propostas que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.14.1.

6.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

6.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

6.23. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

a) Serão aceitas certidões positivas de débito, com efeitos de negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.

b) A documentação, conforme o caso, deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas Federal, Estadual e Municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (números de inscrição no C.N.P.J., I.E. e C.C.M.).

c) A aceitação dos documentos obtidos via "internet" ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Subsecretaria de Licitações e Contratos.



d) Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.

e) Os documentos exigidos para habilitação, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento.

6.24 No caso de participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas serão acrescentados os seguintes procedimentos:

a) As licitantes deverão comprovar, a sua condição de ME, EPP ou EQUIPARADAS por todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente (CNPJ, documento da Junta Comercial, por exemplo).

b) As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas deverão apresentar, todos os documentos de habilitação exigidos, mesmo que apresentem alguma restrição, devendo estas serem sanadas no prazo definido neste edital.

b1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar 123/2006.

b2) A não regularização da documentação, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme art. 43, §2º da Lei Complementar 123/2006.

c) A não comprovação da sua condição de ME, EPP e EQUIPARADAS e/ou não regularização dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a licitante estará sujeita às sanções legais, ficando sujeita inclusive ao impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.24.1. Os incisos acima não serão aplicados quando o valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte conforme ao art. 4º, §1º da Lei 14.133/21.

6.25. No caso de participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15. da Lei 14133/21, serão observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;



II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

VI - Para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

a) O acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

VII - O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso.

VII a - O prazo para comprovação da constituição do consórcio será de até 15 (quinze) dias úteis, contados da convocação que será realizada por e-mail.

VII b - Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceite da Administração.

VIII - A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

7. DO TERMO DE CONTRATO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

7.3. Os prazos do item 7.2. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico/Minuta de contrato.

7.5. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin (somente quando o recurso for de origem Federal) e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7.5.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



9. AS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.6. fraudar a licitação;

9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

9.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais



servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licita.guarulhos@gmail.com, podendo a sua confirmação ser feita através do telefone (11) 2423-8623 – Seção Técnica de Apoio às Licitações ou protocolada até às 16h30min do último dia do prazo, na Secretaria de Finanças na Seção Administrativa de Expediente da Subsecretaria de Licitações e Contratos, Sítio à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP - CEP 07111-080.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoes.guarulhos.sp.gov.br/todaslicitacoes/> ou <https://www.guarulhos.sp.gov.br/transparencia/consulta-de-licitacoes>.

11.11. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração, conforme previsto no art. 122 da Lei 14.133/21, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

11.11.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

11.11.2. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou



civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

11.11.3. A subcontratação só será permitida até o limite financeiro de 20% do valor total do contrato.

11.11.3.1 Os serviços que podem ser subcontratados são os referentes às atividades acessórias, cujo serviço especializado não caracteriza a essência do objeto do contrato.

11.12 A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto no Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022 que trata da Política de Segurança da Informação, devendo cumprir todas as diretrizes e responsabilidades nele estabelecidas.

11.13. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro da Comarca de Guarulhos.

11.14. É facultada ao agente/comissão ou à autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

11.15. Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Declarações

ANEXO II – Critérios de Pontuação das Propostas Técnicas

ANEXO III - Termo de Referência

Anexo III – A – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO IV – Planilha de Quantitativos e Preços Máximos

Anexo IV – A – Cronograma Físico Financeiro

Anexo IV – B – BDI

Anexo IV – C – Acórdão



ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Guarulhos, 06 de maio de 2026

GLAUCO LUIZ SILVA
SUBSECRETÁRIO
Subsecretaria de Licitações e Contratos



ANEXO I

DECLARAÇÕES



ANEXO I - A

MODELO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Concorrência nº

Processo Administrativo nº

Objeto:

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA:

- a) não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021.
- b) não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;
- c) está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;
- d) é responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante _____

RG do representante _____



ANEXO I - B

MODELO DE DECLARAÇÃO APARELHAMENTO TÉCNICO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Concorrência nº

Processo Administrativo nº

Objeto:

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que disponibilizará as instalações e aparelhamento adequados disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como indica o pessoal técnico com a respectiva qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme abaixo:

.....

.....

.....

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante _____

RG do representante _____



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO II

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

ANEXO II CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO - PROPOSTA TÉCNICA:

1. Do Julgamento

1.1. A licitação será julgada pela Comissão de Contratação – devidamente assessorada pelos técnicos da Secretaria de Mobilidade Urbana, nos termos dos parágrafos e incisos dos artigos 7º e 8º da Lei 14.133/21.

1.2. A Secretaria de Mobilidade Urbana designará membros técnicos para assessorar o julgamento das Propostas Técnicas, definindo um relator entre eles. O resultado da avaliação será encaminhado à Comissão de Contratação por meio de relatório circunstanciado, assinado por todos os membros técnicos.

1.3. Com base nos documentos apresentados, será inabilitada a licitante que deixar de apresentar qualquer documento exigido no edital, ou o fizer de maneira incompleta, incorreta, com borrões, rasuras, entrelinhas, em desacordo com este Termo de Referência, com validade vencida, ou ainda qualquer outro vício que o invalide.

1.4. A avaliação de Propostas Técnicas será feita tópico por tópico e serão levadas em consideração a clareza, a objetividade, a qualidade da apresentação da proposta, sua consistência e o atendimento às especificações previstas nos itens “Conhecimento do Problema”, “Plano de Trabalho e Metodologia”, “Equipe Técnica Profissional” e “Experiência Profissional”.

1.5. A pontuação relativa aos itens “Conhecimento do Problema” e “Plano de Trabalho e Metodologia” será de no máximo 60 (sessenta) pontos.

1.6. Para os itens “Conhecimento do Problema” e “Plano de Trabalho e Metodologia”, na atribuição de notas referentes aos aspectos básicos a serem avaliados, a Comissão de Contratação e Técnicos designados, deverão atribuir notas em números inteiros, de acordo com a seguinte tabela de referência, após será extraída a média aritmética dos itens “Conhecimento do Problema” e “Plano de Trabalho e Metodologia”:

2. Conhecimento do problema

I. CONHECIMENTO DO PROBLEMA		Pontuação máxima: 30 PONTOS	
Subitem	Pontos Máximos	Critério de Pontuação	
a) Descrição e análise da situação geral do escopo contratado, envolvendo informações das localizações, entornos e região de estudos. Características dos projetos propostos.	20	ÓTIMO – 20 PONTOS BOM – 10 PONTOS REGULAR – 5 PONTOS INSATISFATÓRIA – 0 PONTO	
b) Potenciais problemas que podem ocorrer no desenvolvimento e implantação do projeto e como mitigá-los e/ou eliminá-los.	10	ÓTIMO – 10 PONTOS BOM – 5 PONTOS REGULAR – 2 PONTOS INSATISFATÓRIA – 0 PONTO	
Subtotal	30		

Para a avaliação do texto proposto para os itens a) e b) do Conhecimento do Problema serão considerados os seguintes aspectos para a atribuição dos pontos:

ÓTIMO: Texto claro e objetivo, abordando corretamente todos os aspectos requeridos com indicação das referências bibliográficas e/ou legais mencionadas;

BOM: Texto claro e objetivo, abordando parcialmente e de forma correta os aspectos requeridos, sendo as abordagens faltantes e/ou incorretas sem impacto relevante para a matéria, com indicação das referências bibliográficas e/ou legais mencionadas;

REGULAR: Texto com pouca clareza, abordando parcialmente e de forma correta os aspectos requeridos, sendo as abordagens faltantes ou incorretas com impacto relevante para a matéria, com indicação das referências bibliográficas ou legais mencionadas;

INSATISFATÓRIA: Texto com pouca clareza, sem abordagem dos aspectos requeridos ou com abordagem incorreta de forma geral e sem indicação das referências bibliográficas e/ou legais mencionadas.

3. Plano de Trabalho e Metodologia

II. PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA		Pontuação máxima: 30 PONTOS
Subitem	Pontos Máximos	Critério de Pontuação
a) Metodologia de execução a ser adotada, em conformidade com o escopo e serviços previstos no Termo de Referência;	10	ÓTIMO – 10 PONTOS BOM – 5 PONTOS REGULAR – 2 PONTOS INSATISFATÓRIA – 0 PONTO
b) Descrição, detalhamento e planejamento do desenvolvimento das atividades	10	ÓTIMO – 10 PONTOS BOM – 5 PONTOS REGULAR – 2 PONTOS INSATISFATÓRIA – 0 PONTO
c) Fluxograma e cronograma das atividades	5	ÓTIMO – 5 PONTOS BOM – 3 PONTOS REGULAR – 1 PONTOS INSATISFATÓRIA – 0 PONTO
d) Estrutura organizacional e material proposto para execução das atividades, incluindo organograma e cronograma de permanência dos profissionais alocados nas atividades previstas.	5	ÓTIMO – 5 PONTOS BOM – 3 PONTOS REGULAR – 1 PONTOS INSATISFATÓRIA – 0 PONTO
Subtotal	30	

Para a avaliação do texto proposto para o item, a) e b) do Plano de Trabalho e Metodologia serão considerados os seguintes aspectos para a atribuição dos pontos:

ÓTIMO: Texto claro e objetivo, com descrição do plano de trabalho e metodologia de execução compatíveis e adequados com o Termo de Referência, abordando todas as etapas técnicas previstas;

BOM: Texto claro e objetivo, com descrição do plano de trabalho e metodologia de execução compatíveis e adequados com o Termo de Referência, abordando parcialmente as etapas técnicas previstas;

REGULAR: Texto com pouca clareza, com descrição do plano de trabalho e metodologia de execução parcialmente compatíveis com o Termo de Referência, abordando parcialmente as etapas técnicas previstas; **INSATISFATÓRIA:** Texto com pouca clareza, com descrição do plano de trabalho e metodologia de execução incompatíveis com o Termo de Referência.

Para a avaliação do texto proposto para o item, c) e d) do Plano de Trabalho e Metodologia serão considerados os seguintes aspectos para a atribuição dos pontos:

ÓTIMO: Apresentação do fluxograma, cronograma e organograma da equipe geral e da matriz de responsabilidade da equipe técnica de forma correta e compatível com o escopo do trabalho e as características específicas das atividades e dos produtos previstos;

BOM: Apresentação do fluxograma, cronograma e organograma da equipe geral e da matriz de responsabilidade da equipe técnica parcialmente compatível com o escopo do trabalho e as características específicas das atividades e dos produtos previstos;

REGULAR: Apresentação do fluxograma, cronograma e organograma da equipe geral e da matriz de responsabilidade da equipe técnica incompatível com o escopo do trabalho e as características específicas das atividades e dos produtos previstos;

INSATISFATÓRIA: Apresentação do fluxograma, cronograma e organograma da equipe geral ou da matriz de responsabilidade da equipe técnica.

4. Equipe Técnica Profissional

Coordenador Geral (Total geral: 20,0 pontos)

Tempo de Experiência (Total parcial: 10,0 pontos):

< 10 anos – 0 ponto

≥ 10 anos – 1,0 ponto

≥ 12 anos – 4,0 pontos

≥ 13 anos – 6,0 pontos

≥ 14 anos – 8,0 pontos

≥ 15 anos – 10,0 pontos

Experiência Específica (Total 10,0 pontos):

Elaboração de projetos de implantação de corredor de ônibus (01 atestado acompanhado de CAT)	5 pontos
Elaboração de projetos de terminal de ônibus (01 atestado acompanhado de CAT)	5 pontos

Engenheiro / Arquiteto Sênior Especialista em Infraestrutura (Total geral: 5,0 pontos)

Tempo de Experiência (Total parcial: 2,0 pontos):

< 8 anos – 0 ponto

≥ 8 anos – 1,0 ponto

≥ 10 anos – 2,0 pontos

Experiência Específica (Total parcial: 3,0 pontos):

Elaboração de projeto de corredor de ônibus (01 atestado acompanhado de CAT)	3 pontos
--	----------

Engenheiro / Arquiteto Sênior Especialista em Edificações (Total geral: 5,0 pontos)

Tempo de Experiência (Total parcial: 2,0 pontos):

< 8 anos – 0 ponto

≥ 8 anos – 1,0 ponto

≥ 10 anos – 2,0 pontos

Experiência Específica (Total parcial: 3,0 pontos):

Elaboração de projeto de corredor de ônibus (01 atestado acompanhado de CAT)	3 pontos
--	----------

5. Experiência Operacional

(Total geral: 10,0 pontos)

Elaboração de projetos de implantação de corredor de ônibus (01 atestado)	5 pontos
Elaboração de projetos de terminal de ônibus (01 atestado)	5 pontos

6. Nota da Proposta Técnica

A Nota Técnica (NT) será obtida pelo somatório da pontuação da licitante em cada uma das condições indicadas nos itens 2, 3, 4 e 5 e seus subitens, deste instrumento e serão observadas as seguintes pontuações máximas

Item		Pontuação máxima
a)	Conhecimento do problema	30 pontos
b)	Plano de trabalho	30 pontos
c)	Equipe Técnica Profissional	30 pontos
d)	Experiência Operacional	10 pontos
Total Máximo de Pontos		100 pontos

Ultrapassada a fase de julgamento da proposta Técnica envelope “A”, será aberto o envelope “B” –Proposta Comercial.

7. Avaliação e Pontuação das Propostas Comerciais

Serão desclassificadas as propostas comerciais que:

- Deixarem de apresentar qualquer um dos documentos exigidos neste edital, ou que os apresente em desacordo com o mesmo;
- Ofertarem vantagem não prevista no edital e/ou preço ou vantagem baseada na proposta de outra licitante;
- Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação nos termos do inciso III, art. 59, da Lei 14.133/21.

A nota da proposta comercial (NC) será determinada para cada licitante classificada utilizando a seguinte fórmula:

$$NC = 100 \times (A / P) \quad A = (V_o + M) / 2$$

Onde,

Vo = Valor Orçado pela SEMOB

M = Média dos preços das propostas das licitantes;

P = Preço da proposta comercial em avaliação.

A = 70 (Técnica)

.

- O quociente A/P terá seu valor máximo limitado a 1 (um) inteiro
- As notas serão consideradas com 02 casas decimais, desprezando-se as demais.
- As notas serão consideradas com 02 casas decimais, desprezando-se as demais.
- Total Máximo de Pontos = 100 pontos

8. Do Julgamento Final

Será considerada mais bem classificada a licitante que, tendo atendido a todas as exigências formais do edital, apresentar a maior **Nota Final (NF)**, obtida através da média ponderada entre a Pontuação Técnica e a Pontuação Comercial, obedecendo a seguinte fórmula:

$$NF = (a \times NT + b \times NC) / (a + b)$$
 Onde:

A = 70 (Técnica)

B = 30 (Preço)

NF = Nota Final Classificatória

NT = Nota da Proposta Técnica

NC = Nota da Proposta Comercial



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS VIÁRIOS

TERMO DE REFERÊNCIA_CONTRATAÇÃO

1. Fundamento

O presente Termo de Referência fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que identificou a necessidade de contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura para elaboração de estudos e projetos destinados à requalificação do Corredor Pimentas e à implantação dos Terminais Urbanos Santa Helena e Bonsucesso, no Município de Guarulhos.

A presente iniciativa visa assegurar melhorias efetivas na mobilidade urbana, priorizando o transporte coletivo, a segurança viária e a acessibilidade, em consonância com a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012), o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), o Plano Diretor e os instrumentos de planejamento urbano do Município, bem como com os princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e do interesse público.

A contratação observa ainda as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento da contratação pública, eficiência administrativa e governança.

A presente contratação está vinculada ao Programa Novo PAC – Desenvolvimento e Sustentabilidade, conforme Termo de Compromisso nº 968387/2024/MCIDADES/CAIXA, constituindo etapa preparatória essencial para viabilizar a futura execução das obras de mobilidade urbana no Município de Guarulhos.

2. Objeto:

O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura para elaboração de estudos, levantamentos de campo, investigações técnicas, projetos básicos, projetos executivos e documentos técnicos correlatos destinados à requalificação do Corredor de Ônibus Pimentas e à implantação dos Terminais Urbanos Santa Helena e Bonsucesso, no Município de Guarulhos/SP.

A contratação compreende o desenvolvimento integrado e multidisciplinar dos seguintes serviços:

Estudos de tráfego e impacto de vizinhança;

Levantamentos topográficos e cadastrais;

Investigações geológico-geotécnicas;

Projeto geométrico;

Projeto de pavimentação;

Projeto de drenagem;

Projeto de sinalização e segurança viária;

Projetos arquitetônicos, estruturais e de instalações dos terminais;

Projetos de urbanismo e paisagismo;

Cadastro de interferências e projetos de remanejamento de redes;

Elaboração de orçamentos, memoriais, especificações técnicas e demais documentos necessários à futura licitação das obras.

Os serviços deverão ser executados de forma integrada, garantindo a compatibilização entre todas as disciplinas técnicas envolvidas, visando à obtenção de soluções completas, executáveis e compatíveis com as diretrizes do planejamento urbano e de mobilidade do Município.

3. Justificativa da necessidade da contratação

A contratação visa suprir a ausência de projetos técnicos completos e compatibilizados, condição indispensável para viabilizar o processo de licenciamento, a captação de recursos externos e a futura execução das obras.

Sem a elaboração prévia dos estudos de tráfego, levantamentos topográficos, investigações geotécnicas, projetos de pavimentação, drenagem, geometria viária, sinalização, arquitetura, estruturas, acessibilidade, instalações e orçamento detalhado, não é possível promover a adequada instrução do processo licitatório para execução das intervenções.

O objeto compreende a contratação integral de empresa especializada para o desenvolvimento de todos os estudos e projetos necessários à implantação de aproximadamente 14,3 km de corredor estruturado, bem como de dois terminais de integração, incluindo infraestrutura associada e elementos complementares.

A contratação está vinculada ao Programa Novo PAC – Desenvolvimento e Sustentabilidade, constituindo etapa preparatória essencial para viabilizar a aplicação dos recursos federais e a execução das obras previstas.

A elaboração integrada dos projetos permitirá:

Maior precisão na definição de quantitativos e custos;

Redução de riscos de aditivos contratuais;

Minimização de retrabalhos e incompatibilidades técnicas;

Segurança jurídica e técnica para o processo licitatório das obras.

A contratação é certa, determinada e vinculada a empreendimento específico, não se tratando de demanda eventual ou imprevisível, razão pela qual não se enquadra como Sistema de Registro de Preços.

O prazo estimado para execução dos serviços técnicos é de até 12 (doze) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço, período suficiente para realização dos levantamentos de campo, elaboração dos estudos técnicos, desenvolvimento do Projeto Básico, posterior detalhamento em Projeto Executivo e atendimento às revisões e ajustes demandados pela fiscalização.

A contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico municipal na área de mobilidade urbana, às diretrizes do Plano Diretor e do Plano Municipal de Mobilidade, bem como às disposições da Lei nº 12.587/2012, que estabelece a priorização do transporte coletivo e dos modos sustentáveis.

Dessa forma, a contratação mostra-se tecnicamente necessária, juridicamente fundamentada e estrategicamente prioritária, constituindo etapa indispensável para viabilizar a implantação do Corredor Pimentas e dos Terminais Bonsucesso e Santa Helena, assegurando adequado planejamento, redução de riscos na execução futura e melhoria estrutural da mobilidade urbana no Município de Guarulhos.

4. Quantidade:

A quantidade a ser contratada corresponde a 01 (um) serviço técnico especializado, compreendendo a elaboração integral dos estudos técnicos preliminares, levantamentos, projetos básicos e executivos e demais documentos necessários à implantação do Corredor de Ônibus Pimentas e dos Terminais Bonsucesso e Santa Helena, no Município de Guarulhos.

A definição da quantidade decorre diretamente da necessidade identificada nos Estudos Técnicos Preliminares, os quais demonstram que o objeto constitui solução única, integrada e de natureza indivisível e interdependente, envolvendo aproximadamente 14,3 km de corredor estruturado e 02 (dois) terminais de integração, com todas as disciplinas técnicas correlatas (tráfego, topografia, geotecnia, pavimentação, drenagem, sinalização, arquitetura, estruturas, instalações e orçamento).

Por se tratar de contratação de serviço técnico de engenharia com escopo global e interdependente, a fragmentação em múltiplos contratos comprometeria a compatibilização técnica, aumentaria os riscos de inconsistências entre projetos, ampliaria os custos administrativos e de fiscalização e poderia gerar retrabalho e sobreposição de responsabilidades.

A contratação em lote único proporciona maior eficiência técnica, melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis e racionalização dos custos indiretos de mobilização e gestão contratual.

Nos termos do art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a não adoção do parcelamento do objeto, uma vez que a divisão comprometeria a viabilidade técnica e a adequada execução do contrato.

A quantidade prevista é suficiente e necessária para atender integralmente à demanda do empreendimento, evitando tanto a subcontratação quanto o superdimensionamento do objeto, assegurando economicidade e precisão no planejamento da contratação.

Não se trata de Sistema de Registro de Preços, uma vez que a demanda é específica, previamente delimitada e vinculada a empreendimento estruturante determinado.

Item	Unid.	Quant.	Descrição	CATMAT/CATSER (NÃO É CLASSE NEM GRUPO)

5. Especificação do objeto

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

A contratação compreende a elaboração integrada e multidisciplinar dos seguintes estudos e projetos:

- Estudos de tráfego e estudo de impacto de vizinhança;
- Levantamentos topográficos e cadastrais;
- Investigações geológico-geotécnicas;
- Projeto geométrico;
- Projeto de pavimentação, incluindo avaliação estrutural do pavimento existente;
- Projeto de drenagem urbana;
- Projeto de sinalização e segurança viária;
- Projetos arquitetônicos, estruturais e de instalações dos terminais urbanos;
- Projetos de urbanismo e paisagismo;
- Cadastro de interferências e projetos de remanejamento de redes de infraestrutura;
- Elaboração de orçamentos, memoriais descritivos, memoriais de cálculo, especificações técnicas e cronogramas físico-financeiros.

Os serviços deverão ser executados de forma integrada, garantindo a compatibilização entre todas as disciplinas técnicas, de modo a assegurar a viabilidade técnica, econômica e operacional do empreendimento.

Os produtos deverão apresentar nível de detalhamento suficiente para subsidiar a futura licitação das obras, não sendo admitidas soluções genéricas ou incompletas.

O escopo da contratação abrange todas as atividades necessárias ao desenvolvimento completo dos projetos, desde os levantamentos iniciais até a consolidação dos documentos técnicos finais.

As referências técnicas foram elaboradas pela SEMOB de modo a nortear o desenvolvimento de seu objeto conforme descrição deste Termo de Referência (TR), além de subsidiar a elaboração do edital para a instauração de procedimento licitatório.

O novo corredor faz parte do Programa NOVO PAC Desenvolvimento e Sustentabilidade, Termo de Compromisso nº 968387/2024/MCIDADES/CAIXA, integrante do Programa de Mobilidade Urbana a ser implantado pela Secretaria de Mobilidade Urbana – SEMOB no Município de Guarulhos.

- **Corredor Pimentas:** O traçado a ser requalificado corta as principais vias arteriais da região (Av. Juscelino Kubitschek e Av. Pascoal Thomeu) além de outras vias coletoras, perfazendo um total de aproximadamente 14,30 km de corredor de ônibus

Figura 1: Ruas (Início: Av. Pascoal Thomeu – altura com a Av. Florestan Fernandes / Final: Av. Santana da Boa Vista – encontro com a Av. Santos Dumont) – Google Earth


Legenda:

Av. Paschoal Thomeu
Estrada Presidente Juscelino K. de Oliveira
Rua Joaquim Moreira
Rua José Caetano da Cruz
Rua Adriano dos Santos Cavalcanti
Rua Dr. Alberto de Melo Seabra
Rua Cruz das Graças
Rua Pedrinhas
Av. José Miguel Ackel
Rua Centenário
Rua São Bartolomeu
Rua Santa Ana
Estrada Pimentas São Miguel
Estrada Velha Guarulhos São Miguel
Rua Itatira
Rua Venâncio Ares
Rua Crato
Rua Missouré
Rua Pereiro
Av. Nova Cumbica
Av. Santana da Boa Vista

- **Terminal Urbano Santa Helena:** Área pública localizada na Estrada Velha Guarulhos - São Miguel. (Aproximadamente: 25.000,00m²)

Figura 2: Localização: área da implantação do Terminal Santa Helena

- **Terminal Urbano Bonsucesso:** Área em processo de desapropriação, localizada na esquina da Av. Paschoal Tomeu com a rua projetada (ETE Sabesp) - Bonsucesso, próximo a futura estação da CPTM (Linha 14 - Ônix) e a estação da CPTM Linha 13 - Jade. Distância média de 350,00m das estações de trem. (Aproximadamente: 13.500,00m²)

Figura 3: Localização: área da implantação do Terminal Bonsucesso

Os novos Terminais Urbano consistem em pavimento único sendo:

- Pavimento Térreo: será constituído basicamente por plataformas de embarque e desembarque de passageiros, administração, bilheteria, salas operacionais, sanitários públicos, bicicletário, sanitários de funcionários, mobiliário urbano, equipamentos, calçada, arborização e circulação.

Os projetos dos novos terminais deverão apresentar uma edificação com cobertura leve (de preferência em estrutura metálica e/ou mista, se possível modular), fechamentos parciais e ampla ventilação natural.

A arquitetura deverá buscar simplicidade construtiva, funcionalidade e economia, garantindo acessibilidade universal e segurança operacional.

Os ambientes deverão ser concebidos para permitir fluxos independentes de passageiros e veículos, com áreas destinadas à operação, administração e apoio técnico.

As soluções a serem adotadas deverão priorizar:

- Eficiência operacional, com fluxos otimizados e plataformas amplas;
- Conforto térmico e visual, com ventilação cruzada e iluminação natural difusa;
- Acessibilidade universal, conforme NBR 9050 e NBR 16537;
- Compatibilidade com o entorno urbano, considerando o traçado viário, mobiliário e paisagismo;
- Sustentabilidade, mediante uso racional de materiais, drenagem eficiente e verificar possibilidade de sistemas de reuso de água e energia solar.

As melhorias previstas neste programa devem constituir um conjunto específico de intervenções que têm como objetivo expandir e aprimorar o sistema de transporte público coletivo, ampliar o sistema viário estrutural, conectando as regiões periféricas às demais regiões da cidade, visando à estruturação dos corredores de ônibus e terminais urbanos.

Neste sentido, a implantação do corredor Pimentas busca integrar o sistema de mobilidade que envolve os corredores existentes da Av. Papa João Paulo (em implantação) com a Av. Santos Dumont (já concluído), além da implantação de 02 (dois) novos terminais urbanos de ônibus, bem como conectar o sistema integrado de transporte público coletivo aos modais rodoviários com os ramais ferroviários das linhas 13 (Jade) e 14 (Ônix) da CPTM, com vistas a ampliar a mobilidade e a acessibilidade dos usuários à rede metropolitana de transportes públicos.

O Plano Diretor de Guarulhos bem como nos estudos de revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo trazem mudanças importantes para o desenvolvimento urbano de nossa cidade. O novo marco legal, ao estabelecer em sua estratégia o desenvolvimento de áreas prioritárias de estruturação urbana, consolida novos adensamentos articulados à infraestrutura de transporte coletivo. Ao longo destas áreas será concentrado o processo de adensamento demográfico e urbano com potencial para desenvolvimento econômico, para garantir um desenvolvimento urbano equilibrado entre as várias regiões do município.

Na orientação dos vetores de crescimento ou de adensamento urbano, o Plano de Mobilidade Urbana da Cidade Guarulhos, considera a integração entre as ações de planejamento urbano com o planejamento da mobilidade urbana, onde busca verificar as expectativas da população, a fim de que estas fossem atendidas com o PMU proposto. A expansão do sistema de transporte não deve, no entanto, estimular ocupações em áreas de proteção ou preservação ambiental; em áreas de proteção aos mananciais; parques, faixas de preservação permanentes e áreas de risco ou insalubres.

Como principais resultados esperados, a redução de viagens pendulares centro bairro, a redução da intensidade do uso do automóvel e maior utilização do sistema de transporte coletivo.

1. ESCOPO DOS SERVIÇOS

Os serviços a serem contratados deverão ser elaborados com base nas informações, seguindo as diretrizes da SEMOB, os planos específicos das concessionárias de serviços públicos e demais órgãos públicos, assegurando sua viabilidade técnica e a avaliação dos custos das obras, além da definição dos métodos construtivos e do prazo de execução.

Os projetos a serem elaborados deverão atender aos seguintes condicionantes:

- Apresentação de soluções técnicas globais e localizadas, perfeitamente detalhadas;
- Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como as suas especificações;
- Agregar informações que possibilitem a definição de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra;
- Fornecer subsídios para mitigação dos impactos ambientais que poderão ocorrer;

- Compatibilização dos projetos com outras intervenções e projetos de concessionárias e outros órgãos municipais;
- Promover ações que harmonizem o transporte coletivo no meio urbano;
- Preservar exemplares arbóreos, promover a arborização das vias e garantir a manutenção das áreas permeáveis;
- Promover segurança e conforto aos usuários na garantia da acessibilidade universal aos meios de transporte, no tratamento dos passeios, calçadas e travessias ao longo do corredor.

A gestão e fiscalização dos estudos e projetos serão realizados pela SEMOB, a quem caberão as diretrizes e decisões de projeto. Todos os projetos deverão ser encaminhados pela Contratada a SEMOB, que realizará gestão e o encaminhamento para a aprovação dos documentos às áreas técnicas, conforme a especialidade do projeto.

Os projetos deverão atender integralmente à legislação e normas técnicas vigentes.

A Contratada deverá executar o detalhamento dos elementos necessários à implantação do empreendimento e incorporar os detalhes necessários de produção dependendo do sistema construtivo. O resultado deve ser um conjunto de informações técnicas claras e objetivas sobre todos os elementos, sistemas e componentes do empreendimento.

Os projetos complementares deverão atender ao previsto na norma NBR 9050 da ABNT quanto à acessibilidade aos diversos locais e edificações para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e obedecer à legislação e normas técnicas vigentes, bem como sua aprovação junto aos órgãos competentes.

Os serviços a serem contratados consistem na elaboração do plano de trabalho, realização de estudo de tráfego, levantamentos de campo, projeto básico e projeto executivo, abrangendo desenhos, especificações técnicas de materiais e serviços, memoriais descritivos e de cálculo, cadernos de encargos, orçamentos, incluindo levantamento de quantitativos com memória e elaboração de listas de materiais, cronogramas físico-financeiros dos serviços, avaliações técnico-econômicas de alternativas, além da execução de levantamentos cadastrais necessários.

1. Diretrizes Gerais para o Projeto

A requalificação do Corredor de Ônibus aqui tratada prevê faixas preferenciais (permite o tráfego de outros veículos, desde que a preferência seja sempre do transporte público). Preferencialmente executadas em concreto nos pontos de parada, com melhorias de seu acabamento na camada superficial em seus acessos, proporcionando aumento da segurança operacional, aumento da capacidade de transporte, melhor fluidez e desempenho.

Além das melhorias e integração com outros modais de transporte, incluídas as redes municipais de ônibus metropolitano, o empreendimento visa à circulação em corredores com faixas segregadas por sinalização melhorada e paradas localizadas à direita das pistas. Os projetos devem seguir diretrizes a fim de apresentar vantagens inequívocas sobre a infraestrutura hoje disponível, tais como:

- Aumentar a velocidade média dos ônibus, com ganhos de tempos de viagem e redução de custos operacionais;
- Ausência de interferências com outros veículos invadindo a faixa da direita antes do permitido para conversão das vias transversais, eliminando paradas não permitidas com operações de carga e descarga fora de horários, ou ainda, com embarque e desembarque de passageiros não autorizados;
- Regularidade do desempenho dos ônibus nos trechos reservados, estimando-se uma velocidade média estável que pode atingir até por volta de 24 km/h, inclusive nos horários de pico, independente do grau de saturação do restante do tráfego na via;
- Maior conforto aos usuários do transporte coletivo à espera da condução;
- Eliminação do conflito nas calçadas entre usuários esperando ônibus e pedestres circulando ao longo da via. A paginação de piso e sinalização nos percursos deverão compor a solução de tratamento dos passeios e travessias do projeto;

- Melhor qualidade da pavimentação da via, especialmente da faixa de ônibus, com redução de solavancos dos veículos e consequente aumento no conforto para os usuários do transporte coletivo. Deverá receber especial atenção a compatibilização do projeto de pavimentação com redes e PVs de concessionárias e com a vala técnica.
- Melhor alternativa para dimensionamento do pavimento rígido na área da parada alinhada ao passeio lateral a ser reconstruído, adequado e regularizado ao longo da avenida. Onde possível, será atendida a largura de 3,40 m para a faixa de ônibus;

As diretrizes para o projeto de terminais de ônibus focam em funcionalidade, segurança, conforto e eficiência operacional, abrangendo o dimensionamento adequado do espaço para veículos e usuários, a criação de fluxos de pessoas seguros, a previsão de áreas de apoio, a integração com o tráfego urbano que melhorem a experiência do passageiro. Elementos como plataformas amplas, abrigos, sinalização clara e áreas de serviço são essenciais para o bom funcionamento do terminal.

2. ETAPAS DOS SERVIÇOS E PRODUTOS A SEREM CONTRATADOS

Para mitigar os riscos e promover mais clareza, o escopo fica segmentado por componente:

A) Corredor Pimentas

B) Terminal Santa Helena

C) Terminal Bonsucesso

Cada produto terá sua entrega, análise, aprovação e pagamento independentes por empreendimento, conforme o cronograma físico-financeiro (anexo) e as diretrizes de prazos da fiscalização (item 14).

O projeto deverá ser desenvolvido de modo a contemplar 06 (seis) etapas, a saber:

- **Etapas 1 – Plano Geral de Trabalho – PGT;**
PRODUTO I – A, B e C: Relatório do Plano Geral de Trabalho (PGT).
- **Etapas 2 – Estudo de Tráfego e Estudo de Impacto de Vizinhança;**
PRODUTO II – A, B e C: Contagens Volumétricas de Tráfego;
PRODUTO III - A, B e C: Relatório de Estudo de Tráfego e Estudo de Impacto de Vizinhança.
- **Etapas 3 – Levantamentos de Campo, Ensaios e Sondagens;**
PRODUTO IV - A, B e C: Levantamento Topográfico Cadastral;
PRODUTO V - A: Inventários detalhados do estado da superfície ou Levantamento Visual Detalhado (LVD);

PRODUTO VI - A: Levantamento Deflectométrico;

PRODUTO VII - A, B e C: Estudos Geológicos-Geotécnicos

▪ **Etapa 4 – Projeto Básico;**

PRODUTO VIII - A, B e C: Projeto Básico.

▪ **Etapa 5 – Projeto Executivo;**

PRODUTO IX - A, B e C: Projeto Executivo.

▪ **Etapa 6 – Documentos Técnicos de Projeto.**

PRODUTO X - A, B e C: Planilhas de Quantidades, Memórias de Cálculo e Composição de Preços;

PRODUTO XI - A, B e C: Memoriais Descritivos;

PRODUTO XII - A, B e C: Especificações Técnicas e Matriz de Risco;

PRODUTO XIII - A, B e C: Dimensionamento do Canteiro de Obras e Plano de Ataque de Obras.

O projeto deverá ser desenvolvido em etapas integradas, organizadas de modo a garantir o desenvolvimento independente e o gerenciamento eficiente dos três empreendimentos: Corredor Pimentas, Terminal Santa Helena e Terminal Bonsucesso. Essa separação tem por objetivo permitir a execução e aprovação parcial de produtos, conforme o avanço individual de cada local, evitando a dependência da conclusão simultânea dos projetos para liberação das etapas e pagamentos.

Cada etapa poderá ser entregue e aprovada de forma independente, conforme o cronograma físico-financeiro aprovado no Plano Geral de Trabalho e proposto neste TR.

O encadeamento lógico entre produtos deverá permitir que os projetos de cada local evoluam de forma integrada, mas com autonomia técnica e administrativa.

Quadro Resumo das Estruturas Gerais das Etapas

PRODUTO	A) CORREDOR PIMENTAS	B) TERMINAL SANTA HELENA	C) TERMINAL BONSUCESSO	RESULTADO JUNÇÃO TEXTO TR
ETAPA 01 - Plano Geral de Trabalho - PGT				
PRODUTO I – Relatório do Plano Geral de Trabalho (PGT)	A	B	C	PRODUTO I – A, B e C
ETAPA 02 - Estudo de Tráfego e Estudo de Impacto de Vizinhança				
PRODUTO II – Contagens Volumétricas de Tráfego	A	B	C	PRODUTO II – A, B e C
PRODUTO III – Relatório de Estudo de Tráfego e Estudo de Impacto de Vizinhança	A	B	C	PRODUTO III – A, B e C
ETAPA 03 - Levantamentos de Campo, Ensaios e Sondagens				
PRODUTO IV – Levantamento Topográfico Cadastral	A	B	C	PRODUTO IV – A, B e C
PRODUTO V – Inventários Detalhados do Estado da Superfície ou Levantamento Visual Detalhado (LVD)	A			PRODUTO V – A
PRODUTO VI – Levantamento Deflectométrico	A			PRODUTO VI – A
PRODUTO VII – Estudos Geológicos-Geotécnicos	A	B	C	PRODUTO VII – A, B e C

PRODUTO	A) CORREDOR PIMENTAS	B) TERMINAL SANTA HELENA	C) TERMINAL BONSUCESSO	RESULTADO JUNÇÃO TEXTO TR
Etapa 4 – Projeto Básico				
PRODUTO VIII – Projetos Básicos				
Projeto Geométrico	A			PRODUTO VIII – A
Projeto de Drenagem	A			
Projeto de Pavimentação	A			
Projeto de Sinalização e Dispositivos de Segurança	A			
Projeto de Desvio de Tráfego	A			
Projeto de Arquitetura das Paradas	A			
Projeto de Urbanismo	A			
Projeto de Paisagismo	A			
Projeto Ambiental: Termo de Compromisso Ambiental (TCA)	A			
Projeto de Vala Técnica	A			
Projeto Elétrico e Iluminação Pública do Corredor e das Paradas	A			
Projeto de Interferências e Projeto de Remanejamentos	A			
Projeto Arquitetônico		B	C	PRODUTO VIII – B e C
Projeto Estrutural e Fundações		B	C	
Projeto de Instalações Elétricas e de Iluminação		B	C	
Projeto de Instalações Hidrossanitárias		B	C	
Projeto Geométrico, Drenagem Superficial e Pavimentação		B	C	
Projeto de Sinalização e Comunicação Visual		B	C	
Projeto de Acessibilidade e Circulação		B	C	
Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e AVCB		B	C	
Projeto de Paisagismo e Urbanização		B	C	
Projeto Ambiental: Termo de Compromisso Ambiental (TCA)		B	C	
Etapa 5 – Projeto Executivo				
PRODUTO IX – Projetos Executivos				
Projeto Geométrico	A			PRODUTO IX – A

PRODUTO	A) CORREDOR PIMENTAS	B) TERMINAL SANTA HELENA	C) TERMINAL BONSUCESSO	RESULTADO JUNÇÃO TEXTO TR
Projeto de Drenagem	A			
Projeto de Pavimentação	A			
Projeto de Sinalização e Dispositivos de Segurança	A			
Projeto de Desvio de Tráfego	A			
Projeto de Arquitetura das Paradas	A			
Projeto de Urbanismo	A			
Projeto de Paisagismo	A			
Projeto Ambiental: Termo de Compromisso Ambiental (TCA)	A			
Projeto de Vala Técnica	A			
Projeto Elétrico e Iluminação Pública do Corredor e das Paradas	A			
Projeto de Interferências e Projeto de Remanejamentos	A			
Projeto Arquitetônico		B	C	PRODUTO IX – B e C
Projeto Estrutural e Fundações		B	C	
Projeto de Instalações Elétricas e de Iluminação		B	C	
Projeto de Instalações Hidrossanitárias		B	C	
Projeto Geométrico, Drenagem Superficial e Pavimentação		B	C	
Projeto de Sinalização e Comunicação Visual		B	C	
Projeto de Acessibilidade e Circulação		B	C	
Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e AVCB		B	C	
Projeto de Paisagismo e Urbanização		B	C	
Projeto Ambiental: Termo de Compromisso Ambiental (TCA)		B	C	
Etapla 6 – Documentos Técnicos de Projeto				
PRODUTO X – Planilhas de Quantidades, Memórias de Cálculo e Composições de Preço	A	B	C	PRODUTO X – A, B e C
PRODUTO XI – Memoriais Descritivos	A	B	C	PRODUTO XI – A, B e C
PRODUTO XII – Especificações Técnicas e Matriz de Risco	A	B	C	PRODUTO XII – A, B e C

PRODUTO	A) CORREDOR PIMENTAS	B) TERMINAL SANTA HELENA	C) TERMINAL BONSUCESSO	RESULTADO JUNÇÃO TEXTO TR
PRODUTO XIII – Dimensionamento do Canteiro de Obras e Plano de Ataque de Obras	A	B	C	PRODUTO XIII – A, B e C

As etapas, atividades e produtos apresentados a seguir serão executados conforme definido no presente Termo de Referência, a partir da Ordem de Início emitida pela Municipalidade.

Os produtos deverão ser entregues conforme descritos nas etapas a seguir, de forma física e em versão digital assinada e arquivo editável. A Secretaria de Mobilidade Urbana deverá exigir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) assim que a Ordem de Serviço for emitida.

1. ETAPA 01 - Plano Geral de Trabalho - PGT

Na fase inicial do trabalho, devem ser desenvolvidas a coleta e compilação de dados, para obtenção de todos os elementos relativos à área em estudo, necessários ou de valia para o adequado atendimento do escopo deste Termo de Referência.

O Plano deverá definir detalhar e apresentar as diretrizes, premissas e condicionantes do projeto (corredor e terminais de ônibus), que irão restringir a forma como será planejado, projetado e executado visando ao máximo de eficiência, técnica, qualidade, menor custo financeiro, e menor prazo para se atingir o sucesso do Empreendimento.

1. PRODUTO I – A, B e C: Relatório do Plano Geral de Trabalho (PGT)

O Relatório do Plano Geral de Trabalho deverá ser composto dos seguintes itens:

- Objetivo;
- Descrição dos Produtos;
- Estrutura Analítica do Projeto (EAP);
- Índice de documentos detalhado e subdividido por assuntos;
- Cronograma físico-financeiro subdividido por etapas.

A elaboração do PGT deverá definir a organização de todas as atividades que serão desenvolvidas pela CONTRATADA, conforme as fases dos projetos, implementando cinco “grupos de processos”: INICIAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE e ENCERRAMENTO, de modo a garantir que as diversas “ENTREGAS” ao longo de todas as fases do Projeto, sejam alcançadas com sucesso.

A INICIAÇÃO sintetiza informações inerentes e necessárias ao início formal das atividades de cada fase ou etapa dos projetos, assim como questionamentos sobre clareza de objetivos, ideias, prazos, necessidades e recursos.

O PLANEJAMENTO consiste em estabelecer o escopo total do objeto, abrange a sua decomposição em pacotes de trabalho menores e mais facilmente gerenciáveis (EAP), onde é possível identificar as entregas necessárias à sua realização. A partir daí, consegue-se identificar as interdependências entre as atividades, atribuindo o tempo para sua execução e os seus custos relativos. Nesta fase, estabelecem-se também os responsáveis por essas entregas e os padrões de qualidade a fim de atingir o objetivo do empreendimento.

A EAP será desenvolvida até o nível de produtos consistidos de relatórios, memoriais de cálculo, desenhos e cronogramas, informando em seguida a responsabilidade por cada componente. A EAP é um requisito mandatório do Plano Geral de Trabalho para o desenvolvimento dos projetos e base para a implantação dos relatórios de acompanhamento da evolução físico-financeira do projeto.

Durante todo o desenvolvimento dos projetos (processo de EXECUÇÃO e MONITORAMENTO E CONTROLE), os Coordenadores da CONTRATADA centralizarão suas atividades nas tarefas de fazer com que sejam observadas, além das boas práticas de engenharia:

- As instruções e padrões da SEMOB;
- As demais Normas e Legislação aplicável;
- Planejamento da comunicação entre as partes interessadas;
- Reuniões de coordenação e gerenciais (incluindo a contratante);
- Controle do escopo, tempo (cronograma), custos e qualidade;
- Medidas preventivas e corretivas, incluindo análise crítica de projetos e gestão de eventuais inconsistências;
- Emissão de relatórios de andamento, com metas, indicadores e medição do progresso dos serviços.

Em caso de ocorrência de não conformidade, os coordenadores em conjunto com os engenheiros, subsidiarão as decisões decorrentes a serem tomadas corrigindo situações, ajustando-as aos resultados esperados e ao cumprimento do cronograma aprovado no PGT, aplicando ações corretivas e preventivas, quando necessário.

Considerando que os grupos de processos são interativos, a Contratada deverá aplicar o ciclo PDCA (Planejar-Fazer-Verificar-Agir) em todas as fases e etapas dos projetos.

Conforme evoluam, seus processos poderão ser revisados para que o Plano Geral de Trabalho seja atualizado com as últimas informações adquiridas.

O ENCERRAMENTO requer a execução de todos os procedimentos necessários para concluir formalmente as diversas fases do projeto.

Este grupo de processos trata, além das entregas parciais, a entrega do Projeto completo e aprovado, controle de pendências e lições aprendidas.

MATERIAL PARA ENTREGA: Deverá ser entregue o Relatório contendo a descrição das atividades conforme diretrizes elencadas no item 3.1.1.

Deverá ser apresentada uma proposta de Cronograma em arquivo editável (extensão .mpp – compatível com Microsoft Project), contendo detalhamento dos eventos de desenvolvimento e marcos de controle, considerando a rede de precedência entre os mesmos e também caminho crítico, de forma a se definir prazos para execução das tarefas, detalhando assim, todas as suas etapas de serviços: estudos, levantamentos, desenvolvimento de documentos técnicos, considerando desde atividades preliminares de preparação até entrega final do objeto.

2. ETAPA 02 - Estudo de Tráfego e Estudo de Impacto de Vizinhança

1. PRODUTO II - A, B e C: Contagens Volumétricas de Tráfego

Devem ser realizados os Estudos de Tráfego para avaliação da capacidade viária e obtenção do número “N” para o dimensionamento de pavimentos, de forma a servir de subsídios ao desenvolvimento dos projetos básico e executivo, juntamente com as recomendações da SEMOB.

As pesquisas de tráfego geral e contagens classificadas de tráfego serão realizadas em pontos estratégicos dentro da área de influência direta do empreendimento em estudo após prévia aprovação do plano de pesquisas pela SEMOB, que poderá modificá-lo caso julgue necessário, em conjunto com as autoridades de trânsito.

Os estudos de tráfego deverão ser desenvolvidos com base em contagens volumétricas e classificadas, podendo ser manuais ou automáticas, com dados característicos que permitam a definição dos Volumes Médios Diários (VMD) atuais e estimativa futura, além do estudo de interseções. Deverá ser feita a contagem volumétrica classificada de, no mínimo:

- 04 (quatro) pontos notáveis do eixo principal, por 24hs;
- 02 (duas) interseções notáveis, isoladas ou conjuntas, para cada quilometro do eixo principal, por 24hs.

As pesquisas de contagem volumétrica classificada devem obedecer às normas e diretrizes do Manual de Estudos de Tráfego do DNIT – IPR - 723/2006 e/ou normas que estejam vigentes e atuais.

MATERIAL PARA ENTREGA: Deverá ser entregue o material elaborado (em arquivo editável) conforme diretrizes elencadas no item 3.2.1.

Após a realização da contagem, os resultados das pesquisas serão apresentados no relatório de estudo de tráfego (item 3.2.2) com a finalidade de subsidiar as decisões da Contratante e a definição das intervenções necessárias com as autoridades de trânsito. Sua aprovação estará sujeita à validação do estudo por SEMOB.

2. PRODUTO III - A, B e C: Relatório de Estudo de Tráfego e Estudo de Impacto de Vizinhança

Relatório de Estudo de Tráfego:

O relatório deverá conter, no mínimo:

- I. Delimitação e descrição da área de influência direta e indireta da intervenção;
- II. Classificação funcional das vias contidas na área de influência, conforme a Classificação do Código de Trânsito Brasileiro – CTB e Portaria SMT GAB 021/02;
- III. Sentido de circulação existente das vias;
- IV. Volumes classificados de tráfego nos horários de pico da manhã e da tarde (auto / ônibus / caminhão / moto / bicicleta / pedestres);
- V. Tempos de percurso e velocidades médias ao longo das rotas nos horários de pico da manhã e da tarde (tráfego em geral e ônibus);
- VI. Relatório de Nível de Serviço atual.

Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV):

O Estudo de Impacto de Vizinhança deverá avaliar os efeitos socioambientais e urbanísticos decorrentes da implantação dos terminais e do corredor de ônibus, considerando as exigências da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e da legislação municipal de Guarulhos.

Deverão ser abordados, no mínimo, os seguintes aspectos:

Acessibilidade e mobilidade urbana:

Avaliação das alterações no fluxo de veículos, pedestres e ciclistas; interferências no transporte público existente e impactos nas travessias e calçadas.

Estacionamento e carga/descarga:

Identificação de áreas afetadas pela redução ou remanejamento de vagas e necessidade de ordenamento logístico no entorno.

Ruído, vibração e qualidade do ar:

Análise preliminar dos impactos ambientais relacionados à operação dos ônibus e ao aumento do fluxo local.

Sombreamento, ventilação e paisagem urbana:

Avaliação dos efeitos das novas edificações e coberturas sobre o conforto ambiental e visual da vizinhança.

Atividades econômicas e sociais:

Identificação de potenciais impactos sobre o comércio local, serviços, segurança pública e adensamento de pedestres.

Mitigações e compensações:

Proposição de medidas mitigadoras e compensatórias urbanísticas, ambientais e de acessibilidade necessárias à adequação do projeto às condições do entorno.

MATERIAL PARA ENTREGA: Deverá ser entregue o relatório conforme diretrizes elencadas no item 3.2.2.

Deverá ser entregue em formato editável (.docx / .xlsx ou equivalente) e consolidado (.pdf).

Tal relatório deverá ser apresentados em modelo a ser fornecido pela CONTRATANTE. Anexos técnicos: planilhas de dados brutos, tabelas de volumes, gráficos de evolução, mapas de traçado de rotas, esquemas de interseção, fotos dos locais, análise crítica e recomendações para intervenções, com priorização e impactos operacionais, e, Relatório do Estudo de Impacto de Vizinhança, com diagnóstico, impactos e medidas mitigadoras, integrado ao estudo de tráfego.

3. ETAPA 03 - Levantamentos de Campo, Ensaios e Sondagens

1. PRODUTO IV - A, B e C: Levantamento Topográfico Cadastral

Deverá ser elaborado o Levantamento Topográfico com uso de estação total, a ser apresentado em plantas na escala 1:500, abrangendo toda área objeto de intervenções, considerando que as áreas necessárias deverão contemplar toda a caixa viária (de testada a testada dos imóveis) do Eixo Principal Viário, adentrar 30 metros nas embocaduras / acessos das vias transversais e incluir praças confrontantes, dentre outros similares. Este levantamento deve conter a caracterização de todas as instalações, equipamentos urbanos, vegetação e estruturas existentes na área levantada, de forma a permitir criterioso estudo das interferências. Deverá ser dada ênfase especial ao cadastramento das edificações, sistemas de alimentação elétrica, postes, valetas de drenagem, galerias e outras instalações subterrâneas. Todas as sondagens e posições de amostragem para ensaios deverão ser cadastradas.

Os serviços serão executados atendendo as normas da ABNT, NBR 14.166, NBR 13.133 e outras que se fizerem necessárias.

O levantamento topográfico deverá estar no sistema de coordenadas SIRGAS2000. O arquivo digital do levantamento topográfico deve conter, em layer congelado, a malha do sistema SAD69.

Todo o levantamento deverá ser apresentado em arquivo digital em formatos dwg e pdf, permitindo a elaboração do projeto por meios eletrônicos.

Deverão ser implantados fisicamente pares de marcos georreferenciados em toda a extensão do eixo de interesse, distanciados no máximo a cada 3.000m e tantos quanto forem necessários para cobrir a adequada amarração dos elementos de projeto, com monografia no padrão SEMOB e com garantia de estanqueidade no solo, confeccionado em concreto ou haste de aço com chapa de identificação.

Os locais dos marcos deverão estar identificados na monografia (foto e amarração), cabendo escolher local reconhecidamente sem risco de intervenções futuras de obras e respeitando padrões da SEMOB.

Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

- Poligonal de apoio, referenciada nos marcos do levantamento existente;
- Caderneta de irradiação, croquis de campo, monografia dos vértices da poligonal, nivelamento da poligonal básica e planilha de coordenadas dos vértices;

- Levantamento do sistema viário, guias, sarjetas e rebaixos. Nos cruzamentos de via deverão ser levantados no mínimo 30m do emboque;
- Cadastro dos bueiros existentes, apresentados por seção ao longo do mesmo, com cotas de entrada e saída e croquis dos elementos (muros, alas, diâmetros, ou seção, material constitutivo);
- Cadastro dos elementos de drenagem (PVs, BLs, caixas etc.) apresentados em forma de croquis, contendo dimensões, indicação do material, e cotas de topo e fundo, bem como das geratrizes inferiores das canalizações afluentes e efluentes;
- Cadastro dos elementos das redes de esgoto (PVs, caixas etc.) apresentados em forma de croquis, contendo dimensões, indicação do material, e cotas de topo e fundo, bem como das geratrizes inferiores e das redes afluentes e efluentes;
- Cadastro de redes de gás, dispositivos e registros de manobra e equipamentos de compressão;
- Cadastramento de linhas aéreas com amarração dos pontos de cravação dos postes, espécie de circuito, número de identificação dos postes;
- Cadastro de utilidades públicas (postes, placas, semáforos etc.) e paisagismo com a identificação das espécies arbóreas que tenham DAP a partir de 5 cm;
- Divisas e Cadastro de propriedades;
- Levantamento das soleiras das edificações lindeiras à faixa do projeto.

Com base no Levantamento Planialtimétrico Cadastral deverá ser elaborado o Cadastro Geral Unificado de Redes de Infraestrutura.

Será necessária obtenção de cadastros atualizados das redes existentes, aéreas e subterrâneas, bem como de projetos futuros, junto aos órgãos da PMG e concessionárias, permissionárias e operadoras envolvidas (EDP, COMGAS, SABESP, Telecomunicações etc.).

Todos os elementos e informações obtidos deverão ser confirmados em campo, a fim de corrigir possíveis distorções, e consolidados em um único cadastro com mesma base de coordenadas, e edição que permita fácil distinção das disciplinas, por código de cores, pictogramas e códigos em planta e legenda, acompanhados de relatórios indicando origem das informações.

Este cadastro unificado será posteriormente confrontado com as informações de projeto e embasará os eventuais serviços de remanejamento e/ou remoção de interferências.

MATERIAL PARA ENTREGA: Deverá ser apresentado e entregue conforme diretrizes elencadas no item 3.3.1.

O Levantamento Topográfico Cadastral, deve ser entregue em escala apropriada com formato compatível ao tamanho da área, acompanhada de arquivo digital (arquivo.pdf e editável.dwg); acrescidas de arquivos vetoriais nos formatos de arquivo editáveis: shapefile, kml ou kmz, Cadernetas de campo (eletrônica) e planilhas de cálculos deverão ser apresentadas em arquivo digital (.xls / .xlsx), juntamente aos arquivos do respectivo levantamento topográfico e da cópia da Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT).

2. Avaliação do Pavimento Existente e Estudos Geológico-Geotécnicos

Para avaliação das vias serão realizados levantamentos funcionais e estruturais dos pavimentos existentes de forma a:

- Caracterizar as necessidades corretivas das patologias existentes, reforço ou troca do pavimento;
- Embasar a definição e dimensionamento do tipo de pavimento, rígido, semirrígido ou flexível, em cada faixa e respectivas extensões;
- Dar elementos para a determinação da extensão das placas de concreto das paradas de embarque e desembarque;
- Subsidiar a decisão pela adoção ou não de reciclagem.

Desta forma, deverá ser executado o que segue:

- Inventários detalhados do estado da superfície ou Levantamento Visual Detalhado (LVD), com Planilha de Cálculo do Índice de Gravidade Global (IGG) para cada segmento homogêneo, resultante do LVD;
- Levantamento Deflectométrico com Equipamento (FWD – Falling Weight Deflectometer), conforme definido na especificação DNIT PRO 273/96;
- Estudos Geológico-Geotécnicos, incluindo a execução de poços de inspeção e extração de corpos de prova para retirada de amostras deformadas e indeformadas.

Para o adequado encaminhamento do projeto, o plano de sondagens deverá ser elaborado a partir das normas correlatas e complementado com base no relatório conclusivo do LDV, com indicação dos pontos críticos, e pelas informações do FWD.

3.3.2.1. Premissas para a Avaliação do Pavimento Existente e Elaboração do Projeto de Pavimentação

Tanto a avaliação do pavimento quanto o projeto de pavimentação deverão levar em conta todos os parâmetros e critérios abaixo:

- A faixa da direita em ambos os sentidos deverá estar adequada para suportar as solicitações de carregamento para os próximos anos, tendo como função prioritária neste eixo a operação de corredor de Ônibus, considerando que os veículos de transporte público poderão acessar o corredor em qualquer uma das interseções que cortam o eixo em questão, a critério da operação da SEMOB.

Deverão ser considerados, dentre outros aspectos, a análise e o tratamento de drenagem e pavimentação no projeto a ser desenvolvido, com possível estudo de reforço para a área de encontro destas vias, aqui definidas como emboques, considerando-se a extensão de tratamento de 30 metros a partir do meio fio do eixo principal.

Será observada a obrigatoriedade de análise de reciclagem, com incorporação de tratamento CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo) e outras tecnologias melhoradoras de desempenho e reforço da estrutura nobre dos pavimentos adjacentes ao eixo do corredor, contemplando a análise na proposta de solução dos Projetos Básico e Executivo.

O pavimento flexível existente deverá ser reaproveitado ao máximo, de forma que a reabilitação funcional da estrutura seja feita através de fresagem do revestimento e demais camadas previstas em norma reutilizadas para recomposição e melhoria do pavimento adotando-se metodologia consagrada e normatizada em atendimento ao Decreto nº 48.075, de 28 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de agregados reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil, em obras e serviços de pavimentação das vias públicas do Município de Guarulhos.

Deverão ser verificadas as camadas asfálticas existentes quanto à necessidade de reciclagem, rejuvenescimento e reforço pelo estado de deterioração ou desconformidade do asfalto existente por excessivas camadas de capas asfálticas sobrepostas que impeçam a adequada estabilidade e homogeneidade de acabamento superficial.

Os aspectos abaixo descritos deverão ser observados:

- Ônibus circulando em faixa preferencial (não exclusiva) à direita;
- Semáforos, que ocasionam esforços de frenagem nos trechos de pavimento próximos a eles, além de paradas de ônibus;
- Elevada circulação de veículos comerciais pesados, sem controle de carga;
- Pavimentos antigos recalçados, com sucessivos recapeamentos, que em função de cotas fixas das soleiras, típicas de áreas urbanas, avançaram sobre as sarjetas comprometendo o adequado funcionamento do sistema de drenagem superficial.
- Identificação de bocas-de-lobo tamponadas por recapeamentos antigos;
- Incidência de sucessivas ondulações com reparos localizados sistemáticos, comprometendo as condições de conforto em muitos segmentos;

- Sarjetas trincadas ou destruídas, bem como percentual de guias desalinhadas que ocasionem infiltração nas bordas do pavimento adjacente com consequente afundamento dentre outros aspectos de risco;
- Seção transversal e longitudinal que esteja comprometendo o caminamento das águas pluviais por inversão da declividade transversal das pistas (recalques), ou pontos baixos na longitudinal sem captação por dispositivos do sistema de drenagem para o adequado escoamento da água;
- Trincamentos longitudinais devido a recalques diferenciais na fundação dos pavimentos, junto aos bordos. Deverão ser considerados os procedimentos normativos abaixo, adicionalmente às normas:
- Dimensionamento das necessidades de recuperação estrutural pelo procedimento normativo DNER PRO-269/94;
- Dimensionamento das necessidades de recuperação funcional pelo procedimento normativo DNER PRO-11/04.

3.3.2.2. PRODUTO V - A: Inventários Detalhados do Estado da Superfície ou Levantamento Visual Detalhado (LVD)

Deverá ser realizada vistoria visual dos pavimentos existentes ao longo do Eixo viário, em todas as faixas de rolamento e elaborada Planilha de Cálculo do Índice de Gravidade Global (IGG) para cada segmento homogêneo, resultante do LVD.

O Levantamento Visual Detalhado (LVD) tem o objetivo de analisar e inventariar a condição de superfície dos pavimentos da pista de rolamento de maneira detalhada, sendo realizado por técnicos que locam e caracterizam os defeitos existentes no pavimento da pista em ficha específica, determinando as áreas com presença de trincamentos, remendos, placas, erosões, afundamentos etc., ou seja, cadastrando as áreas em que há necessidade de intervenção, subsidiando a definição de soluções.

Este serviço deve ser realizado baseado nas normas DNIT 006/2003-PRO (“Avaliação Objetiva da Superfície de Pavimentos Flexíveis e Semirrígidos”) DNIT 007/2003-PRO (“Levantamento para avaliação da condição de superfície de subtrecho homogêneo de rodovias de pavimentos flexíveis e semirrígidos para gerência de pavimentos e estudos e projetos”), aplicando a terminologia de defeitos definida na norma DNIT 005/2003-TER (“Defeitos nos Pavimentos Flexíveis e Semirrígidos”).

MATERIAL PARA A ENTREGA: Deverá ser entregue o Relatório contendo minimamente a identificação dos defeitos, ficha de campo, avaliação da condição, avaliação e classificação do estado de degradação de um pavimento rodoviário, relatório fotográfico em conformidade as diretrizes elencadas nos itens 3.3.2, 3.3.2.1 e 3.3.2.2.

Tal relatório deverá ser apresentados em modelo a ser fornecido pela CONTRATANTE. Deverá ser entregue em formato editável (.docx / .xlsx ou equivalente) e consolidado (.pdf).

3.3.2.3. PRODUTO VI - A: Levantamento Deflectométrico (FWD - Falling Weight Deflectometer)

A avaliação das características estruturais (deformabilidade elástica) dos pavimentos deverá ser executada em toda extensão do projeto, em 1 (uma) faixa por sentido, obrigatoriamente a faixa da direita, com uso de equipamento do tipo FWD “Falling Weight Deflectometer” KUAB ou Dynatest, em conformidade com a especificação da DNIT PRO 273/96 – Determinação das deflexões utilizando o deflectômetro de impacto tipo “Falling Weight Deflectometer – FWD”.

Tais equipamentos são constituídos por um deflectômetro de impacto projetado para simular o efeito de cargas de roda em movimento. Este efeito é obtido pela queda de um peso, a partir de alturas pré-fixadas, sobre um sistema de amortecedores de borracha, que transmitem a força aplicada a uma placa circular apoiada no pavimento.

MATERIAL PARA A ENTREGA: Deverá ser entregue o Relatório contendo minimamente informações recolhidas e análises sobre a resposta do pavimento às cargas, certificado de calibragem do equipamento, relatório fotográfico em conformidade as diretrizes elencadas nos itens 3.3.2, 3.3.2.1 e 3.3.2.3.

Tal relatório deverá ser apresentados em modelo a ser fornecido pela CONTRATANTE. Deverá ser entregue em formato editável (.docx /.xlsx ou equivalente) e consolidado (.pdf).

3.3.2.4. PRODUTO VII - A, B e C: Estudos Geológico-Geotécnicos

Os Estudos Geológico-Geotécnicos devem ser desenvolvidos a partir das orientações dos técnicos em pavimentação, das investigações de campo e de ensaios de laboratório. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

- Planta de locação das sondagens;
- Relatórios de ensaios geotécnicos;
- Estudos geotécnicos para definição das soluções técnicas;
- Detalhes de regiões de tratamento de solo mole;
- Perfil geológico e geotécnico;

A contratada deverá submeter à SEMOB a programação de execução de sondagens e ensaios. O plano de investigação deve contemplar investigações especificadas para os pontos identificados por anomalias provenientes de Nível D'água ou presença de solo mole, dentre outros aspectos a serem identificados in loco e em laboratório de solos.

Os tipos de sondagens e ensaios deverão ter sua distribuição ao longo dos trechos do projeto identificados e serão decorrentes de programação prévia, cujos resultados garantam o grau de confiabilidade estatística adequado ao detalhamento do projeto. O cadastro físico dos pavimentos deve ser obtido através de sondagens destrutivas executadas com base nas normas.

As sondagens deverão ser realizadas a partir das bordas da via de forma a não comprometer o tráfego geral e garantindo uma leitura consistente do estado geral da via e nos terrenos onde serão construídos os terminais.

Deverão ser realizados os seguintes ensaios de laboratório, tais como:

- Umidade natural;
- Limite de liquidez;
- Plasticidade;
- Compactação;
- Granulometria;
- CBR – 5 pontos.

Observação: Para assegurar a representatividade e a confiabilidade dos resultados, deverão ser atendidos critérios mínimos de investigação geotécnica, de modo que sejam realizadas sondagens e ensaios em quantidade suficiente para representar todas as áreas do empreendimento e suas diferentes condições de solo, garantindo amostragem adequada conforme as normas técnicas vigentes.

A quantidade de investigações poderá ser ampliada pela Contratada, mediante justificativa técnica, quando as condições locais indicarem heterogeneidade dos materiais, presença de lençol freático elevado ou variações geológicas significativas.

MATERIAL PARA A ENTREGA: Deverá ser entregue o Relatório contendo minimamente, informações sobre a execução de sondagens, ensaios de laboratório, vistoria e mapeamento em campo, relatório fotográfico, apresentação dos resultados, gráficos e avaliação técnica em conformidade as diretrizes elencadas no item 3.3.2.4.

Tal relatório deverá ser apresentados em modelo a ser fornecido pela CONTRATANTE. Deverá ser entregue em formato editável (.docx / .xlsx ou equivalente) e consolidado (.pdf).

4. ETAPA 04 - (PRODUTO VIII – A, B e C: Projeto Básico)

Os Projetos Básicos deverão seguir as definições descritas na Lei 14.133/21, ou seja, deverá reunir os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão e qualidade técnica adequada, para caracterizar a obra ou serviço, elaborado com base nas indicações das Etapas já elaboradas, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos construtivos e do prazo de execução, devendo conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos construtivos com clareza;
- Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;
- Identificação dos tipos de serviço a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como as suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para sua execução;
- Informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para sua execução;
- Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
- Orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativo de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.
- Dimensionamento definitivo de todas as estruturas, instalações e elementos da obra;
- Aprovação por todos os órgãos e instâncias conforme descrição nas disciplinas.

MATERIAL PARA ENTREGA: Após aprovação pela Secretaria de Mobilidade Urbana, o projeto deverá ser entregue em 01 (uma) via impressa, acompanhadas dos respectivos arquivos digitais (“.dwg”), juntamente com a cópia da Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) e devidamente assinado.

Deverá ser realizada a entrega dos projetos básicos (item 3.4.1 até 3.4.12), conforme diretrizes estabelecidas para cada disciplina e item 3.4 deste TR.

A. Corredor Pimentas

3.4.1. Projeto Geométrico

Este serviço abrangerá todas as vias relacionadas ao empreendimento, indicadas no projeto básico e, tendo como limite o alinhamento dos lotes. Para a execução do projeto geométrico devem ser obedecidas a IP-03-SIURB, diretrizes da SEMOB, além de normas e legislação correlatas vigentes.

Embora não haja previsão de grandes alterações na geometria da via, essa disciplina deve subsidiar o projeto executivo de pavimentação e definir ajustes de passeios que podem ser necessários para garantir a acessibilidade nas travessias.

A finalização deste projeto depende da análise e aprovação por SEMOB, demais órgãos competentes.

O projeto geométrico será constituído dos seguintes itens:

- Projeto Geométrico em planta em escala 1:500 com a indicação do eixo central e estaqueamento gráfico a cada 20 metros e pontos notáveis do alinhamento de forma a garantir o perfeito entendimento da implantação geométrica, dos nivelamentos e caimentos preconizados.

Deverá constar no projeto:

- Bordas da pista;
- Bordas do acostamento;
- Eixos, com indicação do estaqueamento contínuo central e de todas as vias
- Localização, estacas e coordenadas dos pontos notáveis do alinhamento horizontal de todas as pistas (PCs, PTs, PIs, etc.);
- Raios das curvas circulares;
- Parâmetros das clotóides;
- Comprimento das curvas;
- Ângulos centrais das curvas circulares;
- Deflexões das clotóides;
- Tangentes externas;
- Coordenadas dos centros das curvas circulares;
- Outros aplicáveis;
- Dimensões planimétricas necessárias e suficientes para a definição das obras;
- Localização e limites das obras de arte correntes e especiais, com suficiente referência ao estaqueamento das vias, para permitir sua inequívoca identificação e locação;
- Localização e limites dos muros de arrimo, obras de contenção, etc;
- Linhas aproximadas do limite externo de terraplenagem (pés de aterro e cristas de corte);
- Coordenadas e igualdade de estacas para todas as interseções, inícios e términos de eixos em planta;
- Igualdade de estacas (e coordenadas, quando necessário) de pontos geométricos notáveis; centro nos narizes físicos; início e fim dos "tapers"; mudança de eixo; limites das divergências e convergências de eixos; interseção de extensões de eixos para fins de amarração;
- Quadro de coordenadas das estacas;
- Projeto Geométrico em perfil longitudinal em escala 1:500 (H) e 1:50 (V) com a indicação das interferências laterais nas vias projetadas sendo consideradas, em especial os acessos às edificações residenciais, comerciais de serviços;

Deverão constar, pelo menos, os seguintes dados e indicações:

- Perfil longitudinal do terreno original, na projeção horizontal do eixo que define o alinhamento geométrico em planta;
- Linha do greide acabado no ponto de aplicação do mesmo, como definido nas
- seções transversais tipo;
- Locação gráfica e indicação da estaca e cota dos PIVs, PCVs, PTVs e soleiras;
- Indicação analítica de comprimento das curvas verticais de concordância (L);
- Rampa, em percentagem (i);
- Parâmetro K das curvas verticais ($K = L/A$, sendo A a diferença algébrica das rampas em percentagem);
- Ordenada da curva vertical sob o PIV (e);
- Cotas da linha do greide acabado em intervalos de 20 metros e em estacas coincidentes com aquelas das seções transversais, mostradas nos rodapés dos perfis; cotas das bordas livres do pavimento, quando o perfil deste não for paralelo ao perfil da linha do greide, de modo que as cotas de bordo estejam referidas às mesmas estacas onde estão fixadas as cotas do greide; indicação dos eixos das vias transversais e de sua denominação;
- Indicação das soleiras das propriedades lindeiras com respectivas cotas; localização e limite de obras de arte correntes e especiais, existentes e propostas, sobre e sob a linha do greide acabado, com identificação adequada e indicação de dimensões e cotas de soleira, de superfície, etc., na projeção horizontal do eixo que define o alinhamento geométrico em planta;
- Localização altimétrica dos equipamentos públicos que interfiram com o traçado e suas relocações propostas, com indicação das respectivas cotas de projeção horizontal do eixo que define o alinhamento em planta;

- Perfil de soleira das linhas de drenagem de maior porte, paralelas ao eixo horizontal da via. Para este fim, entende-se como linhas de drenagem de maior porte aquelas cujo dimensionamento possa influenciar o projeto altimétrico das vias;
- Diagrama de sobrelevação do tipo convencional, em escala vertical, no rodapé do perfil e alinhado com este;
- Indicação das investigações geotécnicas e cotas do nível d'água subterrâneo quando necessário ou requerido;
- Seções transversais a cada 20 metros do eixo central com indicação das estacas das vias, e nos casos especificados pelo item 5.4.2 da IP-03/2004, em escala 1:200. As seções transversais deverão contemplar toda a plataforma viária contendo indicação de largura e inclinação das pistas, passeios, jardins e canteiros centrais e laterais passeios etc.;
- Seções transversais tipo;
- Memorial descritivo e memorial de alinhamento horizontal e vertical;
- Planilhas de quantidades e serviços, acompanhadas das respectivas memórias de cálculo.

Por se tratar de **projeto de reabilitação / requalificação**, a disciplina geométrica terá como principais objetivos:

- Regularizar o greide existente e ajustar declividades para garantir o escoamento superficial adequado e a acessibilidade em travessias;
- Corrigir imperfeições geométricas, recalques ou pontos críticos identificados nos levantamentos topográficos e geotécnicos;
- Compatibilizar os alinhamentos existentes com as intervenções de pavimentação, drenagem, sinalização e acessibilidade;
- Adequar os passeios e canteiros às normas de mobilidade e segurança de pedestres;
- Garantir que a plataforma viária atenda às condições exigidas para o tráfego de ônibus em faixa preferencial.

3.4.2. Projeto de Drenagem

Os trabalhos devem ser desenvolvidos com base na última revisão do projeto geométrico aprovado.

Na execução do projeto de drenagem, devem ser obedecidas as instruções de projeto referentes à drenagem urbana da Prefeitura do Município de Guarulhos e as orientações da Divisão Técnica de Macrodrenagem e Gestão dos Recursos Hídricos. A finalização deste projeto depende da aprovação.

Neste caso, os desenhos deverão ser apresentados em conformidade com os padrões adotados pelas normas.

Os projetos incluirão os dispositivos de drenagem superficial e subterrânea e devem ser desenvolvidos com base nos respectivos projetos geométricos e cadastro unificado de interferências. Deve ser realizado levantamento criterioso da rede de drenagem, seguindo as instruções e as diretrizes, avaliando caso a caso a necessidade de realocação de PVs e inclusive recuperação pontual de galerias. Esse estudo não deve tratar de recuperação estrutural das galerias, mas apenas da verificação de elementos existentes para a adequação de situações críticas que exigirem realocação e complementação de dispositivos. Com a melhoria da qualidade do desempenho do sistema de microdrenagem existente, será mitigado o acúmulo de água pluvial na proximidade de travessias de pedestres e nas áreas de aproximação e parada de ônibus.

O projeto de drenagem será constituído dos seguintes elementos:

- Planta de drenagem superficial em escala 1:500 elaborada sobre a base do projeto geométrico;
- Planta de bacias contendo as áreas de contribuição obtidas para o cálculo e dimensionamento;
- Perfis longitudinais das tubulações de drenagem, com indicação das linhas d'água para 25, 50 e 100 anos;
- Detalhes dos dispositivos de drenagem e dos dispositivos de ligação existentes a jusante;
- Memória de cálculo, demonstrar o conjunto de fórmulas empregadas na metodologia de cálculo para verificação de todas as etapas necessárias para elaboração dos projetos.
- Memorial descritivo;
- Planilhas de quantidades e serviços, acompanhadas de respectivas memórias de cálculo;
- Elementos para apresentação de canalizações, barramentos, travessias etc. ao Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, incluindo o recolhimento de taxas de aprovação, bem como acompanhamento do processo até

sua aprovação.

Deverão ser buscadas soluções de drenagem que beneficiem a maior permeabilidade do solo e a maior retenção das águas.

A disciplina de drenagem, referente a requalificação do corredor deverá contemplar:

Levantamento detalhado da rede existente, verificando diâmetros, cotas, profundidades e condições físicas dos dispositivos de drenagem;

Diagnóstico técnico da capacidade hidráulica e identificação de pontos críticos de acúmulo de água;

Proposição de soluções de melhoria, como substituição de bocas de lobo, ampliação de ramais, desobstruções, correções de cotas e ajustes de greide;

Adequação da drenagem superficial para evitar empoçamentos junto às plataformas, calçadas e acessos;

Compatibilização com os projetos de pavimentação, acessibilidade, sinalização e urbanização;

Adoção de soluções sustentáveis de drenagem urbana (SUDS), quando tecnicamente viável, como pisos drenantes, jardins de chuva, valas de infiltração e caixas de retenção;

Minimização de interferências nas redes de infraestrutura urbana existentes (água, esgoto, energia e telecomunicações).

As intervenções deverão priorizar a requalificação da microdrenagem existente, com realocação pontual de dispositivos apenas quando indispensável;

Deverão ser avaliadas as cotas das bocas de lobo e greides das vias, garantindo que o escoamento superficial seja eficiente nas faixas preferenciais de ônibus e travessias de pedestres;

As soluções deverão buscar maior permeabilidade do solo e retenção das águas pluviais, favorecendo a infiltração local e o controle de pico de vazão;

É vedada a previsão de obras de macrodrenagem, barramentos ou galerias de grande porte, salvo quando expressamente solicitadas pela SEMOB;

O projeto deverá indicar a interação entre os dispositivos de drenagem e o paisagismo, priorizando soluções integradas e sustentáveis.

3.4.3 Projeto de Pavimentação

O projeto de pavimentação deve ser elaborado com base no levantamento topográfico, nos Estudos de Tráfego de Requalificação – Etapa 2 e na Avaliação do Pavimento Existente e Estudos Geológico-Geotécnicos, integrantes da Etapa 3. Deverão ser observadas as “Premissas para a Avaliação do Pavimento Existente e Elaboração do Projeto de Pavimentação”, descritas na Etapa 3.

Os trabalhos devem ser desenvolvidos inicialmente com base no Mapa da Cidade e, posteriormente, atualizados para o Levantamento Topográfico previsto neste objeto.

O projeto de pavimentação será constituído dos seguintes elementos:

- Relatório de inspeção do pavimento existente;
- Memorial de cálculo de dimensionamento;
- Memorial descritivo de pavimento;
- Seções transversais tipo, na escala 1:20;
- Plantas de distribuição de tipos de pavimento e áreas de demolição, na escala 1:500;
- Detalhes de paginação e juntas do pavimento rígido;
- Detalhes de pavimento;
- Detalhamento das bases das calçadas, na escala 1:20;
- Notas de serviço da plataforma acabada com indicação das áreas de corte, aterro, e remoção, em formato A4;
- Planilhas de quantidades e serviços, acompanhadas das respectivas memórias de cálculo;
- Detalhe da intersecção padrão com identificação de todas as redes novas previstas (iluminação pública, vala técnica, dutos sinalização e eventuais remanejamentos de redes existentes, inclusive drenagem) com seu impacto

sobre o projeto de pavimentação.

Os trabalhos deverão priorizar o reaproveitamento e readequação da estrutura existente, com reforço ou substituição apenas nos trechos onde forem constatadas deficiências estruturais, recalques ou falhas de drenagem. Deverão ser observadas as normas da ABNT (NBR 7207, NBR 7187, NBR 15595), os manuais do DNIT, e as diretrizes técnicas da SEMOB e do Município de Guarulhos.

Objetivos do Projeto:

- Garantir o desempenho funcional e estrutural do pavimento nas faixas preferenciais de ônibus, acessos e vias locais;
- Aprimorar o conforto e a segurança operacional do corredor, reduzindo intervenções futuras;
- Assegurar condições adequadas de rolamento e durabilidade, compatíveis com o volume e tipo de tráfego;
- Integrar o sistema de pavimentação com os projetos de drenagem, calçadas e acessibilidade, evitando incompatibilidades entre as camadas estruturais e dispositivos adjacentes;
- Prever soluções construtivas que minimizem os impactos ambientais e de manutenção, priorizando materiais de alto desempenho e técnicas sustentáveis.

3.4.4. Projeto de Sinalização e Dispositivos de Segurança

Os trabalhos devem ser desenvolvidos com base no projeto de geometria aprovado pela SEMOB.

Na execução do projeto de sinalização devem ser obedecidas as diretrizes estabelecidas pela SEMOB. Além disso, estes trabalhos deverão considerar ainda a regulamentação e legislação de trânsito vigentes.

O projeto de sinalização deverá ser detalhado com o objetivo de definir e apresentar linhas demarcatórias das faixas de tráfego, linhas de proibição, placas de advertência, de regulamentação, de indicação, pórticos, semipórticos, especificações de tintas, implantação de tachas refletivas, marcadores de perigo, de alinhamento, etc.

Os projetos serão constituídos dos seguintes elementos:

- Projeto de sinalização horizontal, na escala 1:500;
- Projeto de sinalização vertical, regulamentação e orientação, na escala 1:500;
- Projeto de sinalização semafórica, na escala 1:500;
- Projeto de dutos e infraestrutura, na escala 1:500;
- Projetos dos dispositivos de segurança de tráfego, na escala 1:100;
- Planilhas de quantidades e serviços, com respectivas memórias de cálculo;
- Memorial descritivo.

Deverá constar nas plantas a sinalização existente identificada com a indicação de permanência ou retirada de cada item bem como o projeto de sinalização de rotas ciclísticas (ciclovias, ciclofaixas ou faixa compartilhada). Os desenhos usarão como base o projeto geométrico com levantamento topográfico, urbanismo, paisagismo, iluminação pública projetada (postes) e demais interferências. Nos projetos de sinalização semafórica deverão estar posicionados os postes de sinalização vertical e vice-versa.

Diretrizes Gerais:

O projeto deverá identificar, revisar e adequar toda a sinalização horizontal, vertical e semafórica existente, propondo substituições, reforços ou relocações quando necessário;

Deverá assegurar compatibilidade com os projetos de geometria, pavimentação, iluminação, urbanismo e paisagismo, de modo que todos os elementos estejam coordenados em planta;

As soluções deverão seguir o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito (CONTRAN – volumes I a VI), as Instruções da SEMOB e o Manual de Dispositivos de Controle do Tráfego (DNIT/DER-SP);

As faixas preferenciais de ônibus deverão ter demarcação diferenciada, conforme padrão de cor, símbolo e espessura definidos pela SEMOB;

As rotas cicloviárias (ciclovias, ciclofaixas ou faixas compartilhadas) deverão ser representadas em planta, com detalhamento de piso, largura e separadores;

As travessias de pedestres deverão observar a NBR 9050 (Acessibilidade) e possuir rebaixamento de guias, piso tátil e sinalização adequada;

A sinalização deverá contemplar também a integração entre os terminais e o corredor, priorizando orientação clara aos usuários e padronização visual.

O objetivo é requalificar, atualizar e complementar o sistema de sinalização existente, garantindo maior segurança, fluidez e legibilidade para condutores, pedestres e ciclistas, especialmente nas áreas de faixa preferencial de ônibus, paradas, travessias e interseções.

A finalização deste projeto depende da aprovação de SEMOB.

3.4.5. Projeto de Desvio de Tráfego

No intuito de minimizar os impactos negativos ao tráfego e às atividades adjacentes ao projeto, tanto na circulação de veículos como dos pedestres, causados pela execução das obras, deverão ser elaborados estudos e projetos específicos de desvio de tráfego.

Preferencialmente devem ser estudadas as vias existentes como rotas alternativas. Para estas hipóteses deve-se sempre avaliar a capacidade das vias a serem utilizadas, com as devidas recomendações quanto a alterações na sinalização, eventuais inversões no sentido de tráfego e demais medidas que devam ser tomadas.

Deve-se avaliar preliminarmente junto às demais atividades dos projetos as possibilidades de implantação das obras, pré-definindo suas etapas, de forma a permitir que estes estudos iniciais possam estimar os tempos de operação, carregamentos, vias que serão utilizadas como rotas alternativas, além das eventuais intervenções na regulamentação de uso dessas vias.

O projeto deverá indicar todos os elementos que deverão ser empregados, inclusive os relativos à segurança, e que deverão seguir as especificações e recomendações da SEMOB.

O estudo de circulação deverá ser detalhado objetivando transferir parte do fluxo da via para outras, estabelecendo-se um novo itinerário, preferencialmente para os veículos particulares, preservando a rota do transporte público. Devem ser observados:

- Utilização de vias de mesmas características das vias bloqueadas;
- Utilização, para itinerários alternativos, de percursos curtos e próximos da rota original; preservação, sempre que possível, das áreas residenciais e das vias que contêm escolas e outros polos de atração de pedestres;
- Garantia de acesso às edificações lindeiras;
- Alteração mínima do esquema de circulação das vias envolvidas e suas transversais;
- Avaliação das interferências, que exigem providências junto a outros órgãos públicos tais como: ponto de táxi, de lotação, de ônibus, feira livre, redes de iluminação pública, telefone, TV a cabo, etc., bem como as interferências subterrâneas;
- Análise das adequações geométricas necessárias à implantação do desvio, como corte de canteiro, ilhas, canalizações;
- Análise de preservação, sempre que possível, do itinerário original dos ônibus e de seus pontos de embarque e desembarque, ou ao menos, o não afastamento demasiado;
- Análise de necessidade em projeto de iluminação da via deve ser mantida em todas as fases da obra. Nos casos de retirada ou desligamento, deve ser providenciada iluminação provisória da via.

A solução final deve buscar reduzir ao máximo os prejuízos ao transporte coletivo, em caso de interrupção do corredor de ônibus (via ou faixa), deve-se sempre que possível, manter na nova rota, a prioridade à circulação destes veículos. No caso do desvio de tráfego ser de grande abrangência ou causar transtornos aos moradores, comerciantes e usuários, é necessário que se estabeleça um plano de comunicação social e de divulgação.

A elaboração deste projeto deve estar compatibilizada com o planejamento de obras do empreendimento e sua finalização depende da aprovação de SEMOB.

3.4.6. Projeto de Arquitetura das Paradas

Deverão ser apresentadas alternativas para as áreas de plataforma que servirão de subsídio para escolha da solução arquitetônica de Área de Parada que será detalhada no projeto básico e executivo, incluindo os locais de travessias de pedestres e eliminando interferências de percurso de transeuntes e usuários do corredor. Deverá ser identificado e apresentado um plano de necessidades a ser considerado nas propostas alternativas, visando ao máximo de padronização e economicidade de tratamentos das distintas áreas.

Deve ser detalhado cada elemento afeto a essa disciplina, integrando tudo que ficar estabelecido para estar disposto na plataforma de forma a compor e regular o uso da mesma.

O conceito do projeto das paradas baseia-se na garantia de acessibilidade de pedestres, principalmente pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e baixa visão, a qualquer das facilidades e das plataformas de embarque e desembarque através de:

- Uniformização do tratamento de piso das plataformas e acessos;
- Implantação de guias rebaixadas, rampas ou planos inclinados às plataformas com, no máximo, 8,33% de inclinação e piso tátil conforme normas;
- Utilização de faixas de piso tátil direcional e de alerta nas guias rebaixadas, nas rampas de acesso às plataformas e nas plataformas conforme ABNT NBR 16.537;
- Determinar a adequada posição de áreas a serem reservadas a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, a implantação de piso tátil direcional indicando o caminhar para a pessoa com deficiência visual e visão reduzida para o ponto referencial de embarque e definir com o piso de alerta o limite de plataforma;
- Demais equipamentos e instalações que atendam às exigências da Lei Brasileira de Inclusão, normas técnicas e da Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA/PMG e legislação correlata.

Os projetos deverão conter detalhamento de paginação / sinalização de piso que orientem usuário desde a travessia de pedestres até a plataforma, conforme disposições da ABNT NBR 16.537 e resoluções pertinentes de CPA e CPC.

Os projetos deverão atender ao previsto na ABNT NBR 9050 quanto à acessibilidade aos diversos locais para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e obedecer à legislação e demais normas técnicas vigentes. A finalização deste projeto depende da aprovação da SEMOB.

O projeto executivo apresentará todos os elementos necessários para a correta locação, especificação de serviços, projetos complementares e acabamentos específicos das paradas.

Os projetos apresentarão o detalhamento dos revestimentos especificados, indicando os materiais e tipos de acabamento, métodos de fixação, dimensionamento das peças e outros itens que permitam a perfeita aplicação destes.

O escopo dos serviços referentes ao projeto executivo de arquitetura das paradas compreende a elaboração de plantas na escala 1:100, cortes e detalhes em formato A1, além de memoriais descritivos com especificações técnicas e planilhas de quantidades.

3.4.7. Projeto de Urbanismo

Na execução do projeto de urbanismo deverão ser obedecidas as diretrizes da NBR 9050 – acessibilidade, a NBR 16537 – piso tátil, e demais normas e legislação correlatas vigentes.

O projeto de urbanismo será desenvolvido de modo a compatibilizar os elementos que compartilham o espaço público, existentes e projetados, eliminando os eventuais conflitos entre os diversos elementos tais como:

- Postes de iluminação e de sinalização vertical e semafórica;
- Paisagismo;
- Mobiliário urbano;
- Faixas de travessia;
- Guias rebaixadas de automóveis e de acesso a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Infraestrutura urbana (grelhas, caixas e BL(s), PV(s), etc.);
- Ciclovia.

O projeto de urbanismo deverá ser apresentado em plantas na escala 1:250, com detalhamento em escalas compatíveis e deverá apresentar:

- Indicação dos pisos das calçadas, caimento, diferenciação de materiais (através de hachuras), cotas de níveis, escadarias e rampas (com sentido de inclinação);
- Indicação de todo o mobiliário urbano projetado, existente e remanejado (bancos, lixeiras, floreiras, placas, etc.);
- Indicação de cercamentos (gradis, alambrados, etc.) e portões;
- Indicação e detalhamento de guias rebaixadas para acesso de automóveis e para travessia de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, atendendo à ABNT NBR 9050 e legislação correlata;
- Indicação e detalhamento de sinalização tátil atendendo à ABNT NBR 16.537 e legislação correlata;
- Indicação de elementos de contenção, tais como muros de arrimo, muretas, gabiões, etc.;
- Indicação dos elementos de captação de drenagem como canaletas e grelhas, etc.;
- Indicação das faixas de travessia e postes de sinalização de acordo com o projeto de sinalização vertical e horizontal;
- Indicação da arborização existente e a implantar, de acordo com o projeto de paisagismo e TCA do empreendimento;
- Indicação do posteamento da rede de iluminação pública, de acordo com o levantamento planialtimétrico e projeto de iluminação pública;
- Indicação das caixas de passagem, poços de visita e demais dispositivos que apresentam tampas ao nível do piso;
- Memorial descritivo e planilha de quantidades, acompanhada das respectivas memórias de cálculo.

O Projeto de Urbanismo será decorrente da compatibilização dos demais projetos de infraestrutura, paisagismo, geometria e sinalização. Nas plantas deverá constar o levantamento topográfico.

A finalização deste projeto depende da aprovação da fiscalização.

3.4.8. Projeto de Paisagismo

O Projeto de Paisagismo deverá ser desenvolvido a partir dos projetos de geometria, urbanismo e do cadastro unificado de interferências, visando à melhoria da paisagem ao longo do trajeto potencializando e melhorando sempre que possível o adensamento de massa arbórea nos passeios, desde que não prejudicada a solução de mobilidade e visibilidade.

As espécies arbóreas e arbustivas deverão ser nativas, atendendo às diretrizes da legislação correlata vigente.

O projeto de paisagismo deverá ser entregue em escala 1:250 para plantas e escalas adequadas para detalhamento.

Compreende, no mínimo:

- Deverá conter a definição das espécies e locação das árvores, arbustos e forrações utilizadas no projeto. O plantio das árvores deverá manter a uniformidade e o ritmo existentes, sem conflitar com os visuais dos edifícios e monumentos;

- Toda a vegetação existente deverá ser indicada nesta planta com representação gráfica e legenda diferenciada;
- A representação gráfica das árvores e arbustos deverá ser através da projeção do diâmetro da copa da espécie em fase adulta com um ponto central. No caso de forrações deverão ser usadas hachuras diferentes para cada espécie;
- Toda vegetação deverá ter as seguintes especificações em tabela contendo: Nome científico, nome popular, quantidade (unidade ou área) altura e DAP mínimos da muda e distância de plantio;
- Devem ser incluídas nos desenhos informações das árvores preservadas e transplantadas (nome científico, nome popular, DAP, volume lenhoso, estado fitossanitário). Essas informações devem ser compatíveis com as apresentadas nas plantas de Situação Atual e Situação Pretendida que compõem o material do TCA, que será fornecido pela fiscalização;
- O espaçamento do plantio das árvores nos passeios deverá estar compatibilizado com os acessos as garagens dos imóveis particulares, com as redes de infraestrutura subterrâneas, com postes de sinalização e iluminação, com as guias rebaixadas e mobiliário urbano, conforme orientações das normas vigentes.
- Nas praças, as espécies vegetais deverão ser compatibilizadas com os equipamentos a ser instalados, caminhos e demais elementos de projeto.

3.4.9. Projeto Ambiental: Termo de Compromisso Ambiental (TCA)

Caso seja necessário realizar manejo arbóreo, este deve ser compatível com um Termo de Compromisso Ambiental – TCA.

O TCA deverá atender às exigências da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), visando formalizar os compromissos relativos à supressão vegetal, compensação ambiental, replantio e manejo de espécies existentes nas áreas de intervenção do corredor.

Caso confirmada a existência de cobertura vegetal, caberá à Contratada realizar o levantamento arbóreo detalhado, identificar as espécies e seu estado fitossanitário e indicar a necessidade de supressão, transplante ou compensação ambiental, conforme legislação municipal e estadual vigentes.

O produto deverá incluir:

Levantamento arbóreo e mapa de vegetação georreferenciado;

Relatório de diagnóstico ambiental, contendo a caracterização das espécies e a justificativa técnica das ações propostas;

Proposta de compensação ambiental e cronograma de execução;

Documentação técnica necessária para protocolo junto à SEMA e demais órgãos competentes;

ART do responsável técnico pela elaboração do TCA.

A aprovação do TCA pelos órgãos ambientais competentes é parte integrante deste produto e deverá ocorrer antes do início das obras.

3.4.10. Projeto de Vala Técnica

Em consonância com a legislação municipal, deverá ser prevista a instalação de valas técnicas.

Tomando-se por referência o projeto geométrico, os cadastros das redes das concessionárias, assim como as normas e demais disposições por elas estabelecidas, deverá ser elaborado o projeto de vala técnica para as redes de telecomunicações, compatibilizando as condicionantes e diretrizes das demais redes das concessionárias e empresas envolvidas.

O projeto de vala técnica a ser elaborado deverá ser compatibilizado com os demais projetos de infraestrutura (como iluminação pública, sinalização vertical e semafórica, remanejamento de interferências e drenagem) e

especialmente com o projeto de paisagismo, de forma a não interferir com o plantio da arborização, e de urbanismo, de forma a não interferir com as guias rebaixadas, rampas e demais dispositivos de acessibilidade.

O projeto de vala técnica deverá ser aprovado pelas concessionárias envolvidas e pela SEMOB.

3.4.11. Projeto Elétrico e Iluminação Pública do Corredor e das Paradas

O projeto elétrico, responsável pela infraestrutura de alimentação, distribuição e proteção elétrica do corredor e das paradas; e

O projeto de iluminação pública, abrangendo a iluminação viária e funcional das áreas de pedestres e paradas.

O projeto deverá garantir segurança, eficiência energética, manutenção simplificada e conforto visual, atendendo tanto ao corredor viário quanto às paradas de ônibus, com soluções que promovam integração funcional, eficiência luminosa e compatibilidade com o ambiente urbano.

a) Projeto Elétrico do Corredor e das Paradas

O projeto elétrico deverá abranger toda a infraestrutura necessária ao funcionamento dos sistemas elétricos e luminotécnicos do corredor e das paradas, incluindo:

Redes subterrâneas ou aéreas de alimentação, conforme padrão da concessionária local;

Quadros de distribuição, disjuntores e dispositivos de proteção e aterramento;

Eletrodutos, caixas de passagem, bases de poste e pontos de alimentação para luminárias e equipamentos auxiliares;

Infraestrutura elétrica das paradas, abrangendo alimentação para iluminação, bilhetagem eletrônica, câmeras, painéis informativos, tomadas de manutenção e sinalização eletrônica;

Circuitos independentes para iluminação pública e para equipamentos das paradas, permitindo controle e manutenção diferenciados;

Aterramento e equipotencialização, em conformidade com as normas técnicas e com o sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA).

O projeto deverá prever compatibilização com o projeto arquitetônico das paradas, evitando interferências com estruturas metálicas, coberturas e mobiliário urbano.

b) Projeto de Iluminação Pública do Corredor e das Paradas

O projeto de iluminação deverá proporcionar visibilidade adequada, segurança viária e conforto aos usuários, contemplando:

Iluminação pública do corredor de ônibus, garantindo níveis mínimos de iluminância e uniformidade luminosa conforme a ABNT NBR 5101, priorizando as faixas preferenciais, travessias e áreas de embarque/desembarque;

Iluminação funcional e de destaque nas paradas, com projeto luminotécnico específico integrado ao desenho arquitetônico dos abrigos;

Luminárias LED de alta eficiência, com fluxo luminoso controlado e redução de ofuscamento;

Instalação de projetores, luminárias embutidas ou suspensas, de acordo com o padrão arquitetônico adotado;

Iluminação de emergência nas plataformas e acessos, alimentada por sistema autônomo ou circuito dedicado;

Integração com o projeto de paisagismo, assegurando boa visibilidade sem interferência de vegetação;

Adoção de postes e suportes padronizados, adequados à altura e geometria das vias e áreas de permanência.

Sempre que possível, deverá ser mantida a potência instalada existente, promovendo racionalização do número de pontos de luz, da altura dos postes e do tipo de luminária, otimizando o desempenho energético e visual do sistema.

c) Escopo de Entrega

O Projeto Elétrico e de Iluminação Pública do Corredor e das Paradas será constituído dos seguintes elementos:

Plantas de localização dos pontos de iluminação pública e das paradas, indicando tipo de poste, luminária, potência e altura (escala 1:500);

Plantas dos circuitos elétricos, com indicação dos condutores, dispositivos de proteção, caixas de passagem e bases de fixação (escala 1:500);

Diagramas unifilares e multifilares, mostrando a interligação entre os circuitos e quadros de distribuição;

Detalhes construtivos das instalações elétricas e das luminárias das paradas;

Memorial descritivo e justificativo, contendo metodologia de dimensionamento, critérios luminotécnicos e de segurança;

Memorial de cálculo luminotécnico, com níveis de iluminância, uniformidade, eficiência e curvas fotométricas;

Memorial de cálculo elétrico, incluindo dimensionamento de cabos, quedas de tensão, correntes de curto-circuito e dispositivos de proteção;

Especificações técnicas dos equipamentos elétricos e luminárias, conforme padrões da ENEL/SP e da SEMOB;

Planilhas de quantidades e custos, acompanhadas das respectivas memórias de cálculo.

d) Considerações Finais

O projeto deverá promover integração plena entre o sistema elétrico e o sistema de iluminação, assegurando:

Eficiência energética e operacional, com priorização de luminárias LED e dispositivos de proteção adequados;

Segurança e conforto aos usuários, em especial nas áreas de travessia e embarque;

Compatibilização com os projetos de arquitetura, paisagismo e sinalização;

Durabilidade e facilidade de manutenção das instalações.

A aprovação final do projeto dependerá da validação pela SEMOB e pela concessionária ENEL/SP, cabendo à contratada acompanhar e atender às solicitações até a obtenção da homologação definitiva.

3.4.12. Projeto de Interferências e Projetos de Remanejamentos

Tomando-se por referência o projeto geométrico, de drenagem, galeria técnica, urbanismo, paisagismo, etc., sobrepostos ao cadastro geral unificado de redes de infraestrutura existentes (e eventuais atualizações de cadastros das concessionárias e órgãos públicos, quando necessário), deverá ser elaborado o Projeto de Interferências. Consiste em desenho em que deverão ser identificadas todas as interferências existentes com indicação de remoções e/ou remanejamentos de redes e equipamentos necessários para implantação das obras.

Com base no Projeto de Interferências deverão ser contatadas as concessionárias/ permissionárias e/ou órgãos públicos envolvidos para obtenção dos projetos específicos dos remanejamentos necessários e respectivos orçamentos, ou diretrizes para o desenvolvimento dos mesmos, quando for o caso.

Deverão ser entregues os seguintes produtos:

- Projeto de Interferências, sobre a base do Projeto Geométrico, formato A1 padrão SEMOB em escala 1:500;
- Projetos Específicos de remoção ou remanejamento, em escala 1:500 (a ser validada com as concessionárias), quando for o caso;
- Projetos de realocação e orçamento obtido junto as Concessionárias locais;
- Memoriais de Cálculo;
- Memoriais Descritivos e Justificativos;

- Planilhas de quantidades e serviços, acompanhadas das respectivas memórias de cálculo.

B. Terminal Santa Helena

C. Terminal Bonsucesso

3.4.13. Projetos Terminais

Deverão ser arquitetonicamente simples, carácter aberto, leves, funcionais, estrutura metálica, com práticas que atendam às necessidades dos usuários para rápida transferência entre modais, com gasto mínimo de tempo, atendendo aos critérios de praticidade e economicidade. As edificações projetadas deverão estar em sintonia com o ambiente circundante.

Nos projetos dos terminais deverão constar o Pavimento Térreo contemplando minimamente: plataformas de embarque e desembarque de passageiros, administração, bilheteria, salas operacionais, sanitários públicos, bicicletário, sanitários de funcionários, mobiliário urbano, equipamentos, calçada, arborização e circulação.

O projeto deverá contemplar soluções arquitetônicas para movimentação segura de pessoas portadoras de necessidades especiais, PNE, de acordo com as Normas Técnicas Brasileiras (NBR 9050).

Elaboração do anteprojeto arquitetônico, contemplando layout funcional (área operacional, área de apoio ao usuário e área administrativa / técnica), fluxo de circulação de passageiros e veículos, áreas de embarque / desembarque, plataformas, áreas de espera, bilheterias, sanitários, áreas comerciais, acessos, sinalização e iluminação.

Desenvolvimento do projeto incluindo plantas, cortes, elevações, detalhes construtivos, especificações técnicas e memoriais descritivos; detalhamentos necessários para sua execução, de acordo com as normas técnicas vigentes e as especificidades do município de Guarulhos.

Compatibilização do projeto com as demais disciplinas de engenharia (estrutural, elétrica, hidráulica etc.), quando necessário;

Caso seja possível, incluir soluções para captação de água, eficiência energética e redução de impacto ambiental;

3.4.13.1. Projeto Arquitetônico

O terminal deverá ser concebido como uma edificação de carácter aberto, funcional, com fluxos independentes para passageiros e veículos, garantindo conforto, segurança e acessibilidade.

Os ambientes internos e setorização deverão ser definidos de forma a atender às demandas operacionais e ao fluxo contínuo de passageiros, organizados minimamente com funções, tais como: área operacional, área de apoio ao usuário e área administrativa / técnica.

1. Área Operacional e de Embarque / Desembarque

Plataformas de Embarque e Desembarque: Áreas cobertas, com piso nivelado, guias rebaixadas e sinalização tátil, dimensionadas para o atendimento simultâneo de múltiplas linhas de ônibus e transporte complementar, bem como para o embarque e desembarque de veículos de transporte individual, como táxis e aplicativos (Uber, 99, entre outros).

As plataformas deverão ser projetadas com acessos independentes e devidamente sinalizados, garantindo segurança, fluidez e acessibilidade universal entre os diferentes modos de transporte, conforme as normas da ABNT NBR 9050 e as diretrizes da SEMOB.

Faixas de Circulação de Ônibus: corredores internos segregados, com raios de manobra adequados e pavimento reforçado.

Abrigos de Plataforma: estruturas metálicas com cobertura termoacústica, ventilação natural e calhas integradas à drenagem.

Área Técnica Operacional: destinada a controle de tráfego interno e apoio à operação.

2. Área de Apoio ao Usuário

Saguão Principal: espaço central de integração entre acessos, bilheteria e plataformas, com circulação ampla e iluminação natural indireta.

Bilheteria e Controle de Acesso: ambiente fechado com guichês de atendimento, espaço para bilhetagem eletrônica e armários de segurança.

Sanitários Públicos: instalações separadas por gênero, com cabines acessíveis, lavatórios múltiplos, revestimentos cerâmicos e ventilação natural.

Sanitários de Funcionários: ambiente de uso restrito, com vestiários e armários individuais.

Bicicletário e Controle de Bicicletário: área coberta, com suportes metálicos fixos e sistema de controle de acesso.

Área de Espera e Convivência: mobiliário fixo, bancos modulares e bebedouros, integrados ao espaço de circulação.

Calçadão e Conexão Urbana: faixa de transição entre o terminal e o passeio público, com piso podotátil e paisagismo.

3. Área Administrativa e Técnica

Sala de Administração: ambiente destinado à gestão do terminal, com espaço para dois a três postos de trabalho e mobiliário fixo.

Sala de Operação / Controle: voltada à supervisão da circulação interna e do funcionamento dos sistemas elétricos e hidráulicos.

Depósito e Almoxarifado: compartimento para armazenamento de materiais de limpeza, ferramentas e insumos operacionais.

Sala de Manutenção e Abrigo Técnico: abriga painéis elétricos, bombas, reservatórios e quadros de distribuição.

Abrigo de Resíduos e Lixeiras Seletivas: ambiente segregado e ventilado, destinado ao manejo e armazenamento temporário de resíduos sólidos.

O Projeto Arquitetônico deverá ser desenvolvido a partir dos levantamentos de campo e estudos preliminares, considerando fluxos de passageiros, veículos e pedestres, dimensionamento funcional das áreas e integração com o entorno urbano.

Deverão ser estudados a ventilação natural, insolação e conforto ambiental, bem como a relação entre as áreas técnicas, comerciais e operacionais do terminal.

O projeto deverá incluir plantas, cortes, elevações e detalhes construtivos necessários à execução das terminal, plataformas e paradas, obedecendo às normas da ABNT e da SEMOB, sempre observando os critérios de acessibilidade.

Deverão ser entregues os seguintes produtos:

Projeto arquitetônico completo: (planta de implantação, planta baixa, planta de cobertura, cortes e elevações, fachadas, detalhes construtivos, layout de mobiliário e equipamentos, perspectivas) em formato A1, escala 1:100;

Memorial descritivo e justificativo; e

Planilhas de áreas e quantitativos.

3.4.13.2. Projeto Estrutural e Fundações

Com base no projeto arquitetônico e nas informações geotécnicas obtidas, nos levantamentos e estudos preliminares, visando especificar e detalhar os sistemas estruturais, localização, métodos, materiais, serviços e processos necessários para o entendimento da execução da obra, de acordo com as normas vigentes, pertinentes à estruturas e fundações, deverá ser elaborado o Projeto estrutural e fundações, definindo o sistema construtivo a ser adotado (concreto armado, metálico ou misto).

Deverão ser executadas modelagens estruturais (com análise de esforços e deslocamentos), dimensionamento de elementos portantes, detalhamento de fundações (análise dos relatórios geotécnicos e definição das soluções), vigas, lajes

e estruturas de cobertura, observando as normas da ABNT e critérios de segurança e economia e Compatibilização / integração com arquitetura, instalações e acabamentos.

Deverão ser entregues os seguintes produtos:

Plantas de implantação, seções transversais, desenhos das formas e armações, detalhes construtivos e fundações;
Relatórios de verificação, Memoriais de cálculo e memorial descritivo; e
Planilhas de quantitativos.

3.4.13.3. Projeto de Instalações Elétricas e de Iluminação

O Projeto de Instalações Elétricas e de Iluminação deverá abranger o sistema de alimentação elétrica, circuitos, quadros de distribuição, iluminação funcional e de emergência, bem como as instalações de bilhetagem, sonorização, câmeras e comunicação interna. Definição dos materiais, equipamentos e quantitativos. Compatibilização e integração com arquitetura e paisagismo.

Deverá observar a NBR 5410, as normas da ENEL/SP e o padrão da SEMOB para terminais.

Deverão ser entregues os seguintes produtos:

Diagramas unifilares e de comando;
Plantas de instalações elétricas e luminotécnicas em formato A1;
Memorial descritivo e de cálculo luminotécnico; e
Planilha de carga e quantitativos.

3.4.13.4. Projeto de Instalações Hidrossanitárias

O Projeto Hidrossanitário deverá compreender o abastecimento de água potável, coleta de esgoto sanitário, drenagem pluvial e sistema de reuso, considerando a eficiência hídrica e a adequação às normas NBR 5626 e NBR 8160.

Deverão ser definidos os traçados das redes internas e externas, reservatórios, válvulas, conexões e pontos de inspeção, com compatibilização com os demais projetos (checagem de interferências com estrutura e drenagem).

Deverão ser entregues os seguintes produtos:

Plantas de instalações hidrossanitárias e pluviais;
Diagramas verticais e detalhes de reservatórios;
Dimensionamento hidráulico, Memoriais descritivos e de cálculo; e
Planilhas de quantitativos e materiais.

3.4.13.5. Projeto Geométrico, Drenagem Superficial e Pavimentação

O Projeto Geométrico, de Drenagem Superficial e Pavimentação dos Terminais deverá ser elaborado com base no levantamento topográfico cadastral, nos estudos geotécnicos e de tráfego interno, e nas diretrizes operacionais e arquitetônicas definidas para os Terminais Bonsucesso e Santa Helena.

O objetivo é definir as condições geométricas, hidráulicas e estruturais adequadas às áreas de circulação, estacionamento e manobra de ônibus, assegurando segurança operacional, conforto dos usuários e durabilidade das estruturas de pavimento.

a) Projeto Geométrico Interno

O projeto geométrico deverá estabelecer o traçado e a configuração das vias internas, baias de estacionamento e áreas de manobra, observando:

Envelope de giro dos ônibus e raio mínimo de curvatura, conforme NBR 9050 e manuais da SEMOB;
Declividades longitudinais e transversais adequadas, garantindo escoamento superficial eficiente e conforto operacional;

Integração entre as áreas de embarque, desembarque, acesso e circulação, conforme o projeto arquitetônico e de acessibilidade;

Representação gráfica em planta e perfil longitudinal, nas escalas 1:500 (H) e 1:50 (V);

Seções transversais tipo das vias e pátios, incluindo dimensões de pista, canteiros e passeios.

b) Projeto de Drenagem Superficial

O sistema de drenagem deverá garantir o escoamento rápido e seguro das águas pluviais nas áreas pavimentadas e de circulação dos terminais, evitando alagamentos junto às plataformas e edificações.

Deverão ser consideradas as seguintes diretrizes:

Captação superficial por bocas de lobo, canaletas e grelhas metálicas, interligadas por rede de microdrenagem subterrânea;

Dimensionamento hidráulico das tubulações, com base em estudos hidrológicos e pluviométricos locais;

Aproveitamento e adequação da drenagem existente, com realocação de dispositivos apenas quando tecnicamente necessário;

Compatibilização com o projeto de pavimentação e urbanização, assegurando cotas de greide coerentes;

Soluções sustentáveis, como pisos permeáveis, caixas de infiltração e jardins de chuva, sempre que viáveis.

c) Projeto de Pavimentação

O pavimento das áreas de circulação e estacionamento deverá ser dimensionado conforme as condições de tráfego intenso e carga concentrada de veículos pesados, utilizando camadas estruturais de alto desempenho.

Deverão ser observadas as seguintes premissas:

Pavimento rígido (concreto armado ou de cimento rolado – CCR) nas áreas de tráfego e manobra de ônibus;

Pavimento flexível ou intertravado nas áreas de pedestres e estacionamento de veículos leves;

Reforço e regularização do subleito, com base nos estudos geotécnicos da Etapa 3;

Detalhamento das juntas de dilatação, ancoragem e dispositivos de drenagem superficial integrados ao pavimento;

Compatibilização com o projeto de drenagem e acessibilidade.

d) Elementos do Projeto

O projeto deverá ser composto pelos seguintes elementos:

Plantas de geometria e drenagem superficial, em escala 1:500;

Perfis longitudinais e seções transversais tipo, com cotas de greide e drenagem associadas;

Projeto de pavimentação, com detalhamento de seções, espessuras e materiais;

Detalhes construtivos de bocas de lobo, canaletas, grelhas e juntas de pavimento;

Memorial descritivo e justificativo, abordando critérios de dimensionamento e soluções adotadas;

Memoriais de cálculo geotécnico, hidráulico e estrutural;

Planilhas de quantidades e custos, acompanhadas das respectivas memórias de cálculo.

e) Considerações Finais

O projeto deverá garantir a integração funcional entre as áreas internas e externas dos terminais, priorizando:

A segurança dos deslocamentos de veículos e pedestres;

O escoamento eficiente das águas pluviais;

A durabilidade dos pavimentos e dispositivos de drenagem;

A compatibilização com os projetos de arquitetura, instalações, paisagismo e acessibilidade.

A aprovação final do projeto dependerá da análise técnica da SEMOB e da conformidade com as normas municipais e da ABNT aplicáveis.

3.4.13.6. Projeto de Sinalização e Comunicação Visual

O Projeto de Sinalização e Comunicação Visual deverá definir a sinalização horizontal e vertical interna e externa dos terminais, além da comunicação visual informativa (totens, pictogramas e mapas).

Deverá seguir os padrões da SEMOB e as normas do CONTRAN e DENATRAN, garantindo clareza, legibilidade e segurança ao usuário.

Deverão ser entregues os seguintes produtos:

Plantas de sinalização horizontal e vertical em escala 1:500;
Projeto de comunicação visual e simbologia padronizada; e
Memoriais descritivos e planilhas de materiais.

3.4.13.7. Projeto de Acessibilidade e Circulação

O Projeto de Acessibilidade e Circulação deverá contemplar o atendimento integral à NBR 9050 e NBR 16537, definindo rotas acessíveis, rampas, travessias, sinalização tátil e pisos de alerta.

Deverá garantir deslocamentos contínuos e seguros, compatibilizados com os projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo.

Deverão ser entregues os seguintes produtos:

Plantas e detalhes de acessibilidade e circulação;
Memorial técnico e de conformidade normativa;

3.4.13.8. Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e AVCB

O Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio deverá atender integralmente às Instruções Técnicas (ITs) do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), prevendo sistemas de hidrantes, extintores, iluminação de emergência, sinalização e rotas de fuga, em atendimento a NBR 13714, a NBR 9077 e demais normas aplicáveis.

Deverão ser dimensionados todos os equipamentos, tubulações e reservatórios de combate a incêndio, conforme classificação de risco e ocupação das edificações.

Durante o desenvolvimento, a CONTRATADA deverá promover a interlocução técnica e o protocolo do projeto junto ao Corpo de Bombeiros, compreendendo:

elaboração do projeto conforme as exigências do CBPMESP;
submissão do projeto para obtenção do Certificado de Aprovação (CA) ou do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB);
e atendimento integral às eventuais exigências ou complementações solicitadas pelo órgão até a aprovação final.

Deverão ser entregues os seguintes produtos:

Plantas de prevenção e combate a incêndio;
Memorial de cálculo hidráulico e descritivo técnico;
Planilha de equipamentos;
ART do engenheiro responsável;
Documentação completa para protocolo e tramitação junto ao Corpo de Bombeiros, incluindo todos os formulários, memoriais e relatórios técnicos necessários à aprovação; e
Comprovação da aprovação do projeto pelo CBPMESP (AVCB ou CA emitido), a ser apresentada como parte integrante da entrega final deste produto.

3.4.13.9. Projeto de Paisagismo e Urbanização

O projeto de paisagismo foi realizado com base no projeto geométrico, projeto de arquitetura e nos levantamentos e estudos ambientais preliminares, visando garantir condições adequadas para a execução técnica do paisagismo, da

arborização viária, áreas permeáveis e áreas livres afetadas pelo empreendimento, preocupando-se com a visibilidade, sombreamento de setores operacionais, contenção de taludes e combate ao assoreamento e erosão do solo.

O projeto irá consistir no detalhamento paisagístico do empreendimento, indicando as áreas livres, massas arbóreas com as devidas espécies, quantidades e locação do plantio, remanejamento e compensação ambiental.

Deverão ser entregues os seguintes produtos:

Plantas paisagísticas e urbanísticas em escala 1:250;
Descritivo de Especificações Técnicas e de Plantio;
Relatório de Cadastro;
Manejo e Compensação;
Memorial descritivo de espécies e mobiliário urbano; e
Planilhas de quantitativos e cronograma de implantação.

3.4.13.10. Projeto Ambiental: Termo de Compromisso Ambiental (TCA)

Caso seja necessário realizar manejo arbóreo, este deve ser compatível com um Termo de Compromisso Ambiental – TCA.

O TCA deverá atender às exigências da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), visando formalizar os compromissos relativos à supressão vegetal, compensação ambiental, replantio e manejo de espécies existentes nas áreas de intervenção das implantações dos terminais.

Caso confirmada a existência de cobertura vegetal, caberá à Contratada realizar o levantamento arbóreo detalhado, identificar as espécies e seu estado fitossanitário e indicar a necessidade de supressão, transplante ou compensação ambiental, conforme legislação municipal e estadual vigentes.

O produto deverá incluir:

Levantamento arbóreo e mapa de vegetação georreferenciado;
Relatório de diagnóstico ambiental, contendo a caracterização das espécies e a justificativa técnica das ações propostas;
Proposta de compensação ambiental e cronograma de execução;
Documentação técnica necessária para protocolo junto à SEMA e demais órgãos competentes;
ART do responsável técnico pela elaboração do TCA.

A aprovação do TCA pelos órgãos ambientais competentes é parte integrante deste produto e deverá ocorrer antes do início das obras.

A) Corredor Pimentas

B) Terminal Santa Helena

C) Terminal Bonsucesso

1. ETAPA 5 - (PRODUTO IX) Projeto Executivo

O conteúdo e o escopo dos Projetos Executivos deverão seguir rigorosamente a estrutura definida no Quadro Resumo das Estruturas Gerais das Etapas, que consolida todos os produtos a serem desenvolvidos nesta fase, conforme suas correspondências com o Corredor Pimentas (A), o Terminal Santa Helena (B) e o Terminal Bonsucesso (C).

Assim, os Projetos Executivos compreendem, entre outros, os seguintes produtos, conforme estabelecido no referido quadro:

Para o Corredor Pimentas (A):

Projeto Geométrico, Projeto de Drenagem, Projeto de Pavimentação, Projeto de Sinalização e Dispositivos de Segurança,

Projeto de Desvio de Tráfego, Projeto de Arquitetura das Paradas, Projeto de Urbanismo, Projeto de Paisagismo, Projeto de Vala Técnica, Projeto Elétrico e Iluminação Pública do Corredor e das Paradas, e Projeto de Interferências e Remanejamentos.

Para os Terminais Santa Helena (B) e Bonsucesso (C):

Projeto Arquitetônico, Projeto Estrutural e Fundações, Projeto de Instalações Elétricas e de Iluminação, Projeto de Instalações Hidrossanitárias, Projeto Geométrico, Drenagem Superficial e Pavimentação, Projeto de Sinalização e Comunicação Visual, Projeto de Acessibilidade e Circulação e Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio.

Cada um desses projetos deverá ser desenvolvido em conformidade com as diretrizes específicas de sua disciplina técnica e com o grau de detalhamento exigido para projetos executivos de obras públicas, garantindo compatibilização entre todas as especialidades e evitando interferências durante a execução.

Os Projetos Executivos deverão apresentar pranchas de detalhamento dos produtos aprovados e consolidados na Etapa 4 - Projeto Básico. As pranchas de Projeto Básico que não precisarem ser detalhadas ou revisadas para permitir a execução das obras deverão ser validadas para compor o conjunto dos produtos da Etapa 5, reunindo todos os elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, representando a solução final e definitiva. Essa validação se dará mediante a reemissão dos desenhos do Projeto Básico com código de Projeto Executivo, incluindo atualização dos códigos dos documentos de referência, conforme diretrizes do SEMOB. O procedimento de validação não será remunerado.

O Projeto Executivo deverá estar de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do INMETRO, códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA/CONFEA e CAU/SP.

Deve ser constituído com base nos parâmetros da elaboração do Projeto Básico aprovado, no adequado tratamento do impacto ambiental e nos levantamentos topográficos e estudos geotécnicos.

Antes de iniciar o desenvolvimento dos trabalhos, a CONTRATADA deverá atualizar o Índice de Documentos, especificamente para detalhamento do Projeto Executivo, onde deverá constar a estimativa dos documentos a serem gerados no detalhamento dos Projetos Executivos. Ao longo da elaboração desta Etapa, este Índice deverá ser sempre atualizado.

O projeto executivo deverá ser submetido à análise da SEMOB.

MATERIAL PARA ENTREGA: Após aprovação pela Secretaria de Mobilidade Urbana, o projeto deverá ser entregue em 01 (uma) via impressa, acompanhadas dos respectivos arquivos digitais (".dwg"), juntamente com a cópia da Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) e devidamente assinado.

Deverá ser realizada a entrega dos projetos executivos (item 3.4.1 até 3.4.12), conforme diretrizes estabelecidas no item 3.5.

2. ETAPA 6 - Documentos Técnicos de Projeto

3.6.1. PRODUTO X – A, B e C: Planilhas de Quantidades, Memórias de Cálculo e Composição de Preços

Os quantitativos de materiais e serviços deverão ser consolidados numa planilha global, acompanhadas das respectivas memórias de cálculo e cronograma de obra, que deverão ser apresentadas conforme padrão SEMOB utilizando sempre que possível os itens constantes nas tabelas oficiais e/ou cotação de preço de mercado.

Para elaboração das planilhas de quantidades deverão ser observadas as instruções específicas da SEMOB, em particular, deverão ser elaboradas as memórias de cálculo correspondentes às quantidades apresentadas.

Já as composições de preço unitários são o detalhamento do custo de uma unidade de serviço, incluindo a descrição do serviço, a quantidade de insumos (materiais, mão de obra, equipamentos), os custos unitários desses insumos e seus respectivos índices de produtividade.

MATERIAL PARA ENTREGA: Deverá ser encaminhada a planilha orçamentária, memórias de cálculos e composições de preços unitários, correspondente a obra, entregue em arquivos digitais (“.xls”, “.xlsx”) e demais documentos técnicos pertinentes que devem acompanhá-lo.

3.6.2. PRODUTO XI – A, B e C: Memoriais Descritivos

Deverão ser elaborados memoriais descritivos específicos para cada disciplina de projeto, que posteriormente irão compor o memorial descritivo global do empreendimento, bem como os métodos construtivos para execução das obras e serviços conforme especificações. Os memoriais descritivos específicos deverão ser consolidados em um Memorial Descritivo global do empreendimento.

O memorial descritivo especifica os materiais, as técnicas construtivas, as dimensões e os acabamentos.

MATERIAL PARA ENTREGA: Deverá ser encaminhado o memorial descritivo correspondente a obra, entregue em arquivos digitais (“.doc”, “.docs”) e demais documentos técnicos pertinentes que devem acompanhá-lo.

3.6.3. PRODUTO XII – A, B e C: Especificações Técnicas e Matriz de Risco

Todos os materiais e serviços previstos no projeto que não constarem na tabela oficial de preços deverão ser especificados e apresentado o seu custo unitário.

As especificações técnicas descrevem os requisitos e padrões que um serviço ou obra deve atender, detalhando as características dos materiais, a execução dos trabalhos e as condições necessárias.

A Matriz de Risco deverá identificar, classificar e distribuir as responsabilidades entre a Contratante e a Contratada, conforme o artigo 22, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de promover o equilíbrio econômico-financeiro e a previsibilidade contratual.

A Matriz de Risco deverá ser elaborada em formato de planilha analítica, vinculada às etapas e produtos contratuais, e integrará os documentos técnicos de apoio à execução das obras, servindo como instrumento de gestão, monitoramento e auditoria.

MATERIAL PARA ENTREGA: Deverá ser encaminhado as especificações técnicas e matriz de risco correspondente a obra, entregue em arquivos digitais (“.doc”, “.docs”, “.xls”, “.xlsx”) e demais documentos técnicos pertinentes que devem acompanhá-lo.

3.6.4. PRODUTO XIII – A, B e C: Dimensionamento do Canteiro de Obras e Plano de Ataque de Obras

Para a instalação de canteiros de obra, deve-se inicialmente definir a sua localização, de maneira que se estabeleça uma logística eficaz para as instalações provisórias, instalações de segurança, sistema de movimentação, içamento de peças e armazenamento de materiais.

O planejamento do layout envolve a definição do arranjo físico de trabalhadores, materiais, equipamentos, áreas de trabalho e de estocagem.

Do ponto de vista ambiental, deve-se observar a localização de possíveis áreas de preservação ambiental, nesse caso deve-se respeitar a legislação vigente aplicável a área da construção.

Para a execução das instalações provisórias, é interessante realizar a análise e o aproveitamento do relevo natural do terreno, de modo a minimizar os impactos resultantes da instalação, essa escolha irá repercutir na fase de desmobilização e desativação do canteiro de obras, minimizando ações de recuperação de áreas degradadas.

Para a efetiva implantação de canteiros de obras, a documentação legal referente ao uso e ocupação da área escolhida deverá estar vigente e permanentemente na área do canteiro de obras, para possíveis fiscalizações futuras.

Deverão ser projetadas para que durante o andamento da obra atividades que garantam o bom funcionamento dos canteiros de obras e instalações provisórias, como por exemplo:

- Controle das condições sanitárias do canteiro;
- Constante observação da qualidade da água potável fornecida aos colaboradores, bem como a higienização periódica de bebedouros (evidenciada através de planilhas contendo a data da última higienização);
- Implantação de coleta seletiva nos canteiros de obra, por meio de lixeiras devidamente identificadas e sinalizadas de acordo com a classificação do resíduo, destinar posteriormente os resíduos para cooperativas ou empresas que realizem a reciclagem;
- Realizar a separação de resíduos perigosos, de acordo com as legislações vigentes e encaminhar para empresas especializadas em seu tratamento e disposição final;
- Realizar o transporte e o armazenamento dos produtos perigosos de acordo com as normas de segurança vigentes;
- Instalar dispositivos de prevenção e sinalização de incêndio adequado, bem como, rotas de fugas e saídas de emergências;
- Realizar o treinamento dos colaboradores sobre a correta utilização desses dispositivos.

MATERIAL PARA ENTREGA: O projeto deverá ser entregue em 01 (uma) via impressa, acompanhadas dos respectivos arquivos digitais (".dwg"), juntamente com a cópia da Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT).

Deverá ser elaborado conforme diretrizes estabelecidas para cada disciplina e item 3.6.4 deste TR.

4.RECURSOS HUMANOS E EQUIPAMENTOS

Para a execução e condução dos trabalhos desta licitação será necessário manter recursos físicos e humanos adequados, com um quadro qualificado de profissionais, visando à efetividade das ações a serem desenvolvidas.

A Equipe Técnica Profissional deverá ser composta no mínimo dos seguintes profissionais:

- a) 01 (um) Coordenador Geral;
- b) 01 (um) Engenheiro / Arquiteto Sênior Especialista em Infraestrutura;
- c) 01 (um) Engenheiro / Arquiteto Sênior Especialista em Edificações.

Cada um dos profissionais da equipe técnica deverá obrigatoriamente atender aos requisitos especificados abaixo:

Formação	Nível Funcional /Experiência	Qtd
Engenheiro ou Arquiteto Sênior	<u>Coordenador Geral:</u> deverá ser Engenheiro ou Arquiteto credenciado ao seu órgão de classe e que <u>comprove ter Experiência em Coordenação e/ou como Responsável técnico de Equipe multidisciplinar - em elaboração de projetos de corredor e terminal de ônibus</u> , por meio de Atestados de Capacidade Técnica e as respectivas Certidões de Acervo Técnico, devidamente registrado no órgão competente: CREA/CAU.	01
Engenheiro ou Arquiteto Sênior	<u>Engenheiro Sênior Especialista em Infraestrutura:</u> deverá ser Engenheiro ou Arquiteto credenciado ao seu órgão de classe e que <u>comprove ter Experiência em elaboração de projetos de corredor de ônibus</u> por meio de Atestados de Capacidade Técnica e as respectivas Certidões de Acervo Técnico, devidamente registrado no órgão competente: CREA/CAU.	01
Engenheiro ou Arquiteto Sênior	<u>Arquiteto Sênior Especialista em Edificações:</u> deverá ser Engenheiro ou Arquiteto credenciado ao seu órgão de classe e que <u>comprove ter experiência em elaboração de projeto de terminal de ônibus</u> por meio de Atestados de Capacidade Técnica e as respectivas Certidões de Acervo Técnico, devidamente registrado no órgão competente: CREA/CAU.	01

4.1. A equipe técnica deve ser mobilizada pela CONTRATADA, sendo constituída por profissionais das formações especificadas no quadro acima, de modo a garantir tanto o bom andamento dos trabalhos, com o cumprimento dos prazos estipulados pela fiscalização, como a interdisciplinaridade que a execução do objeto requer.

4.2. A CONTRATADA deverá alocar tantos profissionais quantos necessários para o bom andamento dos trabalhos e cumprimento das atividades descritas, mantendo no mínimo a equipe técnica acima discriminada.

4.3. Para cada um dos profissionais componentes da equipe técnica é necessária a apresentação da seguinte documentação:

- a. Certidão de Registro de Pessoa Física emitida pelo conselho profissional competente, cuja inscrição constitua requisito legal para exercício da profissão;
- b. Comprovação dos serviços executados por meio de Atestados de Capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado e as respectivas Certidões de Acervo Técnico CAT(s).

4.4. O tempo de experiência dos profissionais devem ser comprovados através de diploma e/ou certificados e/ou carteira de registro profissional do órgão de classe.

4.5. A licitante deverá comprovar, no ato da entrega das propostas, o vínculo profissional, nos termos da Súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de SP, mediante a apresentação de contrato de trabalho, anotações da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços. No caso de sócio(s), deverá o licitante apresentar cópia do contrato social atualizado.

4.6. Fica vedada a participação de um mesmo técnico em equipes licitantes diferentes, sob pena de desclassificação das licitantes que transgredirem tal veto.

4.7. Na contagem do Tempo de Experiência, não serão considerados os períodos cumulativos, isto é, caso o profissional indicado tenha exercido a função correspondente em mais de 01 (um) contrato concomitantemente.

4.8. Nos termos da súmula 23 do TCESP, sob pena de inabilitação, deverão ser apresentados todos os documentos referidos acima, demonstrando a capacidade técnico-profissional e operacional das licitantes.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA

a. Certidão de registro da empresa e de seus responsáveis técnicos nas entidades profissionais competentes compatíveis com o objeto e as atividades a serem desenvolvidas, com validade na data do recebimento dos documentos de habilitação e classificação.

b. Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços de características semelhantes e compatíveis com o objeto da licitação, cujas parcelas de maior relevância seguem definidas abaixo:

1) Elaboração de Projetos Urbanos.

c. Os atestados a serem apresentados deverão obrigatoriamente referir-se a trabalhos previamente concluídos, sendo aceitável a apresentação do somatório de atestados para comprovação da experiência ou capacidade técnica da CONTRATADA.

d. Nas situações em que a CONTRATADA apresente atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, somente serão aceitos em sua integralidade caso não estejam discriminadas as atividades de cada consorciado separadamente no atestado.

e. Para a comprovação da qualificação técnica, somente será(ão) aceito(s) atestado(s) em nome da CONTRATADA, salvo nos casos de transferência, cessão, fusão, cisão, incorporação/aquisição devendo constar expressamente no documento de constituição da CONTRATADA, sob pena de inabilitação.

f. Serão aceitos, também, atestados no caso de criação de subsidiária integral, nas formas dos artigos 251 a 253 da Lei n° 6.404/76 e, como meio de recuperação judicial, nos termos que dispõe o inciso II do artigo 50 da Lei n° 11.101/2005, ou como reorganização societária, ficando vedada qualquer forma disfarçada que traga embutida em si o objetivo de capacitar a CONTRATADA a participar e ser habilitada no certame, tais como: aumento de capital ou subscrição de capital com a utilização de acervo técnico pertencente a empresa que esteja em situação jurídico-financeira que a impossibilite de participar diretamente do certame.

g. Nesses casos descritos na alínea “f” acima, deverão ser apresentados os documentos comprobatórios contendo todas as condições dessas transações, em especial, no que se referirem ao acervo técnico, e que deverão ser consideradas na presente Termo de Referência. A não apresentação ou omissão de qualquer documentação necessária para a análise das propostas será motivo de inabilitação da CONTRATADA, pois não poderá ser incorporada posteriormente.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os trabalhos e produtos contratados por meio deste Termo de Referência serão, necessariamente, realizados por empresa especializada, CONTRATADA para este fim, selecionada por meio de processo licitatório próprio, em consonância com a Lei Federal n° 14.133/21 e demais legislações vigentes.

Para elaboração dos trabalhos e produtos contratados por meio deste Termo de Referência a empresa CONTRATADA deverá possuir corpo técnico especializado e estrutura suficiente para atendimento de todos os produtos definidos neste TR.

Sendo assim, pela natureza eminentemente intelectual dos serviços prestados, sua complexidade e seu caráter multidisciplinar, o tipo de procedimento licitatório a ser adotado para a contratação será o de técnica e preço, na proporção de pesos 70% e 30%, respectivamente, com a finalidade de garantir que os produtos sejam desenvolvidos com o máximo de eficiência e correção, sem, contudo, comprometer o caráter financeiro mais vantajoso ao erário.

Os trabalhos e produtos deverão ser desenvolvidos com base nas normas técnicas e nas legislações federal, estadual e municipal vigentes. Destacando-se, neste contexto, as Leis Federais nº 13.465/2017 e nº 12.651/2012 e a Lei Municipal nº 7.804/2019, com eventuais alterações.

A CONTRATADA deverá entregar os produtos/projetos no prazo estipulado em cronograma, respeitados os prazos de execução e a vigência do contrato firmado entre a Secretaria de Mobilidade Urbana e a CONTRATADA.

Todos os produtos gerados serão incorporados ao patrimônio do Município de Guarulhos, não cabendo qualquer questionamento posterior sobre sua apropriação.

A responsabilidade técnica dos produtos e serviços será da CONTRATADA, representada na pessoa do Coordenador Geral.

O objeto a ser contratado será considerado recebido pelo Gestor do contrato após a análise técnica e constatação da adequação da totalidade dos produtos/projetos e serviços requeridos entregues, após o que será emitido Atestado de Execução de Serviços com mútua e geral quitação.

A execução dos trabalhos será realizada conforme disposto abaixo:

- Única e exclusivamente pela Empresa CONTRATADA; cabendo a terceirização de serviços meio limitados a 30% do contrato e mediante autorização prévia;
- Todos os recursos materiais, humanos, instalações físicas, recursos de comunicação, mobilização, veículos, alimentação, cópias e o que mais for necessário para integral cumprimento do objetivo do contrato deverá ser providenciado pela CONTRATADA, uma vez que o custo direto e indireto para execução de todos os produtos contratados deverá estar computado no cálculo do custo de cada um dos produtos e/ou serviços a ser apresentado pela CONTRATADA.
- Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias para o desenvolvimento dos serviços, encargos trabalhistas sociais e fiscais, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- Prover os recursos necessários para a execução das atividades contratadas, tais como: materiais impressos, mesas, cadeiras, notebook e equipamentos;
- Os trabalhos serão realizados em escritório próprio da CONTRATADA, podendo ser realizados nas dependências desta Municipalidade, conforme necessidade e conveniência da Administração, desde que previamente acordado entre as partes, inclusive no que tange ao uso de equipamentos e materiais diversos de almoxarifado pertencentes ao Poder Público municipal.
- Os serviços de campo deverão ser executados por técnicos habilitados e capacitados, os quais deverão apresentar-se em serviço devidamente identificados.
- Após contratação, elaborar Plano de Trabalho para execução dos serviços contratados, no qual informará a distribuição de profissionais;
- Dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços contratados;
- Discutir conjuntamente com a CONTRATANTE a reprogramação das atividades contratadas, no caso em que fatores supervenientes inviabilizaram a execução das mesmas;
- Realizar reuniões para avaliação e planejamento em conjunto com a CONTRATANTE para melhor aplicação do cronograma das atividades contratadas, a partir da análise situacional da área de intervenção;

O controle e fiscalização dos trabalhos serão realizados da seguinte forma:

- Todos os produtos/projetos desenvolvidos deverão ser submetidos a apreciação da Unidade de Acompanhamento Técnico, a qual indicará ao Gestor do contrato as alterações e complementações pertinentes, ficando a cargo deste, solicitar à CONTRATADA as providências julgadas necessárias para alcançar os objetivos propostos.

- A CONTRATADA deverá informar, periodicamente, o andamento dos trabalhos ao Gestor do contrato, bem como comunicar, por escrito, eventuais alterações na equipe técnica; devendo ser comprovada a capacidade técnica do novo profissional indicado para o desempenho do trabalho.
- Fiscalizar mensalmente em conjunto com a **CONTRATANTE** a realização das atividades “in loco”, ficando a **CONTRATADA** responsável por prover meios necessários para locomoção da equipe técnica da Secretaria de Mobilidade Urbana e de sua própria equipe até as áreas de intervenção, bem como, o retorno para os respectivos locais de trabalho;
- Os produtos elencados e descritos neste Termo de Referência e toda a documentação técnica anexa a eles deverão observar a padronização já descrita tanto para a execução quanto para a entrega final;
- Os arquivos digitais salvos em formato “.dwg” deverão ser entregues e salvos em versão 2010 utilizado para fins de compatibilidade com aqueles disponíveis no Município, assinados digitalmente;
- Todos os projetos, plantas e estudos deverão vir acompanhados de seus respectivos documentos de responsabilidade técnica ART(s), RRT(s), entre outros, originais e com respectivos comprovantes de quitação, não sendo aceitas cópias coloridas.

As medições e respectivos pagamentos à CONTRATADA seguirão os seguintes critérios:

A liberação do pagamento à CONTRATADA ficará vinculada à análise dos fiscais, definidos por competências relativas aos produtos/projetos a serem aferidos, e ao aceite do produto pelo Gestor do Contrato.

O contrato será reajustado anualmente, tendo como base de início a assinatura do mesmo e por índice oficial indicado por Decreto Municipal.

A **CONTRATANTE** obrigará-se à:

A **CONTRATANTE** será responsável pela supervisão direta dos trabalhos da equipe **CONTRATADA**, sob a coordenação da Secretaria de Mobilidade Urbana, que designará os profissionais que irão compor a equipe técnica responsável, cujas atribuições são:

- Designar equipe técnica responsável pelo acompanhamento e suporte ao desenvolvimento dos serviços e projetos contratados;
- Promover reuniões com a **CONTRATADA** para acompanhamento e monitoramento dos trabalhos;
- Criar mecanismos e estabelecer formas para garantir a realização articulada e integrada das ações previstas;
- Promover, quando necessário, o redirecionamento das atividades em conjunto com a empresa contratada para melhor adequá-las às necessidades e demandas da elaboração dos projetos;
- Analisar as medições apresentadas, atividades desenvolvidas, os produtos e projetos entregues, atestar os trabalhos realizados e proceder ao pagamento nos termos e prazos previstos contratualmente;

7. DO JULGAMENTO

3.1. A licitação será julgada pela Comissão de Contratação – devidamente assessorada pelos técnicos da Secretaria de Mobilidade Urbana, nos termos dos parágrafos e incisos dos artigos 7º e 8º da Lei 14.133/21.

3.2. A Secretaria de Mobilidade Urbana designará uma Banca de Avaliação Técnica Multidisciplinar com 03 (três) membros para assessorar o julgamento das Propostas Técnicas, definindo um relator entre eles. O resultado da avaliação será encaminhado à Comissão de Contratação por meio de relatório circunstanciado, assinado por todos os membros da banca.

3.3. Com base nos documentos apresentados, será inabilitada a licitante que deixar de apresentar qualquer documento exigido no edital, ou o fizer de maneira incompleta, incorreta, com borrões, rasuras, entrelinhas, em desacordo com este Termo de Referência, com validade vencida, ou ainda qualquer outro vício que o invalide.

3.4. A avaliação de Propostas Técnicas será feita tópico por tópico e serão levadas em consideração a clareza, a objetividade, a qualidade da apresentação da proposta, sua consistência e o atendimento às especificações previstas nos

itens “Conhecimento do Problema”, “Plano de Trabalho e Metodologia”, “Equipe Técnica Profissional” e “Experiência Profissional”.

3.5. A pontuação relativa aos itens “Conhecimento do Problema” e “Plano de Trabalho e Metodologia” será de no máximo 60 (sessenta) pontos.

3.6. Para os itens "Conhecimento do Problema " e "Plano de Trabalho e Metodologia", na atribuição de notas referentes aos aspectos básicos a serem avaliados, a Comissão de Contratação e a Banca de Avaliação Técnica, deverão atribuir notas em números inteiros, de acordo com a seguinte tabela de referência, após será extraída a média aritmética dos itens “Conhecimento do Problema” e “Plano de Trabalho e Metodologia”:

7.6.1. Conhecimento do Problema

I. CONHECIMENTO DO PROBLEMA		Pontuação máxima: 30 PONTOS
Subitem	Pontos Máximos	Critério de Pontuação
a) Descrição e análise da situação geral do escopo contratado, envolvendo informações das localizações, entornos e região de estudos. Características dos projetos propostos.	20	ÓTIMO – 20 PONTOS BOM – 10 PONTOS REGULAR – 5 PONTOS INSATISFATÓRIA – 0 PONTO
b) Potenciais problemas que podem ocorrer no desenvolvimento e implantação do projeto e como mitigá-los e/ou eliminá-los.	10	ÓTIMO – 10 PONTOS BOM – 5 PONTOS REGULAR – 2 PONTOS INSATISFATÓRIA – 0 PONTO
Subtotal	30	

Para a avaliação do texto proposto para os itens a) e b) do Conhecimento do Problema serão considerados os seguintes aspectos para a atribuição dos pontos:

ÓTIMO: Texto claro e objetivo, abordando corretamente todos os aspectos requeridos com indicação das referências bibliográficas e/ou legais mencionadas;

BOM: Texto claro e objetivo, abordando parcialmente e de forma correta os aspectos requeridos, sendo as abordagens faltantes e/ou incorretas sem impacto relevante para a matéria, com indicação das referências bibliográficas e/ou legais mencionadas;

REGULAR: Texto com pouca clareza, abordando parcialmente e de forma correta os aspectos requeridos, sendo as abordagens faltantes ou incorretas com impacto relevante para a matéria, com indicação das referências bibliográficas ou legais mencionadas;

INSATISFATÓRIA: Texto com pouca clareza, sem abordagem dos aspectos requeridos ou com abordagem incorreta de forma geral e sem indicação das referências bibliográficas e/ou legais mencionadas.

7.6.2. Plano de Trabalho e Metodologia.

II. PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA		Pontuação máxima: 30 PONTOS
Subitem	Pontos Máximos	Critério de Pontuação
a) Metodologia de execução a ser adotada, em conformidade com o escopo e serviços previstos no Termo de Referência;	10	ÓTIMO – 10 PONTOS BOM – 5 PONTOS REGULAR – 2 PONTOS INSATISFATÓRIA – 0 PONTO
b) Descrição, detalhamento e planejamento do desenvolvimento das atividades	10	ÓTIMO – 10 PONTOS BOM – 5 PONTOS REGULAR – 2 PONTOS INSATISFATÓRIA – 0 PONTO
c) Fluxograma e cronograma das atividades	5	ÓTIMO – 5 PONTOS BOM – 3 PONTOS REGULAR – 1 PONTOS INSATISFATÓRIA – 0 PONTO
d) Estrutura organizacional e material proposto para execução das atividades, incluindo organograma e cronograma de permanência dos profissionais alocados nas atividades previstas.	5	ÓTIMO – 5 PONTOS BOM – 3 PONTOS REGULAR – 1 PONTOS INSATISFATÓRIA – 0 PONTO
Subtotal	30	

Para a avaliação do texto proposto para o item, a) e b) do Plano de Trabalho e Metodologia serão considerados os seguintes aspectos para a atribuição dos pontos:

ÓTIMO: Texto claro e objetivo, com descrição do plano de trabalho e metodologia de execução compatíveis e adequados com o Termo de Referência, abordando todas as etapas técnicas previstas;

BOM: Texto claro e objetivo, com descrição do plano de trabalho e metodologia de execução compatíveis e adequados com o Termo de Referência, abordando parcialmente as etapas técnicas previstas;

REGULAR: Texto com pouca clareza, com descrição do plano de trabalho e metodologia de execução parcialmente compatíveis com o Termo de Referência, abordando parcialmente as etapas técnicas previstas;

INSATISFATÓRIA: Texto com pouca clareza, com descrição do plano de trabalho e metodologia de execução incompatíveis com o Termo de Referência.

Para a avaliação do texto proposto para o item, c) e d) do Plano de Trabalho e Metodologia serão considerados os seguintes aspectos para a atribuição dos pontos:

ÓTIMO: Apresentação do fluxograma, cronograma e organograma da equipe geral e da matriz de responsabilidade da equipe técnica de forma correta e compatível com o escopo do trabalho e as características específicas das atividades e dos produtos previstos;

BOM: Apresentação do fluxograma, cronograma e organograma da equipe geral e da matriz de responsabilidade da equipe técnica parcialmente compatível com o escopo do trabalho e as características específicas das atividades e dos produtos previstos;

REGULAR: Apresentação do fluxograma, cronograma e organograma da equipe geral e da matriz de responsabilidade da equipe técnica incompatível com o escopo do trabalho e as características específicas das atividades e dos produtos previstos;

INSATISFATÓRIA: Apresentação do fluxograma, cronograma e organograma da equipe geral ou da matriz de responsabilidade da equipe técnica.

7.6.3. Equipe Técnica Profissional

Coordenador Geral (Total geral: 20,0 pontos)

Tempo de Experiência (Total parcial: 10,0 pontos):

< 10 anos – 0 ponto

≥ 10 anos – 1,0 ponto

≥ 12 anos – 4,0 pontos

≥ 13 anos – 6,0 pontos

≥ 14 anos – 8,0 pontos

≥ 15 anos – 10,0 pontos

Experiência Específica (Total 10,0 pontos):

Elaboração de projetos de implantação de corredor de ônibus (01 atestado acompanhado de CAT)	5 pontos
Elaboração de projetos de terminal de ônibus (01 atestado acompanhado de CAT)	5 pontos

Engenheiro / Arquiteto Sênior Especialista em Infraestrutura (Total geral: 5,0 pontos)

Tempo de Experiência (Total parcial: 2,0 pontos):

< 8 anos – 0 ponto

≥ 8 anos – 1,0 ponto

≥ 10 anos – 2,0 pontos

Experiência Específica (Total parcial: 3,0 pontos):

Elaboração de projeto de corredor de ônibus (01 atestado acompanhado de CAT)	3 pontos
--	----------

Engenheiro / Arquiteto Sênior Especialista em Edificações (Total geral: 5,0 pontos)

Tempo de Experiência (Total parcial: 2,0 pontos):

< 8 anos – 0 ponto

≥ 8 anos – 1,0 ponto

≥ 10 anos – 2,0 pontos

Experiência Específica (Total parcial: 3,0 pontos):

Elaboração de projeto de terminal de ônibus (01 atestado acompanhado de CAT)	3 pontos
--	----------

7.6.4. Experiência Operacional

(Total geral: 10,0 pontos)

Elaboração de projetos de implantação de corredor de ônibus (01 atestado)	5 pontos
Elaboração de projetos de terminal de ônibus (01 atestado)	5 pontos

7.6.5. Nota da Proposta Técnica

A Nota Técnica (NT) será obtida pelo somatório da pontuação da licitante em cada uma das condições indicadas nos itens 11.6.1; 11.6.2, 11.6.3 e 11.6.4, e seus subitens, deste instrumento e serão observadas as seguintes pontuações máximas:

Item		Pontuação máxima
a)	Conhecimento do problema	30 pontos
b)	Plano de trabalho	30 pontos
c)	Equipe Técnica Profissional	30 pontos
d)	Experiência Operacional	10 pontos
Total Máximo de Pontos		100 pontos

7.6.6. Ultrapassada a fase de julgamento da proposta Técnica envelope “A”, será aberto o envelope “B” – Proposta Comercial.

7. 7. Avaliação e Pontuação das Propostas Comerciais

7.7.1. Serão desclassificadas as propostas comerciais que:

- a) Deixarem de apresentar qualquer um dos documentos exigidos neste edital, ou que os apresente em desacordo com o mesmo;
- b) Ofertarem vantagem não prevista no edital e/ou preço ou vantagem baseada na proposta de outra licitante;
- c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação nos termos do inciso III, art. 59, da Lei 14.133/21.

7.7.2. A nota da proposta comercial (NC) será determinada para cada licitante classificada utilizando a seguinte fórmula:

$$NC = 100 \times (A / P) \quad A = (V_o + M) / 2$$

Onde,

V_o = Valor Orçado pela SEMOB

M = Média dos preços das propostas das licitantes; P = Preço da proposta comercial em avaliação.

$A = 70$ (Técnica)

· O quociente A/P terá seu valor máximo limitado a 1 (um) inteiro

- As notas serão consideradas com 02 casas decimais, desprezando-se as demais.
- As notas serão consideradas com 02 casas decimais, desprezando-se as demais.
- Total Máximo de Pontos = 100 pontos

7.8. Do Julgamento Final

7.8.1. Será considerada mais bem classificada a licitante que, tendo atendido a todas as exigências formais do edital, apresentar a maior **Nota Final (NF)**, obtida através da média ponderada entre a Pontuação Técnica e a Pontuação Comercial, obedecendo a seguinte fórmula:

$$NF = (a \times NT + b \times NC) / (a + b)$$

Onde:

A = 70 (Técnica)

B = 30 (Preço)

NF = Nota Final Classificatória

NT = Nota da Proposta Técnica

NC = Nota da Proposta Comercial

7.9. Do Resultado

7.9.1. Ultrapassada a fase de julgamento, a licitante mais bem classificada terá seus documentos de habilitação analisados pela Comissão de Contratação nos termos dos itens 9 e 10 deste Termo de Referência e das disposições do Edital.

7.9.2. Será inabilitada a licitante que apresentar documentos de habilitação que contenham defeitos insanáveis.

7.9.3. Para efeitos de habilitação, serão considerados vícios sanáveis os defeitos relacionados a documentos que declarem situações pré-existentis ou concernentes a seus prazos de validade.

7.9.4. A Comissão de Contratação poderá realizar diligências para esclarecer o teor ou sanar os defeitos constatados nos documentos de habilitação.

7.9.5. A Comissão de Contratação permitirá que a licitante corrija os defeitos sanáveis de sua documentação de habilitação, indicando-se expressamente quais os documentos ou informações que deverão ser corrigidos.

7.9.6. Não sendo sanado o defeito apresentado em documentação habilitatória da licitante que apresentou a proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, esta será inabilitada pela Comissão de Contratação, que deverá retomar o certame analisando a segunda proposta mais bem classificada, assim sucessivamente até o fiel cumprimento dos requisitos deste Termo de Referência e do Edital.

7.9.7. Verificado o atendimento das exigências de habilitação pela licitante que ofertou a proposta melhor classificada, esta será declarada vencedora.

7.9.8. Se todas as licitantes forem inabilitadas, dada a constatação de defeitos insanáveis nos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação declarará a licitação fracassada.

8. NORMAS

A Contratada deve seguir as normas, instruções de Projeto para dimensionamento, e na ausência de ou necessidade, poderá também utilizar normas do DNIT, além do Manual de Reciclagem da Wirtgen, por contemplar as atualizações de projeto e ensaios laboratoriais do processo de espuma de asfalto (caso seja necessário).

- ❖ IP-01: Instruções Geotécnicas;
- ❖ IP-02: Classificação das Vias;
- ❖ IP-03: Instrução de Projeto Geométrico;
- ❖ IP-04: Dimensionamento de Pavimentos Flexíveis para Tráfego Leve e Médio;

- ❖ IP-05: Dimensionamento de Pavimentos Flexíveis para Tráfego Meio Pesado, Pesado, Muito Pesado e Faixa Exclusiva de Ônibus;
- ❖ IP-06: Dimensionamento de Pavimentos com Blocos Intertravados de Concreto;
- ❖ IP-07: Dimensionamento de Pavimentos de Concreto;
- ❖ IP-08: Análise Mecanicista à Fadiga de Estruturas do Pavimento;
- ❖ IP-09: Projeto de Reforço para restauração de Pavimentos Flexíveis;
- ❖ IR-01: Instrução para Reparação de Pavimentos Flexíveis Danificados por Abertura de Valas;
- ❖ IR-02: Instrução para Reparação de Pavimentos de Concreto Danificados por Abertura de Valas;
- ❖ IR-02: Instrução para Reparação de Pavimentos de Concreto Articulados Danificados por Abertura de Valas;
- ❖ PMSP ETS-02/2009 – Base de Material Fresado com Espuma de Asfalto
- ❖ PMSP ETS-01/2003 – Camadas de Reforço do Subleito, Sub-base e Base Mista de Pavimento com Agregado Reciclado de Resíduos sólidos da Construção Civil.
- ❖ Tecnologia de reciclagem a frio Wirtgen – Windhagen – Alemanha, Primeira Edição 2012.

Para os materiais, ensaios e serviços previstos neste edital, deverão ser utilizadas as normas vigentes publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e pela Prefeitura Municipal de Guarulhos. Casos especiais, não cobertos por normas vigentes brasileiras, poderão fazer uso de normas estrangeiras específicas, desde que tenham fé pública, devendo, nestes casos, estas normas serem fornecidas à fiscalização, traduzidas para o português.

9. CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

A Contratada será paga pelos serviços efetivamente executados, de acordo com o previsto a seguir sempre em concordância com a Fiscalização do Contrato, de acordo com os preços integrantes na proposta aprovada. Os preços unitários deverão incluir todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas neste Termo de Referência, constituindo-se na única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

As parcelas somente serão pagas após a aprovação final e/ou autorização pela Equipe de Fiscalização da Contratante.

O pagamento dos serviços se dará mediante entrega dos serviços tais como levantamentos, relatórios e projetos apresentados de cada etapa, e após aprovação pelo Município, sujeito às seguintes condições:

- a) O serviço que não seja executado em plena conformidade com o termo de referência, não terá faturamento e ficará suscetível de aplicação de sanções constantes em contrato;
- b) A protocolização no Município de qualquer serviço ou produto, não formaliza por si só, a entrega para fins de pagamento, sem que ocorra a prévia verificação e aceite do conteúdo entregue pela fiscalização.
- c) A verificação e aceite prévios do conteúdo entregue à fiscalização de qualquer serviço ou produto deverá ser realizado conforme as tabelas abaixo, separada pelos empreendimentos (A, B e C) desta contratação.
- d) A Fiscalização terá o prazo, conforme as tabelas abaixo (A, B e C), para a avaliação e aprovação do produto entregue. Caso seja encontrada alguma “não conformidade” a fiscalização comunicará o fato à Contratada, que terá prazos, conforme as tabelas abaixo (A, B e C), para sua correção, contados a partir do recebimento da notificação.
- e) Desde que a Contratada comprove a perfeita execução dos serviços, em conformidade com as especificações contratuais, estes serão pagos conforme preconizado nas planilhas abaixo.

A) CORREDOR PIMENTAS

Produto	Prazo de Entrega (Contratada)	Prazo para Análise Prévia (Fiscalização)	Prazo para Correção	Prazo para Aprovação Final (SEMOB)	Forma de Pagamento
PRODUTO I – Relatório do Plano Geral de Trabalho (PGT)	10	10 dias	5 dias	15 dias	100% Após a aprovação
PRODUTO II – Contagens Volumétricas de Tráfego	30	15 dias	5 dias	10 dias	100% Após a aprovação
PRODUTO III – Relatório de Estudo de Tráfego e Estudo de Impacto de Vizinhança	20	15 dias	10 dias	20 dias	40% Entrega e Aceite. 60% Após a aprovação
PRODUTO IV – Levantamento Topográfico Cadastral	30	15 dias	10 dias	20 dias	40% Entrega e Aceite. 60% Após a aprovação
PRODUTO V – Inventários Detalhados do Estado da Superfície ou Levantamento Visual Detalhado (LVD)	20	15 dias	5 dias	10 dias	100% Após a aprovação
PRODUTO VI – Levantamento Deflectométrico	25	15 dias	5 dias	10 dias	100% Após a aprovação
PRODUTO VII – Estudos Geológicos-Geotécnicos	35	15 dias	10 dias	20 dias	40% Entrega e Aceite. 60% Após a aprovação
PRODUTO VIII – Projetos Básicos					
Projeto Geométrico	60	10 dias	5 dias	5 dias	40% Entrega e Aceite. 60% Após a aprovação
Projeto de Drenagem	60				
Projeto de Pavimentação	30				
Projeto de Sinalização e Dispositivos de Segurança	30				
Projeto de Desvio de Tráfego	30				
Projeto de Arquitetura das Paradas	30				
Projeto de Urbanismo	30				
Projeto de Paisagismo	30				
Projeto Ambiental: Termo de Compromisso Ambiental (TCA)	30				
Projeto de Vala Técnica	30				
Projeto Elétrico e Iluminação Pública do Corredor e das Paradas	30				
Projeto de Interferências e Projetos de Remanejamentos	30				

Produto	Prazo de Entrega (Contratada)	Prazo para Análise Prévia (Fiscalização)	Prazo para Correção	Prazo para Aprovação Final (SEMOB)	Forma de Pagamento
PRODUTO IX – Projetos Executivos					
Projeto Geométrico	30	10 dias	5 dias	5 dias	40% Entrega e Aceite. 60% Após a aprovação
Projeto de Drenagem	30				
Projeto de Pavimentação	30				
Projeto de Sinalização e Dispositivos de Segurança	30				
Projeto de Desvio de Tráfego	30				
Projeto de Arquitetura das Paradas	30				
Projeto de Urbanismo	30				
Projeto de Paisagismo	30				
Projeto Ambiental: Termo de Compromisso Ambiental (TCA)	30				
Projeto de Vala Técnica	30				
Projeto Elétrico e Iluminação Pública do Corredor e das Paradas	30				
Projeto de Interferências e Projetos de Remanejamentos	30				
PRODUTO X – Planilhas de Quantidades, Memórias de Cálculo e Composições de Preço	30	5 dias	5 dias	5 dias	100% Após a aprovação
PRODUTO XI – Memoriais Descritivos	30	5 dias	5 dias	5 dias	100% Após a aprovação
PRODUTO XII – Especificações Técnicas e Matriz de Risco	30	5 dias	5 dias	5 dias	100% Após a aprovação
PRODUTO XIII – Dimensionamento do Canteiro de Obras e Plano de Ataque de Obras	30	5 dias	5 dias	5 dias	100% Após a aprovação

B) TERMINAL SANTA HELENA

Produto	Prazo de Entrega (Contratada)	Prazo para Análise Prévia (Fiscalização)	Prazo para Correção	Prazo para Aprovação Final (SEMOB)	Forma de Pagamento
PRODUTO I – Relatório do Plano Geral de Trabalho (PGT)	10	10 dias	5 dias	15 dias	100% Após a aprovação
PRODUTO II – Contagens Volumétricas de Tráfego	15	15 dias	5 dias	10 dias	100% Após a aprovação
PRODUTO III – Relatório de Estudo de Tráfego e Estudo de Impacto de Vizinhança	10	15 dias	10 dias	20 dias	40% Entrega e Aceite.

Produto	Prazo de Entrega (Contratada)	Prazo para Análise Prévia (Fiscalização)	Prazo para Correção	Prazo para Aprovação Final (SEMOB)	Forma de Pagamento
					60% Após a aprovação
PRODUTO IV – Levantamento Topográfico Cadastral	15	15 dias	10 dias	20 dias	40% Entrega e Aceite. 60% Após a aprovação
PRODUTO VII – Estudos Geológicos-Geotécnicos	15	15 dias	10 dias	20 dias	40% Entrega e Aceite. 60% Após a aprovação
PRODUTO VIII – Projetos Básicos					
Projeto Arquitetônico	60	10 dias	5 dias	5 dias	40% Entrega e Aceite. 60% Após a aprovação
Projeto Estrutural e Fundações	60				
Projeto de Instalações Elétricas e de Iluminação	60				
Projeto de Instalações Hidrossanitárias	60				
Projeto Geométrico, Drenagem Superficial e Pavimentação	60				
Projeto de Sinalização e Comunicação Visual	60				
Projeto de Acessibilidade e Circulação	60				
Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e AVCB	60				
Projeto de Paisagismo e Urbanização	60				
Projeto Ambiental: Termo de Compromisso Ambiental (TCA)	30				
PRODUTO IX – Projetos Executivos					
Projeto Arquitetônico	60	10 dias	5 dias	5 dias	40% Entrega e Aceite. 60% Após a aprovação
Projeto Estrutural e Fundações	60				
Projeto de Instalações Elétricas e de Iluminação	60				
Projeto de Instalações Hidrossanitárias	60				
Projeto Geométrico, Drenagem Superficial e Pavimentação	60				
Projeto de Sinalização e Comunicação Visual	60				
Projeto de Acessibilidade e Circulação	60				
Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e AVCB	30				

Produto	Prazo de Entrega (Contratada)	Prazo para Análise Prévia (Fiscalização)	Prazo para Correção	Prazo para Aprovação Final (SEMOB)	Forma de Pagamento
Projeto de Paisagismo e Urbanização	30				
Projeto Ambiental: Termo de Compromisso Ambiental (TCA)	30				
PRODUTO X – Planilhas de Quantidades, Memórias de Cálculo e Composições de Preço	30	5 dias	5 dias	5 dias	100% Após a aprovação
PRODUTO XI – Memoriais Descritivos	30	5 dias	5 dias	5 dias	100% Após a aprovação
PRODUTO XII – Especificações Técnicas e Matriz de Risco	30	5 dias	5 dias	5 dias	100% Após a aprovação
PRODUTO XIII – Dimensionamento do Canteiro de Obras e Plano de Ataque de Obras	30	5 dias	5 dias	5 dias	100% Após a aprovação

C) TERMINAL BONSUCESSO

Produto	Prazo de Entrega (Contratada)	Prazo para Análise Prévia (Fiscalização)	Prazo para Correção	Prazo para Aprovação Final (SEMOB)	Forma de Pagamento
PRODUTO I – Relatório do Plano Geral de Trabalho (PGT)	10	10 dias	5 dias	15 dias	100% Após a aprovação
PRODUTO II – Contagens Volumétricas de Tráfego	15	15 dias	5 dias	10 dias	100% Após a aprovação
PRODUTO III – Relatório de Estudo de Tráfego e Estudo de Impacto de Vizinhança	10	15 dias	10 dias	20 dias	40% Entrega e Aceite. 60% Após a aprovação
PRODUTO IV – Levantamento Topográfico Cadastral	15	15 dias	10 dias	20 dias	40% Entrega e Aceite. 60% Após a aprovação
PRODUTO VII – Estudos Geológicos-Geotécnicos	15	15 dias	10 dias	20 dias	40% Entrega e Aceite. 60% Após a aprovação
PRODUTO VIII – Projetos Básicos					
Projeto Arquitetônico	60	10 dias	5 dias	5 dias	40% Entrega e Aceite. 60% Após a aprovação
Projeto Estrutural e Fundações	60				
Projeto de Instalações Elétricas e de Iluminação	60				
Projeto de Instalações Hidrossanitárias	60				

Produto	Prazo de Entrega (Contratada)	Prazo para Análise Prévia (Fiscalização)	Prazo para Correção	Prazo para Aprovação Final (SEMOB)	Forma de Pagamento
Projeto Geométrico, Drenagem Superficial e Pavimentação	60				
Projeto de Sinalização e Comunicação Visual	60				
Projeto de Acessibilidade e Circulação	60				
Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e AVCB	60				
Projeto de Paisagismo e Urbanização	60				
Projeto Ambiental: Termo de Compromisso Ambiental (TCA)	60				
PRODUTO IX – Projetos Executivos					
Projeto Arquitetônico	60	10 dias	5 dias	5 dias	40% Entrega e Aceite. 60% Após a aprovação
Projeto Estrutural e Fundações	60				
Projeto de Instalações Elétricas e de Iluminação	60				
Projeto de Instalações Hidrossanitárias	60				
Projeto Geométrico, Drenagem Superficial e Pavimentação	60				
Projeto de Sinalização e Comunicação Visual	60				
Projeto de Acessibilidade e Circulação	60				
Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e AVCB	30				
Projeto de Paisagismo e Urbanização	30				
Projeto Ambiental: Termo de Compromisso Ambiental (TCA)	30				
PRODUTO X – Planilhas de Quantidades, Memórias de Cálculo e Composições de Preço	30	5 dias	5 dias	5 dias	100% Após a aprovação
PRODUTO XI – Memoriais Descritivos	30	5 dias	5 dias	5 dias	100% Após a aprovação
PRODUTO XII – Especificações Técnicas e Matriz de Risco	30	5 dias	5 dias	5 dias	100% Após a aprovação
PRODUTO XIII – Dimensionamento do Canteiro de Obras e Plano de Ataque de Obras	30	5 dias	5 dias	5 dias	100% Após a aprovação

6. Projeto Básico das Obras e Serviços de Engenharia:

() Sim, conforme ANEXO.

☒ Não se aplica

7. Regimes de Prestação de Serviços de Obras e Engenharia

- ☒ Empreitada por preço global
- ☐ Empreitada por preço unitário
- ☐ Tarefa
- ☐ Empreitada integral
- ☐ Contratação integrada
- ☐ Contratação semi-integrada
- ☐ Fornecimento e prestação de serviço associado
- ☐ Não se aplica

8. Classificação do objeto:

- ☐ **bens e serviços comuns:** aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado
- ☐ **bens e serviços especiais:** aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma de bens e serviços comuns, exigida justificativa prévia do contratante;
- ☐ **serviço comum de engenharia:** todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;
- ☐ **serviço especial de engenharia:** aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição de serviço comum.
- ☐ **serviços e fornecimentos contínuos:** serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas
- ☐ **serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**
- ☒ **serviços não contínuos ou contratados por escopo:** aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;
- ☐ **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**
- ☐ **notória especialização:** qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;
- ☐ **outros (especificar)**
- _____

9. Participação de Consórcios:

- ☒ Permitida

() Vedada.

Justificativa da vedação: __

10. Identificação do responsável pela elaboração do TR (nome, CF, cargo)

Plínio Soares dos Santos, CF 43.583, Arquiteto

José Guilherme Rubio Caseiro, CF 83031, Engenheiro _ Diretor Departamento

E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.



Documento assinado eletronicamente por **Plínio Soares dos Santos, Arquiteto (a)**, em 13/04/2026, às 17:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **José Guilherme Rubio Caseiro, Diretor (a) de Departamento**, em 13/04/2026, às 17:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4383957** e o código CRC **0476E6FA**.



SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE MOBILIDADE URBANA
Divisão Técnica de Planejamento de Compras e Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA_CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS

1. Obrigações das partes:

Os trabalhos e produtos contratados por meio deste Termo de Referência serão, necessariamente, realizados por empresa especializada, CONTRATADA para este fim, selecionada por meio de processo licitatório próprio, em consonância com a Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislações vigentes.

Para elaboração dos trabalhos e produtos contratados por meio deste Termo de Referência a empresa CONTRATADA deverá possuir corpo técnico especializado e estrutura suficiente para atendimento de todos os produtos definidos neste TR.

Sendo assim, pela natureza eminentemente intelectual dos serviços prestados, sua complexidade e seu caráter multidisciplinar, o tipo de procedimento licitatório a ser adotado para a contratação será o de técnica e preço, na proporção de pesos 70% e 30%, respectivamente, com a finalidade de garantir que os produtos sejam desenvolvidos com o máximo de eficiência e correção, sem, contudo, comprometer o caráter financeiro mais vantajoso ao erário.

Os trabalhos e produtos deverão ser desenvolvidos com base nas normas técnicas e nas legislações federal, estadual e municipal vigentes. Destacando-se, neste contexto, as Leis Federais nº 13.465/2017 e nº 12.651/2012 e a Lei Municipal nº 7.804/2019, com eventuais alterações.

A CONTRATADA deverá entregar os produtos/projetos no prazo estipulado em cronograma, respeitados os prazos de execução e a vigência do contrato firmado entre a Secretaria de Mobilidade Urbana e a CONTRATADA.

Todos os produtos gerados serão incorporados ao patrimônio do Município de Guarulhos, não cabendo qualquer questionamento posterior sobre sua apropriação.

A responsabilidade técnica dos produtos e serviços será da CONTRATADA, representada na pessoa do Coordenador Geral.

O objeto a ser contratado será considerado recebido pelo Gestor do contrato após a análise técnica e constatação da adequação da totalidade dos produtos/projetos e serviços requeridos entregues, após o que será emitido Atestado de Execução de Serviços com mútua e geral quitação.

A execução dos trabalhos será realizada conforme disposto abaixo:

- Única e exclusivamente pela Empresa CONTRATADA; cabendo a terceirização de serviços meio limitados a 30% do contrato e mediante autorização prévia;
- Todos os recursos materiais, humanos, instalações físicas, recursos de comunicação, mobilização, veículos, alimentação, cópias e o que mais for necessário para integral cumprimento do objetivo do contrato deverá ser providenciado pela CONTRATADA, uma vez que o custo direto e indireto para execução de todos os produtos contratados deverá estar computado no cálculo do custo de cada um dos produtos e/ou serviços a ser apresentado pela CONTRATADA.
- Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias para o desenvolvimento dos serviços, encargos trabalhistas sociais e fiscais, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- Prover os recursos necessários para a execução das atividades contratadas, tais como: materiais impressos, mesas, cadeiras, notebook e equipamentos;
- Os trabalhos serão realizados em escritório próprio da CONTRATADA, podendo ser realizados nas dependências desta Municipalidade, conforme necessidade e conveniência da Administração, desde que previamente acordado entre as partes, inclusive no que tange ao uso de equipamentos e materiais diversos de almoxarifado pertencentes ao Poder Público municipal.
- Os serviços de campo deverão ser executados por técnicos habilitados e capacitados, os quais deverão apresentar-se em serviço devidamente identificados.
- Após contratação, elaborar Plano de Trabalho para execução dos serviços contratados, no qual informará a distribuição de profissionais;
- Dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços contratados;

- Discutir conjuntamente com a **CONTRATANTE** a reprogramação das atividades contratadas, no caso em que fatores supervenientes inviabilizaram a execução das mesmas;
- Realizar reuniões para avaliação e planejamento em conjunto com a **CONTRATANTE** para melhor aplicação do cronograma das atividades contratadas, a partir da análise situacional da área de intervenção;

O controle e fiscalização dos trabalhos serão realizados da seguinte forma:

- Todos os produtos/projetos desenvolvidos deverão ser submetidos a apreciação da Unidade de Acompanhamento Técnico, a qual indicará ao Gestor do contrato as alterações e complementações pertinentes, ficando a cargo deste, solicitar à **CONTRATADA** as providências julgadas necessárias para alcançar os objetivos propostos.
- A **CONTRATADA** deverá informar, periodicamente, o andamento dos trabalhos ao Gestor do contrato, bem como comunicar, por escrito, eventuais alterações na equipe técnica; devendo ser comprovada a capacidade técnica do novo profissional indicado para o desempenho do trabalho.
- Fiscalizar mensalmente em conjunto com a **CONTRATANTE** a realização das atividades “in loco”, ficando a **CONTRATADA** responsável por prover meios necessários para locomoção da equipe técnica da Secretaria de Mobilidade Urbana e de sua própria equipe até as áreas de intervenção, bem como, o retorno para os respectivos locais de trabalho;
- Os produtos elencados e descritos neste Termo de Referência e toda a documentação técnica anexa a eles deverão observar a padronização já descrita tanto para a execução quanto para a entrega final;
- Os arquivos digitais salvos em formato “.dwg” deverão ser entregues e salvos em versão 2010 utilizado para fins de compatibilidade com aqueles disponíveis no Município, assinados digitalmente;
- Todos os projetos, plantas e estudos deverão vir acompanhados de seus respectivos documentos de responsabilidade técnica ART(s), RRT(s), entre outros, originais e com respectivos comprovantes de quitação, não sendo aceitas cópias coloridas.

As medições e respectivos pagamentos à **CONTRATADA** seguirão os seguintes critérios:

A liberação do pagamento à **CONTRATADA** ficará vinculada à análise dos fiscais, definidos por competências relativas aos produtos/projetos a serem aferidos, e ao aceite do produto pelo Gestor do Contrato.

O contrato será reajustado anualmente, tendo como base de início a assinatura do mesmo e por índice oficial indicado por Decreto Municipal.

A **CONTRATANTE** obrigar-se à:

A **CONTRATANTE** será responsável pela supervisão direta dos trabalhos da equipe **CONTRATADA**, sob a coordenação da Secretaria de Mobilidade Urbana, que designará os profissionais que irão compor a equipe técnica responsável, cujas atribuições são:

- Designar equipe técnica responsável pelo acompanhamento e suporte ao desenvolvimento dos serviços e projetos contratados;
- Promover reuniões com a **CONTRATADA** para acompanhamento e monitoramento dos trabalhos;
- Criar mecanismos e estabelecer formas para garantir a realização articulada e integrada das ações previstas;
- Promover, quando necessário, o redirecionamento das atividades em conjunto com a empresa contratada para melhor adequá-las às necessidades e demandas da elaboração dos projetos;
- Analisar as medições apresentadas, atividades desenvolvidas, os produtos e projetos entregues, atestar os trabalhos realizados e proceder ao pagamento nos termos e prazos previstos contratualmente;

2. Modelo de gestão e execução contratual (inciso XVIII, art. 92 da Lei 14.133/21):

A gestão e fiscalização dos estudos e projetos serão realizados pela SEMOB, a quem caberão as diretrizes e decisões de projeto. Todos os projetos deverão ser encaminhados pela Contratada a SEMOB, que realizará gestão e o encaminhamento para a aprovação dos documentos às áreas técnicas, conforme a especialidade do projeto.



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO III A

ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade:

A Secretaria de Mobilidade Urbana identificou a necessidade de elaboração de estudos técnicos, levantamentos e projetos de engenharia e arquitetura destinados à requalificação do Corredor de Ônibus Pimentas e à implantação dos Terminais Urbanos Bonsucesso e Santa Helena, empreendimentos integrantes do Programa Novo PAC – Desenvolvimento e Sustentabilidade, conforme Termo de Compromisso nº 968387/2024/MCIDADES/CAIXA.

A inexistência de projetos básicos e executivos consolidados e compatibilizados compromete o adequado planejamento das futuras intervenções, a correta estimativa orçamentária das obras e a segurança jurídica do processo licitatório subsequente.

A contratação visa estruturar base técnica adequada para futura implantação das obras, promovendo melhoria da mobilidade urbana, priorização do transporte coletivo, segurança viária e acessibilidade, em conformidade com a legislação vigente.

2. Histórico:

Trata-se de uma contratação destinada à elaboração de estudos e projetos técnicos para empreendimento estruturante vinculado ao Novo PAC

2.1. Tem contrato ou ata vigente:

() Sim, contrato nº ____, vencimento: __/__/__

() Sim ata nº ____

(X) Não há contrato/ ata vigente.

2.2. Há interesse em prorrogar contrato ou ata vigente?

() Sim, por igual período

() Sim, por ____ meses, com cláusula resolutiva, mediante conclusão de contratação através do Processo ____.

(X) Não

2.3. Informações sobre estoque existente:

(X) Não se aplica, pois trata-se de prestação de serviços

() Não se aplica, pois não é um produto estocável

() Sim, conforme especificado abaixo:

—

3. Soluções existentes no mercado:

Foram analisadas as seguintes alternativas:

I – Execução direta pela Administração: inviável, considerando a inexistência de estrutura técnica multidisciplinar permanente para desenvolvimento dos estudos e projetos exigidos.

II – Contratação integrada ou semi-integrada: inadequada, tendo em vista que o objeto restringe-se à elaboração de projetos, não abrangendo execução de obras.

III – Contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura: solução mais adequada técnica e economicamente, permitindo a elaboração de projetos compatibilizados, individualizados por local de intervenção e estruturados conforme normas técnicas aplicáveis.

Conclui-se que a contratação de empresa especializada, mediante Concorrência Pública com critério de Técnica e Preço, conforme Lei 14.133/2021.

4. Relação de dependência com o contrato:

() Não se aplica

(X) Sim, conforme justificativa abaixo:

Os produtos deverão prever entrega de arquivos editáveis, memoriais completos, ART/RRT, compatibilização multidisciplinar e transferência integral

de propriedade intelectual ao Município, de modo a evitar dependência técnica futura da contratada para execução das obras.

5. Critério de Sustentabilidade:

A contratação observará:

- Minimização de impactos ambientais durante levantamentos;
- Atendimento à Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);
- Lei 12.305/2010 (Resíduos Sólidos);
- Indicação de medidas mitigadoras nos projetos;
- Observância de normas ABNT e diretrizes ambientais locais.

6. Estimativa do valor da contratação: R\$ 8.029.928,13

O valor foi apurado com base em cotações formais de mercado junto a empresas especializadas, utilizando-se metodologia da mediana, conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Ressalte-se que o valor final será definido após a consolidação da pesquisa de preços.

7. Levantamento e análise de riscos:

Foram identificados os seguintes riscos principais:

- Estimativa inadequada de preços;
- Escopo impreciso;
- Incompatibilidade entre disciplinas técnicas;
- Atraso na entrega dos produtos;
- Baixa competitividade no certame.

As medidas mitigadoras incluem detalhamento do Termo de Referência, exigência de Plano Geral de Trabalho, compatibilização obrigatória dos projetos, fiscalização contínua e critérios proporcionais de habilitação.

8. Definição do objeto:

Contratação de empresa especializada para elaboração de estudos, levantamentos técnicos, projetos básicos e projetos executivos de engenharia e arquitetura destinados à requalificação do Corredor Pimentas e implantação dos Terminais Bonsucesso e Santa Helena.

9. Justificativa de escolha da solução:

A contratação externa de empresa especializada demonstra-se mais vantajosa sob os aspectos:

- Técnico: equipe multidisciplinar especializada;
- Operacional: compatibilização integrada dos projetos;
- Financeiro: redução de riscos de aditivos e retrabalhos;
- Jurídico: atendimento à Lei nº 14.133/2021.

A solução assegura planejamento adequado para futura contratação das obras e correta aplicação dos recursos federais vinculados ao Novo PAC.

10. Previsão no plano de contratação anual (PCA)

Sim,

(X) conforme PCA

() de acordo com o planejamento da unidade e lei orçamentária anual

Não, justificar:

11. Estimativas de quantidades:

01 contratação global contemplando:

- Estudos de tráfego;
- Levantamentos topográficos;
- Sondagens geotécnicas;
- Projeto básico;
- Projeto executivo;

- Estudos ambientais correlatos;
 - Compatibilização multidisciplinar.
- Conforme detalhamento constante no Termo de Referência.

12. Justificativa para o parcelamento, agrupamento e subcontratação:

() Parcelamento (item), conforme justificativa abaixo:

—

(X) Agrupamento (não parcelamento - formação de grupos/lotes), conforme justificativa e agrupamento definido abaixo.

Justifica-se a contratação única considerando a natureza integrada e interdependente dos projetos, exigindo compatibilização técnica entre disciplinas.

Subcontratação:

(X) Sim, conforme item(ns)/serviço(s) e porcentagem a ser subcontratada descrita abaixo:

Limitada a serviços específicos de apoio técnico, conforme percentual a ser definido no edital.

() Não poderá ser subcontratada.

13. Legislação sobre o assunto:

- Lei nº 14.133/2021
- Lei nº 12.587/2012
- Lei nº 9.503/1997
- Lei nº 6.938/1981
- Lei nº 12.305/2010
- Decreto Federal nº 11.462/2023
- Súmulas do TCESP nº 22, 23, 24 e 25
- Normas técnicas da ABNT, DER/SP e CONTRAN

14. Premissas técnicas:

- Disponibilização de dados técnicos municipais;
- Acesso às áreas de intervenção para levantamentos;
- Designação formal de gestor e fiscais do contrato;
- Compatibilização com Plano Diretor, plano mobilidade e demais legislação urbanística;
- Observância às diretrizes do convênio junto à CAIXA.

15. Padronização:

A contratação observará padrões técnicos compatíveis com normas ABNT e diretrizes da SEMOB.

16. Indicação de Marca ou Modelo:

Não se aplica.

17. Atividade Acessória:

Os serviços contratados constituem atividade técnica instrumental necessária à futura execução das obras de mobilidade urbana, inserindo-se nas competências legais da Secretaria.

18. Bens de luxo:

Não se aplica.

19. Princípio da segregação de funções

As funções são divididas em planejamento, condução da licitação e gestão do contrato, garantindo mais controle e transparência (artigos 5º e 7º da Lei 14133/2021).

(X) Sim, atende os princípios da segregação de função.

() Não, conforme justificativa abaixo:

20. Mapa de risco (matriz de risco):

- **Impacto:** Restrição à competitividade e risco de anulação do certame.
- **Probabilidade:** Médio
- **Mitigação:** Estruturação técnica adequada do objeto e justificativa de agrupamento, observando o art. 40, §1º da Lei 14.133/2021 e Súmulas do TCESP.
- **Responsável:** Administração.

3. Baixa competitividade

- **Impacto:** Redução do número de propostas válidas.
- **Probabilidade:** Médio
- **Mitigação:** Exigências técnicas proporcionais e divulgação no PNCP.
- **Responsável:** Administração.

4. Execução inadequada

- **Impacto:** Retrabalho, atrasos e desconformidade técnica.
- **Probabilidade:** Alto
- **Mitigação:** Fiscalização técnica, exigência de ART/RRT, cumprimento das normas ABNT aplicáveis.
- **Responsável:** Contratada e Administração.

5. Risco ambiental

- **Impacto:** Destinação incorreta de resíduos e não conformidade ambiental.
- **Probabilidade:** Médio
- **Mitigação:** Exigência de PGRCC e comprovação de destinação adequada.
- **Responsável:** Contratada.

6. Interferências de trânsito

- **Impacto:** Congestionamentos e riscos à segurança viária.
- **Probabilidade:** Alto
- **Mitigação:** Comunicação prévia à SEMOB, sinalização adequada e apoio operacional conforme CTB e normas do CONTRAN.
- **Responsável:** Contratada e SEMOB.

7. Impacto orçamentário

- **Impacto:** Insuficiência de dotação.
- **Probabilidade:** Médio
- **Mitigação:** Compatibilização com PPA, LDO e LOA.
- **Responsável:** Administração.

8. Atrasos na execução

- **Impacto:** Ampliação do prazo contratual e aumento de custos indiretos.
- **Probabilidade:** Médio
- **Mitigação:** Cronograma físico-financeiro detalhado e aplicação de penalidades contratuais quando cabível.
- **Responsável:** Contratada.

9. Segurança do trabalho

- **Impacto:** Acidentes com trabalhadores e terceiros.
- **Probabilidade:** Médio
- **Mitigação:** Cumprimento das NRs aplicáveis (NR-18, NR-06, NR-35) e fiscalização de EPs/EPCs.
- **Responsável:** Contratada.

10. Judicialização

- **Impacto:** Suspensão ou atraso do processo.
- **Probabilidade:** Baixo
- **Mitigação:** Transparência processual, resposta às impugnações e publicação no PNCP.

Responsável: Administração

21. Identificação do responsável pela elaboração do ETP (nome, CF, cargo):

Plinio soares dos Santos - 43583

Arquiteto

pliniosoares@guarulhos.sp.gov.br

E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.



Documento assinado eletronicamente por **Plinio Soares dos Santos, Arquiteto (a)**, em 02/03/2026, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **José Guilherme Rubio Caseiro, Diretor (a) de Departamento**, em 02/03/2026, às 15:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3947370** e o código CRC **FE8BB6F8**.



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO IV

PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E PREÇOS MÁXIMOS DA PMG



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS VIÁRIOS

PLANILHAS DE CÁLCULO

Guarulhos, 13 de abril de 2026.

			Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA A REQUALIFICAÇÃO DO CORREDOR PIMENTAS E OS TERMINAIS URBANOS DO JARDIM SANTA HELENA E DO BONSUCESSO, NO MUNICÍPIO DE GUARULHOS			Bancos: SINAPI - 02/2026 - SP SICRO/DNIT - 01/2026 - SP SIURB EDIF - 07/2025 -SP SIURB INFRA - 07/2025 - SP CPOS/CDHU - 11/2025 - SP SEM DESONERAÇÃO			
						Valor Final do Orçamento		8.029.953,14	
						BDI		24,00 %	
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			TERMINAL SANTA HELENA		1,00		1.944.933,07	1.944.933,07	24,22%
1.1			PRODUTO I - Relatório do Plano Geral de Trabalho (PGT)		1,00		9.238,54	9.238,54	0,12%
1.1.1	01-022-000	SIURB INFRA	RELATÓRIO TÉCNICO	M	361,87	20,60	25,53	9.238,54	0,12%
1.2			PRODUTO II - Contagens Volumétricas de Tráfego		1,00		37.270,08	37.270,08	0,46%
1.2.1	CPU-01	COMPOSIÇÃO	CONTAGEM VOLUMÉTRICA DE VEÍCULOS	H	96,00	313,09	388,23	37.270,08	0,46%
1.3			PRODUTO III - Relatório de Estudo de Tráfego e Estudo de Impacto de Vizinhança		1,00		28.366,58	28.366,58	0,35%
1.3.1	CPU-02	COMPOSIÇÃO	RELATÓRIO DE ESTUDO DE TRÁFEGO E ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA	UD	1,00	22.876,28	28.366,58	28.366,58	0,35%
1.4			PRODUTO IV - Levantamento Topográfico Cadastral		1,00		83.891,60	83.891,60	1,04%
1.4.1	90781	SINAPI	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	340,00	88,95	110,29	37.498,60	0,47%

1.4.2	88253	SINAPI	AUXILIAR DE TOPÓGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	340,00	44,38	55,03	18.710,20	0,23%
1.4.3	01-032-000	SIURB INFRA	ESTAÇÃO TOTAL PRECISÃO 3", TIPO "LEICA" TC-1103 OU SIMILAR, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	H	340,00	10,47	12,98	4.413,20	0,05%
1.4.4	11-008-000	SIURB INFRA	CARRO POPULAR 50% EM OPERAÇÃO	H	340,00	55,20	68,44	23.269,60	0,29%
1.5			PRODUTO VII - Estudos Geológicos-Geotécnicos		1,00		165.315,98	165.315,98	2,06%
1.5.1	02-006-001	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - UMIDADE NATURAL	ENS.	25,00	35,05	43,46	1.086,50	0,01%
1.5.2	02-006-002	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - LIMITE DE LIQUIDEZ	ENS.	25,00	145,49	180,40	4.510,00	0,06%
1.5.3	02-006-003	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - PLASTICIDADE	ENS.	25,00	119,25	147,87	3.696,75	0,05%
1.5.4	02-006-004	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - COMPACTAÇÃO	ENS.	25,00	368,31	456,70	11.417,50	0,14%
1.5.5	02-001-002	SIURB INFRA	SONDAGEM COM EXTRAÇÃO DE AMOSTRAS NAS CONDIÇÕES NATURAIS	UN	25,00	190,50	236,22	5.905,50	0,07%
1.5.6	02-006-006	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - PROCTOR SIMPLES	ENS.	25,00	411,30	510,01	12.750,25	0,16%
1.5.7	02-006-007	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - CBR MOLDADO	ENS.	25,00	344,41	427,06	10.676,50	0,13%
1.5.8	02-003-001	SIURB INFRA	MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 1 EQUIPAMENTO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ATÉ 10KM	UN	1,00	475,39	589,48	589,48	0,01%
1.5.9	02-002-006	SIURB INFRA	DESLOCAMENTO DE EQUIPAMENTO ENTRE FUROS EM TERRENO PLANO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ACIMA DE 200M	UN	25,00	314,22	389,63	9.740,75	0,12%
1.5.10	CPU-03	COMPOSIÇÃO	ESTUDO TÉCNICO GEOLÓGICO-GEOTÉCNICO	H	125,00	457,90	567,79	70.973,75	0,88%
1.5.11	01.21.110	CPOS/CDHU	Sondagem do terreno à percussão (mínimo de 30 m)	M	300,00	91,32	113,23	33.969,00	0,42%
1.6			PRODUTO VIII - Projetos Básicos		1,00		1.161.951,70	1.161.951,70	14,47%
1.6.1	20-003-060	SIURB	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ARQUITETURA	UN	40,00	5.148,67	6.384,35	255.374,00	3,18%
1.6.2	20-003-060	SIURB	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ESTRUTURA E FUNDAÇÕES	UN	35,00	5.148,67	6.384,35	223.452,25	2,78%
1.6.3	20-003-060	SIURB	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE ILUMINAÇÃO	UN	25,00	5.148,67	6.384,35	159.608,75	1,99%
1.6.4	20-003-060	SIURB	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS	UN	25,00	5.148,67	6.384,35	159.608,75	1,99%
1.6.5	20-003-060	SIURB	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE DRENAGEM SUPERFICIAL E PAVIMENTAÇÃO	UN	22,00	5.148,67	6.384,35	140.455,70	1,75%
1.6.6	20-003-060	SIURB	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL	UN	20,00	5.148,67	6.384,35	127.687,00	1,59%
1.6.7	20-003-060	SIURB	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ACESSIBILIDADE E CIRCULAÇÃO	UN	15,00	5.148,67	6.384,35	95.765,25	1,19%

1.7			PRODUTO IX - Projetos Executivos		1,00		396.646,47	396.646,47	4,94%
1.7.1	20-003-061	SIURB	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ARQUITETURA	UN	15,00	3.949,09	4.896,87	73.453,05	0,91%
1.7.2	20-003-061	SIURB	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ESTRUTURA E FUNDAÇÕES	UN	15,00	3.949,09	4.896,87	73.453,05	0,91%
1.7.3	20-003-061	SIURB	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE ILUMINAÇÃO	UN	10,00	3.949,09	4.896,87	48.968,70	0,61%
1.7.4	20-003-061	SIURB	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS	UN	25,00	3.949,09	4.896,87	122.421,75	1,52%
1.7.5	20-003-061	SIURB	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE DRENAGEM SUPERFICIAL E PAVIMENTAÇÃO	UN	6,00	3.949,09	4.896,87	29.381,22	0,37%
1.7.6	20-003-061	SIURB	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL	UN	5,00	3.949,09	4.896,87	24.484,35	0,30%
1.7.7	20-003-061	SIURB	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ACESSIBILIDADE E CIRCULAÇÃO	UN	5,00	3.949,09	4.896,87	24.484,35	0,30%
1.8			PRODUTO X - Planilhas de Quantidades, Memórias de Cálculo e Composições de Preço		1,00		26.880,00	26.880,00	0,33%
1.8.1	CPU-04	COMPOSIÇÃO	PLANILHA DE QUANTIDADE DE SERVIÇO - TERMINAL DE ÔNIBUS	M²	7.000,00	3,10	3,84	26.880,00	0,33%
1.9			PRODUTO XI - Memoriais Descritivos		1,00		8.375,83	8.375,83	0,10%
1.9.1	CPU-05	COMPOSIÇÃO	ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DESCRITIVO PARA TERMINAIS DE ÔNIBUS	un	1,00	6.754,71	8.375,83	8.375,83	0,10%
1.10			PRODUTO XII - Especificações Técnicas e Matriz de Risco		1,00		18.507,07	18.507,07	0,23%
1.10.1	CPU-06	COMPOSIÇÃO	ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E MATRIZ DE RISCO PARA TERMINAIS DE ÔNIBUS	un	1,00	14.925,06	18.507,07	18.507,07	0,23%
1.11			PRODUTO XIII - Dimensionamento do Canteiro de Obras e Plano de Ataque de Obras		1,00		8.489,22	8.489,22	0,11%
1.11.1	CPU-07	COMPOSIÇÃO	DIMENSIONAMENTO DE CANTEIRO DE OBRAS E PLANO DE ATAQUE DE OBRAS PARA TERMINAIS DE ÔNIBUS	un	1,00	6.846,15	8.489,22	8.489,22	0,11%
2			TERMINAL BONSUCESSO		1,00		1.559.986,22	1.559.986,22	19,43%
2.1			PRODUTO I - Relatório do Plano Geral de Trabalho (PGT)		1,00		7.151,20	7.151,20	0,09%
2.1.1	01-022-000	SIURB INFRA	RELATÓRIO TÉCNICO	M	280,00	20,60	25,54	7.151,20	0,09%
2.2			PRODUTO II - Contagens Volumétricas de Tráfego		1,00		39.599,46	39.599,46	0,49%
2.2.1	CPU-01	COMPOSIÇÃO	CONTAGEM VOLUMÉTRICA DE VEÍCULOS	H	102,00	313,09	388,23	39.599,46	0,49%

2.3			PRODUTO III - Relatório de Estudo de Tráfego e Estudo de Impacto de Vizinhança		1,00		28.366,58	28.366,58	0,35%
2.3.1	CPU-02	COMPOSIÇÃO	RELATÓRIO DE ESTUDO DE TRÁFEGO E ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA	UD	1,00	22.876,28	28.366,58	28.366,58	0,35%
2.4			PRODUTO IV - Levantamento Topográfico Cadastral		1,00		67.360,02	67.360,02	0,84%
2.4.1	90781	SINAPI	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	273,00	88,95	110,29	30.109,17	0,37%
2.4.2	88253	SINAPI	AUXILIAR DE TOPÓGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	273,00	44,38	55,03	15.023,19	0,19%
2.4.3	01-032-000	SIURB INFRA	ESTAÇÃO TOTAL PRECISÃO 3", TIPO "LEICA" TC-1103 OU SIMILAR, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	H	273,00	10,47	12,98	3.543,54	0,04%
2.4.4	11-008-000	SIURB INFRA	CARRO POPULAR 50% EM OPERAÇÃO	H	273,00	55,20	68,44	18.684,12	0,23%
2.5			PRODUTO VII - Estudos Geológicos-Geotécnicos		1,00		129.445,73	129.445,73	1,61%
2.5.1	02-006-001	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - UMIDADE NATURAL	ENS.	10,00	35,05	43,46	434,60	0,01%
2.5.2	02-006-002	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - LIMITE DE LIQUIDEZ	ENS.	10,00	145,49	180,40	1.804,00	0,02%
2.5.3	02-006-003	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - PLASTICIDADE	ENS.	10,00	119,25	147,87	1.478,70	0,02%
2.5.4	02-006-004	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - COMPACTAÇÃO	ENS.	10,00	368,31	456,70	4.567,00	0,06%
2.5.5	02-001-002	SIURB INFRA	SONDAGEM COM EXTRAÇÃO DE AMOSTRAS NAS CONDIÇÕES NATURAIS	UN	10,00	190,50	236,22	2.362,20	0,03%
2.5.6	02-006-006	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - PROCTOR SIMPLES	ENS.	10,00	411,30	510,01	5.100,10	0,06%
2.5.7	02-006-007	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - CBR MOLDADO	ENS.	10,00	344,41	427,06	4.270,60	0,05%
2.5.8	02-003-001	SIURB INFRA	MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 1 EQUIPAMENTO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ATÉ 10KM	UN	1,00	475,39	589,48	589,48	0,01%
2.5.9	02-002-006	SIURB INFRA	DESLOCAMENTO DE EQUIPAMENTO ENTRE FUROS EM TERRENO PLANO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ACIMA DE 200M	UN	10,00	314,22	389,63	3.896,30	0,05%
2.5.10	CPU-03	COMPOSIÇÃO	ESTUDO TÉCNICO GEOLÓGICO-GEOTÉCNICO	H	125,00	457,90	567,79	70.973,75	0,88%
2.5.11	01.21.110	CPOS/CDHU	Sondagem do terreno à percussão (mínimo de 30 m)	M	300,00	91,32	113,23	33.969,00	0,42%
2.6			PRODUTO VIII - Projetos Básicos		1,00		912.962,05	912.962,05	11,37%
2.6.1	20-003-060	SIURB	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ARQUITETURA	UN	40,00	5.148,67	6.384,35	255.374,00	3,18%
2.6.2	20-003-060	SIURB	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ESTRUTURA E FUNDAÇÕES	UN	33,00	5.148,67	6.384,35	210.683,55	2,62%
2.6.3	20-003-060	SIURB	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE ILUMINAÇÃO	UN	20,00	5.148,67	6.384,35	127.687,00	1,59%

2.6.4	20-003-060	SIURB	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS	UN	15,00	5.148,67	6.384,35	95.765,25	1,19%
2.6.5	20-003-060	SIURB	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE DRENAGEM SUPERFICIAL E PAVIMENTAÇÃO	UN	15,00	5.148,67	6.384,35	95.765,25	1,19%
2.6.6	20-003-060	SIURB	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL	UN	10,00	5.148,67	6.384,35	63.843,50	0,80%
2.6.7	20-003-060	SIURB	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ACESSIBILIDADE E CIRCULAÇÃO	UN	10,00	5.148,67	6.384,35	63.843,50	0,80%
2.7			PRODUTO IX - Projetos Executivos		1,00		318.296,55	318.296,55	3,96%
2.7.1	20-003-061	SIURB	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ARQUITETURA	UN	15,00	3.949,09	4.896,87	73.453,05	0,91%
2.7.2	20-003-061	SIURB	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ESTRUTURA E FUNDAÇÕES	UN	15,00	3.949,09	4.896,87	73.453,05	0,91%
2.7.3	20-003-061	SIURB	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE ILUMINAÇÃO	UN	10,00	3.949,09	4.896,87	48.968,70	0,61%
2.7.4	20-003-061	SIURB	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS	UN	10,00	3.949,09	4.896,87	48.968,70	0,61%
2.7.5	20-003-061	SIURB	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE DRENAGEM SUPERFICIAL E PAVIMENTAÇÃO	UN	5,00	3.949,09	4.896,87	24.484,35	0,30%
2.7.6	20-003-061	SIURB	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL	UN	5,00	3.949,09	4.896,87	24.484,35	0,30%
2.7.7	20-003-061	SIURB	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ACESSIBILIDADE E CIRCULAÇÃO	UN	5,00	3.949,09	4.896,87	24.484,35	0,30%
2.8			PRODUTO X - Planilhas de Quantidades, Memórias de Cálculo e Composições de Preço		1,00		21.432,51	21.432,51	0,27%
2.8.1	CPU-04	COMPOSIÇÃO	PLANILHA DE QUANTIDADE DE SERVIÇO - TERMINAL DE ÔNIBUS	M²	5.581,38	3,10	3,84	21.432,51	0,27%
2.9			PRODUTO XI - Memoriais Descritivos		1,00		8.375,83	8.375,83	0,10%
2.9.1	CPU-05	COMPOSIÇÃO	ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DESCRITIVO PARA TERMINAIS DE ÔNIBUS	un	1,00	6.754,71	8.375,83	8.375,83	0,10%
2.10			PRODUTO XII - Especificações Técnicas e Matriz de Risco		1,00		18.507,07	18.507,07	0,23%
2.10.1	CPU-06	COMPOSIÇÃO	ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E MATRIZ DE RISCO PARA TERMINAIS DE ÔNIBUS	un	1,00	14.925,06	18.507,07	18.507,07	0,23%
2.11			PRODUTO XIII - Dimensionamento do Canteiro de Obras e Plano de Ataque de Obras		1,00		8.489,22	8.489,22	0,11%
2.11.1	CPU-07	COMPOSIÇÃO	DIMENSIONAMENTO DE CANTEIRO DE OBRAS E PLANO DE ATAQUE DE OBRAS PARA TERMINAIS DE ÔNIBUS	un	1,00	6.846,15	8.489,22	8.489,22	0,11%
3			CORREDOR PIMENTAS		1,00		4.525.033,85	4.525.033,85	56,35%

3.1			PRODUTO I - Relatório do Plano Geral de Trabalho (PGT)		1,00		25.540,00	25.540,00	0,32%
3.1.1	01-022-000	SIURB INFRA	RELATÓRIO TÉCNICO	M	1.000,00	20,60	25,54	25.540,00	0,32%
3.2			PRODUTO II - Contagens Volumétricas de Tráfego		1,00		108.653,93	108.653,93	1,35%
3.2.1	CPU-01	COMPOSIÇÃO	CONTAGEM VOLUMÉTRICA DE VEÍCULOS	H	279,87	313,09	388,23	108.653,93	1,35%
3.3			PRODUTO III - Relatório de Estudo de Tráfego e Estudo de Impacto de Vizinhança		1,00		28.366,58	28.366,58	0,35%
3.3.1	CPU-02	COMPOSIÇÃO	RELATÓRIO DE ESTUDO DE TRÁFEGO E ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA	UD	1,00	22.876,28	28.366,58	28.366,58	0,35%
3.4			PRODUTO IV - Levantamento Topográfico Cadastral		1,00		185.548,48	185.548,48	2,31%
3.4.1	90781	SINAPI	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	752,00	88,95	110,29	82.938,08	1,03%
3.4.2	88253	SINAPI	AUXILIAR DE TOPÓGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	752,00	44,38	55,03	41.382,56	0,52%
3.4.3	01-032-000	SIURB INFRA	ESTAÇÃO TOTAL PRECISÃO 3", TIPO "LEICA" TC-1103 OU SIMILAR, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	H	752,00	10,47	12,98	9.760,96	0,12%
3.4.4	11-008-000	SIURB INFRA	CARRO POPULAR 50% EM OPERAÇÃO	H	752,00	55,20	68,44	51.466,88	0,64%
3.5			PRODUTO V - Inventários Detalhados do Estado da Superfície ou Levantamento Visual Detalhado (LVD)		1,00		82.511,00	82.511,00	1,03%
3.5.1	CPU-08	COMPOSIÇÃO	ESTUDO, INVENTÁRIO E LEVANTAMENTO DETALHADO DE VIA	m	14.300,00	4,66	5,77	82.511,00	1,03%
3.6			PRODUTO VI - Levantamento Deflectométrico		1,00		182.039,00	182.039,00	2,27%
3.6.1	CPU-09	COMPOSIÇÃO	LEVANTAMENTO DEFLECTOMÉTRICO	m	14.300,00	10,27	12,73	182.039,00	2,27%
3.7			PRODUTO VII - Estudos Geológicos-Geotécnicos		1,00		365.042,72	365.042,72	4,55%
3.7.1	02-006-001	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - UMIDADE NATURAL	ENS.	95,00	35,05	43,46	4.128,70	0,05%
3.7.2	02-006-002	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - LIMITE DE LIQUIDEZ	ENS.	95,00	145,49	180,40	17.138,00	0,21%
3.7.3	02-006-003	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - PLASTICIDADE	ENS.	95,00	119,25	147,87	14.047,65	0,17%
3.7.4	02-006-004	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - COMPACTAÇÃO	ENS.	95,00	368,31	456,70	43.386,50	0,54%
3.7.5	02-001-002	SIURB INFRA	SONDAGEM COM EXTRAÇÃO DE AMOSTRAS NAS CONDIÇÕES NATURAIS	UN	95,00	190,50	236,22	22.440,90	0,28%
3.7.6	02-006-006	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - PROCTOR SIMPLES	ENS.	95,00	411,30	510,01	48.450,95	0,60%
3.7.7	02-006-007	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - CBR MOLDADO	ENS.	95,00	344,41	427,06	40.570,70	0,51%
3.7.8	CPU-03	COMPOSIÇÃO	ESTUDO TÉCNICO GEOLÓGICO-GEOTÉCNICO	H	308,00	457,90	567,79	174.879,32	2,18%

3.8			PRODUTO VIII - Projetos Básicos		1,00		2.530.763,30	2.530.763,30	31,52%
3.8.1	03-053-017	SIURB INFRA	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO GEOMÉTRICO	UN	35,00	7.037,72	8.726,77	305.436,95	3,80%
3.8.2	03-053-017	SIURB INFRA	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE DRENAGEM	UN	30,00	7.037,72	8.726,77	261.803,10	3,26%
3.8.3	03-053-017	SIURB INFRA	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	UN	30,00	7.037,72	8.726,77	261.803,10	3,26%
3.8.4	03-053-017	SIURB INFRA	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE SINALIZAÇÃO E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA	UN	30,00	7.037,72	8.726,77	261.803,10	3,26%
3.8.5	03-053-017	SIURB INFRA	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE DESVIO DE TRÁFEGO	UN	25,00	7.037,72	8.726,77	218.169,25	2,72%
3.8.6	03-053-017	SIURB INFRA	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ARQUITETURA DAS PARADAS	UN	35,00	7.037,72	8.726,77	305.436,95	3,80%
3.8.7	03-053-017	SIURB INFRA	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE URBANISMO	UN	25,00	7.037,72	8.726,77	218.169,25	2,72%
3.8.8	03-053-017	SIURB INFRA	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE PAISAGISMO	UN	20,00	7.037,72	8.726,77	174.535,40	2,17%
3.8.9	03-053-017	SIURB INFRA	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE VALA TÉCNICA	UN	20,00	7.037,72	8.726,77	174.535,40	2,17%
3.8.10	03-053-017	SIURB INFRA	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DAS PARADAS	UN	20,00	7.037,72	8.726,77	174.535,40	2,17%
3.8.11	03-053-017	SIURB INFRA	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE INTERFERÊNCIAS E PROJETO DE REMANEJAMENTO	UN	20,00	7.037,72	8.726,77	174.535,40	2,17%
3.9			PRODUTO IX - Projetos Executivos		1,00		875.176,80	875.176,80	10,90%
3.9.1	03-053-018	SIURB INFRA	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO GEOMÉTRICO	UN	15,00	5.881,57	7.293,14	109.397,10	1,36%
3.9.2	03-053-018	SIURB INFRA	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE DRENAGEM	UN	10,00	5.881,57	7.293,14	72.931,40	0,91%
3.9.3	03-053-018	SIURB INFRA	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	UN	10,00	5.881,57	7.293,14	72.931,40	0,91%
3.9.4	03-053-018	SIURB INFRA	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE SINALIZAÇÃO E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA	UN	10,00	5.881,57	7.293,14	72.931,40	0,91%
3.9.5	03-053-018	SIURB INFRA	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE DESVIO DE TRÁFEGO	UN	10,00	5.881,57	7.293,14	72.931,40	0,91%
3.9.6	03-053-018	SIURB INFRA	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ARQUITETURA DAS PARADAS	UN	15,00	5.881,57	7.293,14	109.397,10	1,36%
3.9.7	03-053-018	SIURB INFRA	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE URBANISMO	UN	10,00	5.881,57	7.293,14	72.931,40	0,91%
3.9.8	03-053-018	SIURB INFRA	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE PAISAGISMO	UN	10,00	5.881,57	7.293,14	72.931,40	0,91%
3.9.9	03-053-018	SIURB INFRA	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE VALA TÉCNICA	UN	10,00	5.881,57	7.293,14	72.931,40	0,91%

3.9.10	03-053-018	SIURB INFRA	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DAS PARADAS	UN	10,00	5.881,57	7.293,14	72.931,40	0,91%
3.9.11	03-053-018	SIURB INFRA	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE INTERFERÊNCIAS E PROJETO DE REMANEJAMENTO	UN	10,00	5.881,57	7.293,14	72.931,40	0,91%
3.10			PRODUTO X - Planilha de Quantidades, Memórias de Cálculo e Composição de Preço		1,00		59.917,00	59.917,00	0,75%
3.10.1	CPU-10	COMPOSIÇÃO	PLANILHA DE QUANTIDADE DE SERVIÇOS DE VIAS DO PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO	m	14.300,00	3,38	4,19	59.917,00	0,75%
3.11			PRODUTO XI - Memoriais Descritivos		1,00		22.856,95	22.856,95	0,28%
3.11.1	CPU-11	COMPOSIÇÃO	Elaboração de Memorial Descritivo para CORREDOR DE ÔNIBUS	un	1,00	18.433,03	22.856,95	22.856,95	0,28%
3.12			PRODUTO XII - Especificações Técnicas e Matriz de Risco		1,00		40.682,50	40.682,50	0,51%
3.12.1	CPU-12	COMPOSIÇÃO	Elaboração de Especificações Técnicas, Matriz de Risco e Composições de Preço para CORREDOR DE ÔNIBUS	un	1,00	32.808,47	40.682,50	40.682,50	0,51%
3.13			PRODUTO XIII - Dimensionamento do Canteiro de Obras e Plano de Ataque de Obras		1,00		17.935,59	17.935,59	0,22%
3.13.1	CPU-13	COMPOSIÇÃO	Dimensionamento de Canteiro de obras e elaboração de Plano de Ataque para CORREDOR DE ÔNIBUS	un	1,00	14.464,19	17.935,59	17.935,59	0,22%
TOTAL								8.029.953,14	100%



Documento assinado eletronicamente por **José Guilherme Rubio Caseiro, Diretor (a) de Departamento**, em 13/04/2026, às 10:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Marcos de Araujo, Secretário Municipal**, em 13/04/2026, às 11:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4374178** e o código CRC **2FE0F449**.



PLANILHAS DE CÁLCULO

Guarulhos, 17 de abril de 2026.

		Composições Analíticas com Preço Unitário		Bancos		B.D.I.		Encargos Sociais	
				SINAPI - 02/2026 - SP SICRO/DNIT - 01/2026 - SP SIURB EDIF - 07/2025 - SP SIURB INFRA - 07/2025 - SP CPOS/CDHU - 11/2025 - SP		24,0%		SEM DESONERAÇÃO	
Composições Analíticas com Preço Unitário									
Composições Principais									
1.1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	01-022-000	SIURB INFRA	RELATÓRIO TÉCNICO	Infraestrutura		M	1,0000000	20,60	20,60
Insumo	1120	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO COORDENADOR GERAL - MAIS DE 20 ANOS EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra		H	0,0060000	528,21	3,16
Insumo	1115	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO COORDENADOR SETORIAL - 20 ANOS EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra		H	0,0330000	528,21	17,43
				MO sem LS =>	20,59	LS =>	0,01	MO com LS =>	20,59
				Valor do BDI =>	4,94			Valor com BDI =>	25,53
1.2.1	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU-01	COMPOSIÇÃO	CONTAGEM VOLUMÉTRICA DE VEÍCULOS	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS		H	1,0000000	313,09	313,09
Composição Auxiliar	90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	0,5000000	145,96	72,98
Composição Auxiliar	88255	SINAPI	AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	0,5000000	47,48	23,74
Composição Auxiliar	90779	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	0,5000000	201,66	100,83
Composição Auxiliar	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	0,4000000	143,60	57,44
Composição Auxiliar	03-025-000	SIURB INFRA	COORDENADOR GERAL	Infraestrutura		H	0,0500000	528,21	26,41
Composição Auxiliar	03-024-000	SIURB INFRA	CONSULTOR	Infraestrutura		H	0,0600000	528,21	31,69
				MO sem LS =>	313,09	LS =>	0,00	MO com LS =>	313,09
				Valor do BDI =>	75,14			Valor com BDI =>	388,23
1.3.1	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU-02	COMPOSIÇÃO	RELATÓRIO DE ESTUDO DE TRÁFEGO E ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA	Infraestrutura		UN	1,0000000	22.876,28	22.876,28
Insumo	1125	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO PLENO - DE 5 A 15 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra		H	20,0000000	190,43	3.808,60
Insumo	1158	SIURB-INSUMO	DESENHISTA CADISTA (SGSP)	Mão de Obra		H	20,0000000	67,04	1.340,80
Insumo	1194	SIURB-INSUMO	GEÓGRAFO PLENO	Mão de Obra		H	30,0000000	148,88	4.466,40
Insumo	1115	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO COORDENADOR SETORIAL - 20 ANOS EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra		H	8,0000000	528,21	4.225,68
Insumo	1128	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JÚNIOR - ATÉ 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra		H	20,0000000	135,46	2.709,20
Insumo	1124	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO SÊNIOR - MAIS DE 15 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra		H	20,0000000	316,28	6.325,60
				MO sem LS =>	22.876,28	LS =>	0,00	MO com LS =>	22.876,28
				Valor do BDI =>	5.490,31			Valor com BDI =>	28.366,58
1.4.1	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	90781	SINAPI	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS		H	1,0000000	88,95	88,95
Insumo	37370	SINAPI-INSUMO	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Taxas		H	1,0000000	4,48	4,48
Composição Auxiliar	95406	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA TOPÓGRAFO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS		H	1,0000000	0,66	0,66
Insumo	37372	SINAPI-INSUMO	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material		H	1,0000000	1,43	1,43
Insumo	43469	SINAPI-INSUMO	FERRAMENTAS - FAMILIA TOPOGRAFO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento		H	1,0000000	0,08	0,08

Insumo	43493	SINAPI-INSUMO	EPI - FAMILIA TOPOGRAFO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,75	0,75	
Insumo	7592	SINAPI-INSUMO	TOPOGRAFO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	80,37	80,37	
Insumo	37373	SINAPI-INSUMO	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Taxas	H	1,0000000	0,11	0,11	
Insumo	37371	SINAPI-INSUMO	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Taxas	H	1,0000000	1,07	1,07	
				MO sem LS =>	80,37	LS =>	0,00	MO com LS =>	80,37
				Valor do BDI =>	21,35		Valor com BDI =>		110,29

1.4.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88253	SINAPI	AUXILIAR DE TOPÓGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000	44,38	44,38	
Insumo	37370	SINAPI-INSUMO	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Taxas	H	1,0000000	4,48	4,48	
Composição Auxiliar	95322	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AUXILIAR DE TOPÓGRAFO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000	0,30	0,30	
Insumo	244	SINAPI-INSUMO	AUXILIAR DE TOPOGRAFO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	36,16	36,16	
Insumo	43493	SINAPI-INSUMO	EPI - FAMILIA TOPOGRAFO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,75	0,75	
Insumo	43469	SINAPI-INSUMO	FERRAMENTAS - FAMILIA TOPOGRAFO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,08	0,08	
Insumo	37372	SINAPI-INSUMO	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43	1,43	
Insumo	37373	SINAPI-INSUMO	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Taxas	H	1,0000000	0,11	0,11	
Insumo	37371	SINAPI-INSUMO	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Taxas	H	1,0000000	1,07	1,07	
				MO sem LS =>	36,16	LS =>	0,00	MO com LS =>	36,16
				Valor do BDI =>	10,65		Valor com BDI =>		55,03

1.4.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	01-032-000	SIURB INFRA	ESTAÇÃO TOTAL PRECISÃO 3", TIPO "LEICA" TC-1103 OU SIMILAR, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	Infraestrutura	H	1,0000000	10,47	10,47	
Insumo	94236	SIURB-INSUMO	ESTAÇÃO TOTAL MANUAL, PRECISÃO 3" P/ LEVANTAMENTO DE TERRENO – ALCANCE DE 500 METROS (COM ACESSÓRIOS)- MOD. LEICA TS 10 3" OU SIMILAR	Equipamento	H	1,0000000	10,47	10,47	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	2,51		Valor com BDI =>		12,98

1.5.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	02-006-001	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - UMIDADE NATURAL	Infraestrutura	ENS.	1,0000000	35,05	35,05	
Insumo	1128	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JÚNIOR - ATÉ 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	0,0800000	135,46	10,84	
Insumo	1178	SIURB-INSUMO	AUXILIAR DE LABORATÓRIO (SGSP)	Mão de Obra	H	0,5300000	28,47	15,09	
Insumo	82030	SIURB-INSUMO	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA SONDAGEM	Material	VB	0,5000000	18,25	9,12	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	8,41		Valor com BDI =>		43,46

1.5.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	02-006-002	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - LIMITE DE LIQUIDEZ	Infraestrutura	ENS.	1,0000000	145,49	145,49	
Insumo	82030	SIURB-INSUMO	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA SONDAGEM	Material	VB	1,0000000	18,25	18,25	
Insumo	1180	SIURB-INSUMO	LABORATORISTA (SGSP)	Mão de Obra	H	1,3000000	87,45	113,69	
Insumo	1128	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JÚNIOR - ATÉ 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	0,1000000	135,46	13,55	
				MO sem LS =>	127,23	LS =>	0,01	MO com LS =>	127,23
				Valor do BDI =>	34,92		Valor com BDI =>		180,40

1.5.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	02-006-003	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - PLASTICIDADE	Infraestrutura	ENS.	1,0000000	119,25	119,25	
Insumo	82030	SIURB-INSUMO	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA SONDAGEM	Material	VB	1,0000000	18,25	18,25	
Insumo	1128	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JÚNIOR - ATÉ 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	0,1000000	135,46	13,55	
Insumo	1180	SIURB-INSUMO	LABORATORISTA (SGSP)	Mão de Obra	H	1,0000000	87,45	87,45	
				MO sem LS =>	101,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	101,00

				Valor do BDI =>	28,62	Valor com BDI =>		147,87	
1.5.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	02-006-004	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - COMPACTAÇÃO	Infraestrutura	ENS.	1,0000000	368,31	368,31	
Insumo	82030	SIURB-INSUMO	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA SONDAGEM	Material	VB	2,5000000	18,25	45,6250	
Insumo	1178	SIURB-INSUMO	AUXILIAR DE LABORATÓRIO (SGSP)	Mão de Obra	H	4,0000000	28,47	113,8800	
Insumo	1128	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JÚNIOR - ATÉ 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	0,2500000	135,46	33,8650	
Insumo	1180	SIURB-INSUMO	LABORATORISTA (SGSP)	Mão de Obra	H	2,0000000	87,45	174,9000	
				MO sem LS =>	322,65	LS =>	0,04	MO com LS =>	322,65
				Valor do BDI =>	88,39	Valor com BDI =>		456,70	
1.5.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	02-001-002	SIURB INFRA	SONDAGEM COM EXTRAÇÃO DE AMOSTRAS NAS CONDIÇÕES NATURAIS	Infraestrutura	UN	1,0000000	190,50	190,50	
Insumo	94298	SIURB-INSUMO	VAN, TETO ALTO 50% EM OPERAÇÃO	Material	H	0,5000000	98,52	49,26	
Insumo	1182	SIURB-INSUMO	SONDADOR (SGSP)	Mão de Obra	H	1,0000000	52,95	52,95	
Insumo	82030	SIURB-INSUMO	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA SONDAGEM	Material	VB	2,0000000	18,25	36,50	
Insumo	12-011-000	SIURB INFRA	SERVENTE	Mão de Obra	H	2,0000000	25,89	51,78	
				MO sem LS =>	104,73	LS =>	0,01	MO com LS =>	104,73
				Valor do BDI =>	45,72	Valor com BDI =>		236,22	
1.5.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	02-006-006	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - PROCTOR SIMPLES	Infraestrutura	ENS.	1,0000000	411,30	411,30	
Insumo	1178	SIURB-INSUMO	AUXILIAR DE LABORATÓRIO (SGSP)	Mão de Obra	H	4,0000000	28,47	113,88	
Insumo	1180	SIURB-INSUMO	LABORATORISTA (SGSP)	Mão de Obra	H	2,0000000	87,45	174,90	
Insumo	1128	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JÚNIOR - ATÉ 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	0,5000000	135,46	67,73	
Insumo	82030	SIURB-INSUMO	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA SONDAGEM	Material	VB	3,0000000	18,25	54,75	
				MO sem LS =>	356,51	LS =>	0,04	MO com LS =>	356,51
				Valor do BDI =>	98,71	Valor com BDI =>		510,01	
1.5.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	02-006-007	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - CBR MOLDADO	Infraestrutura	ENS.	1,0000000	344,41	344,41	
Insumo	1178	SIURB-INSUMO	AUXILIAR DE LABORATÓRIO (SGSP)	Mão de Obra	H	3,2000000	28,47	91,10	
Insumo	1180	SIURB-INSUMO	LABORATORISTA (SGSP)	Mão de Obra	H	1,6000000	87,45	139,92	
Insumo	1128	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JÚNIOR - ATÉ 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	0,5000000	135,46	67,73	
Insumo	82030	SIURB-INSUMO	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA SONDAGEM	Material	VB	2,5000000	18,25	45,63	
				MO sem LS =>	298,75	LS =>	0,03	MO com LS =>	298,75
				Valor do BDI =>	82,66	Valor com BDI =>		427,06	
1.5.8	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	02-003-001	SIURB INFRA	MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 1 EQUIPAMENTO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ATÉ 10KM	Infraestrutura	UN	1,0000000	475,39	475,39	
Insumo	12-011-000	SIURB INFRA	SERVENTE	Mão de Obra	H	6,0000000	25,89	155,34	
Insumo	94011	SIURB-INSUMO	CAMINHÃO COM CARROCERIA DE MADEIRA COMP. 4,20 M	Equipamento	H	1,0000000	166,59	166,59	
Insumo	1183	SIURB-INSUMO	SONDADOR DE ROTATIVA (SGSP)	Mão de Obra	H	3,0000000	51,15	153,45	
				MO sem LS =>	308,79	LS =>	0,01	MO com LS =>	308,79
				Valor do BDI =>	114,09	Valor com BDI =>		589,48	
1.5.9	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	02-002-006	SIURB INFRA	DESLOCAMENTO DE EQUIPAMENTO ENTRE FUIROS EM TERRENO PLANO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ACIMA DE 200M	Infraestrutura	UN	1,0000000	314,22	314,22	
Insumo	12-011-000	SIURB INFRA	SERVENTE	Mão de Obra	H	6,0000000	25,89	155,34	
Insumo	1182	SIURB-INSUMO	SONDADOR (SGSP)	Mão de Obra	H	3,0000000	52,95	158,85	

				MO sem LS =>	314,19	LS =>	0,03	MO com LS =>	314,19
				Valor do BDI =>	75,41			Valor com BDI =>	389,63
1.5.10	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU-03	COMPOSIÇÃO	ESTUDO TÉCNICO GEOLÓGICO-GEOTÉCNICO	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	1,0000000	457,90	457,90	
Composição Auxiliar	88255	SINAPI	AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	47,48	47,48	
Composição Auxiliar	90779	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,5000000	201,66	100,83	
Composição Auxiliar	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	143,60	143,60	
Composição Auxiliar	03-024-000	SIURB INFRA	CONSULTOR	Infraestrutura	H	0,0500000	528,21	26,41	
Composição Auxiliar	03-054-006	SIURB INFRA	GEÓLOGO SÊNIOR	Infraestrutura	H	0,5000000	173,52	86,76	
Composição Auxiliar	03-025-000	SIURB INFRA	COORDENADOR GERAL	Infraestrutura	H	0,1000000	528,21	52,82	
				MO sem LS =>	457,90	LS =>	0,00	MO com LS =>	457,90
				Valor do BDI =>	109,90			Valor com BDI =>	567,80
1.5.11	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	01.21.110	CPOS/CDHU	SONDAGEM DO TERRENO À PERCUSSÃO (MÍNIMO DE 30 M)	1,21	m	1,0000000	91,32	91,32	
Insumo	A.07.000.020483	CDHU-INSUMO	Sondagem a percussão, inclusive as peças gráficas e relatórios pertinentes mínimo de 30m	Material	m	1,0000000	91,32	91,32	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	21,92			Valor com BDI =>	113,23
1.6.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	20-003-060	SIURB	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1)	Edificação	UN	1,0000000	5.148,67	5.148,67	
Insumo	1120	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO COORDENADOR GERAL - MAIS DE 20 ANOS EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	0,7000000	528,21	369,74	
Insumo	1164	SIURB-INSUMO	DESENHISTA PROJETISTA (SGSP)	Mão de Obra	H	6,0000000	69,86	419,16	
Insumo	1124	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO SÊNIOR - MAIS DE 15 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	6,0000000	316,28	1.897,68	
Insumo	1125	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO PLENO - DE 5 A 15 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	2,0000000	190,43	380,86	
Insumo	1158	SIURB-INSUMO	DESENHISTA CADISTA (SGSP)	Mão de Obra	H	8,0000000	67,04	536,32	
Insumo	1128	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JÚNIOR - ATÉ 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	7,0000000	135,46	948,22	
Insumo	1114	SIURB-INSUMO	PROJETISTA - SEM CURSO SUPERIOR, COM MAIS DE 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	4,0000000	149,11	596,44	
				MO sem LS =>	5.148,42	LS =>	0,25	MO com LS =>	5.148,42
				Valor do BDI =>	1.235,68			Valor com BDI =>	6.384,35
1.7.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	20-003-061	SIURB	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1)	Edificação	UN	1,0000000	3.949,09	3.949,09	
Insumo	1125	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO PLENO - DE 5 A 15 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	1,0000000	190,43	190,43	
Insumo	1128	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JÚNIOR - ATÉ 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	5,0000000	135,46	677,30	
Insumo	1124	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO SÊNIOR - MAIS DE 15 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	4,0000000	316,28	1.265,12	
Insumo	1158	SIURB-INSUMO	DESENHISTA CADISTA (SGSP)	Mão de Obra	H	8,0000000	67,04	536,32	
Insumo	1120	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO COORDENADOR GERAL - MAIS DE 20 ANOS EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	0,5000000	528,21	264,10	
Insumo	1164	SIURB-INSUMO	DESENHISTA PROJETISTA (SGSP)	Mão de Obra	H	6,0000000	69,86	419,16	
Insumo	1114	SIURB-INSUMO	PROJETISTA - SEM CURSO SUPERIOR, COM MAIS DE 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	4,0000000	149,11	596,44	
				MO sem LS =>	3.948,87	LS =>	0,22	MO com LS =>	3.948,87
				Valor do BDI =>	947,78			Valor com BDI =>	4.896,87
1.8.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU-04	COMPOSIÇÃO	PLANILHA DE QUANTIDADE DE SERVIÇO - TERMINAL DE ÔNIBUS	URBA - URBANIZAÇÃO	M²	1,0000000	3,10	3,10	
Composição Auxiliar	03-019-000	SIURB INFRA	PLANILHA DE QUANTIDADE DE SERVIÇOS DE VIAS DO PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO	Infraestrutura	M/VIA	0,9400000	3,30	3,10	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	2,89
				Valor do BDI =>	0,74			Valor com BDI =>	3,84

1.9.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU-05	COMPOSIÇÃO	ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DESCRITIVO PARA TERMINAIS DE ÔNIBUS	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	un	1,0000000	6.754,71	6.754,71	
Composição Auxiliar	03-025-000	SIURB INFRA	COORDENADOR GERAL	Infraestrutura	H	4,1000000	528,21	2.165,66	
Composição Auxiliar	90769	SINAPI	ARQUITETO DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	21,9000000	145,72	3.191,26	
Composição Auxiliar	90770	SINAPI	ARQUITETO DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	9,0000000	155,31	1.397,79	
				MO sem LS =>	6.754,71	LS =>	0,00	MO com LS =>	6.754,71
				Valor do BDI =>	1.621,13		Valor com BDI =>		8.375,84
1.10.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU-06	COMPOSIÇÃO	ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E MATRIZ DE RISCO PARA TERMINAIS DE ÔNIBUS	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	un	1,0000000	14.925,06	14.925,06	
Composição Auxiliar	03-025-000	SIURB INFRA	COORDENADOR GERAL	Infraestrutura	H	8,4000000	528,21	4.436,96	
Composição Auxiliar	90769	SINAPI	ARQUITETO DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	40,0000000	145,72	5.828,80	
Composição Auxiliar	90770	SINAPI	ARQUITETO DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	30,0000000	155,31	4.659,30	
				MO sem LS =>	14.925,06	LS =>	0,00	MO com LS =>	14.925,06
				Valor do BDI =>	3.582,01		Valor com BDI =>		18.507,07
1.11.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU-07	COMPOSIÇÃO	DIMENSIONAMENTO DE CANTEIRO DE OBRAS E PLANO DE ATAQUE DE OBRAS PARA TERMINAIS DE ÔNIBUS	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	un	1,0000000	6.846,15	6.846,15	
Composição Auxiliar	90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	10,0000000	145,96	1.459,60	
Composição Auxiliar	03-025-000	SIURB INFRA	COORDENADOR GERAL	Infraestrutura	H	5,0000000	528,21	2.641,05	
Composição Auxiliar	90775	SINAPI	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	10,0000000	72,89	728,90	
Composição Auxiliar	90779	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	10,0000000	201,66	2.016,60	
				MO sem LS =>	6.846,15	LS =>	0,00	MO com LS =>	6.846,15
				Valor do BDI =>	1.643,08		Valor com BDI =>		8.489,23
3.4.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	11-008-000	SIURB INFRA	CARRO POPULAR 50% EM OPERAÇÃO	Infraestrutura	H	1,0000000	55,20	55,20	
Insumo	94295	SIURB-INSUMO	CARRO POPULAR 50% EM OPERAÇÃO	Material	H	1,0000000	55,20	55,20	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	13,25		Valor com BDI =>		68,44
3.5.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU-08	COMPOSIÇÃO	ESTUDO, INVENTÁRIO E LEVANTAMENTO DETALHADO DE VIA	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	m	1,0000000	4,66	4,66	
Composição Auxiliar	03-025-000	SIURB INFRA	COORDENADOR GERAL	Infraestrutura	H	0,0010000	528,21	0,52	
Composição Auxiliar	03-024-000	SIURB INFRA	CONSULTOR	Infraestrutura	H	0,0010000	528,21	0,52	
Composição Auxiliar	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0100000	143,60	1,43	
Composição Auxiliar	88255	SINAPI	AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0100000	47,48	0,47	
Composição Auxiliar	100533	SINAPI	TECNICO DE EDIFICACOES COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0100000	72,55	0,72	
Composição Auxiliar	90779	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0050000	201,66	1,00	
				MO sem LS =>	4,66	LS =>	0,00	MO com LS =>	4,66
				Valor do BDI =>	1,12		Valor com BDI =>		5,77
3.6.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU-09	COMPOSIÇÃO	LEVANTAMENTO DEFLECTOMÉTRICO	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	m	1,0000000	10,27	10,27	
Composição Auxiliar	03-024-000	SIURB INFRA	CONSULTOR	Infraestrutura	H	0,0010000	528,21	0,52	
Composição Auxiliar	100533	SINAPI	TECNICO DE EDIFICACOES COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0200000	72,55	1,45	
Composição Auxiliar	03-025-000	SIURB INFRA	COORDENADOR GERAL	Infraestrutura	H	0,0020000	528,21	1,05	
Composição Auxiliar	90779	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0100000	201,66	2,01	

Composição Auxiliar	88255	SINAPI	AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0500000	47,48	2,37	
Composição Auxiliar	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0200000	143,60	2,87	
				MO sem LS =>	10,27	LS =>	0,00	MO com LS =>	10,27
				Valor do BDI =>	2,46		Valor com BDI =>		12,73

3.8.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	03-053-017	SIURB INFRA	PROJETO BÁSICO (PRANCHAA1)	Infraestrutura	UN	1,0000000	7.037,72	7.037,72	
Insumo	1114	SIURB-INSUMO	PROJETISTA - SEM CURSO SUPERIOR, COM MAIS DE 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	5,0000000	149,11	745,55	
Insumo	1158	SIURB-INSUMO	DESENHISTA CADISTA (SGSP)	Mão de Obra	H	10,0000000	67,04	670,40	
Insumo	1124	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO SÊNIOR - MAIS DE 15 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	7,0000000	316,28	2.213,96	
Insumo	1164	SIURB-INSUMO	DESENHISTA PROJETISTA (SGSP)	Mão de Obra	H	7,0000000	69,86	489,02	
Insumo	1128	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JÚNIOR - ATÉ 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	8,0000000	135,46	1.083,68	
Insumo	1120	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO COORDENADOR GERAL - MAIS DE 20 ANOS EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	0,7000000	528,21	369,74	
Insumo	1125	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO PLENO - DE 5 A 15 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	7,0000000	190,43	1.333,01	
Insumo	1110	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO CONSULTOR - 20 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	0,2500000	528,21	132,05	
				MO sem LS =>	7.037,41	LS =>	0,31	MO com LS =>	7.037,41
				Valor do BDI =>	1.689,05		Valor com BDI =>		8.726,77

3.9.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	03-053-018	SIURB INFRA	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1)	Infraestrutura	UN	1,0000000	5.881,57	5.881,57	
Insumo	1158	SIURB-INSUMO	DESENHISTA CADISTA (SGSP)	Mão de Obra	H	9,4000000	67,04	630,17	
Insumo	1124	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO SÊNIOR - MAIS DE 15 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	6,0000000	316,28	1.897,68	
Insumo	1110	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO CONSULTOR - 20 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	0,2000000	528,21	105,64	
Insumo	1128	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JÚNIOR - ATÉ 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	7,0000000	135,46	948,22	
Insumo	1114	SIURB-INSUMO	PROJETISTA - SEM CURSO SUPERIOR, COM MAIS DE 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	4,0000000	149,11	596,44	
Insumo	1164	SIURB-INSUMO	DESENHISTA PROJETISTA (SGSP)	Mão de Obra	H	5,0000000	69,86	349,30	
Insumo	1120	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO COORDENADOR GERAL - MAIS DE 20 ANOS EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	0,4000000	528,21	211,28	
Insumo	1125	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO PLENO - DE 5 A 15 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	6,0000000	190,43	1.142,58	
				MO sem LS =>	5.881,31	LS =>	0,25	MO com LS =>	5.881,32
				Valor do BDI =>	1.411,58		Valor com BDI =>		7.293,14

3.10.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU-10	COMPOSIÇÃO	PLANILHA DE QUANTIDADE DE SERVIÇOS DE VIAS DO PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO	Infraestrutura	M/VIA	1,0000000	3,38	3,38	
Insumo	1136	SIURB-INSUMO	TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL NÍVEL SUPERIOR, COM 5 À 10 ANOS DE EXPERIÊNCIA	Mão de Obra	H	0,0050000	96,55	0,48	
Insumo	1115	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO COORDENADOR SETORIAL - 20 ANOS EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	0,0025000	528,21	1,32	
Insumo	1124	SIURB-INSUMO	ENGENHEIRO/ ARQUITETO SÊNIOR - MAIS DE 15 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	Mão de Obra	H	0,0050000	316,28	1,58	
				MO sem LS =>	3,38	LS =>	0,00	MO com LS =>	3,38
				Valor do BDI =>	0,81		Valor com BDI =>		4,18

3.11.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU-11	COMPOSIÇÃO	Elaboração de Memorial Descritivo para CORREDOR DE ÔNIBUS	URBA - URBANIZAÇÃO	un	1,0000000	18.433,03	18.433,03	
Composição Auxiliar	90769	SINAPI	ARQUITETO DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	61,0000000	145,72	8.888,92	
Composição Auxiliar	03-025-000	SIURB INFRA	COORDENADOR GERAL	Infraestrutura	H	12,0000000	528,21	6.338,52	
Composição Auxiliar	90770	SINAPI	ARQUITETO DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	20,6400000	155,31	3.205,59	
				MO sem LS =>	18.433,03	LS =>	0,00	MO com LS =>	18.433,03
				Valor do BDI =>	4.423,93		Valor com BDI =>		22.856,96

3.12.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU-12	COMPOSIÇÃO	Elaboração de Especificações Técnicas, Matriz de Risco e Composições de Preço para CORREDOR DE ÔNIBUS	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	un	1,0000000	32.808,47	32.808,47
Composição Auxiliar	90769	SINAPI	ARQUITETO DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	97,1200000	145,72	14.152,32

Composição Auxiliar	90770	SINAPI	ARQUITETO DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	79,3100000	155,31	12.317,63	
Composição Auxiliar	03-025-000	SIURB INFRA	COORDENADOR GERAL	Infraestrutura	H	12,00000000	528,21	6.338,52	
				MO sem LS =>	32.808,47	LS =>	0,00	MO com LS =>	32.808,47
				Valor do BDI =>	7.874,03		Valor com BDI =>		40.682,49

3.13.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU-13	COMPOSIÇÃO	Dimensionamento de Canteiro de obras e elaboração de Plano de Ataque para CORREDOR DE ÔNIBUS	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	un	1,00000000	14.464,19	14.464,19	
Composição Auxiliar	90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	40,00000000	145,96	5.838,40	
Composição Auxiliar	90775	SINAPI	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	41,00000000	72,89	2.988,49	
Composição Auxiliar	90779	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	7,00000000	201,66	1.411,62	
Composição Auxiliar	03-025-000	SIURB INFRA	COORDENADOR GERAL	Infraestrutura	H	8,00000000	528,21	4.225,68	
				MO sem LS =>	14.464,19	LS =>	0,00	MO com LS =>	14.464,19
				Valor do BDI =>	3.471,41		Valor com BDI =>		17.935,59



Documento assinado eletronicamente por **Joao Marcos de Araujo, Secretário Municipal**, em 22/04/2026, às 09:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **José Guilherme Rubio Caseiro, Diretor (a) de Departamento**, em 22/04/2026, às 09:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4432717** e o código CRC **53DB508F**.

PROCESSO: 1124.2026/0002206-0

DOC: 4432717 | VER: 2

SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA
Rua Dora, 18 - Bairro Vila Barros
CEP 07192-100 • Guarulhos/SP



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO IV A - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS VIÁRIOS

PLANILHAS DE CÁLCULO

Guarulhos, 13 de abril de 2026.

CRONOGRAMA GERAL														
Produto	VALOR (R\$) c/ BDI	Duração (dias)	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
PRODUTO I – Relatório do Plano Geral de Trabalho (PGT)	41.929,74	10	41.929,74											
			0,3											
			100%											
PRODUTO II – Contagens Volumétricas de Tráfego	185.523,47	30		185.523,47										
				1										
				100%										
PRODUTO III – Relatório de Estudo de Tráfego e Estudo de Impacto de Vizinhança	85.099,74	20			85.099,74									
					0,6									
					100%									
PRODUTO IV – Levantamento Topográfico Cadastral	336.800,10	30	168.400,05	168.400,05										
			0,5	0,5										
			50%	50%										
PRODUTO V – Inventários detalhados do estado da superfície ou Levantamento Visual Detalhado (LVD)	82.511,00	20			82.511,00									
					0,6									
PRODUTO VI – Levantamento Deflectométrico	182.039,00	25			182.039,00									
					0,8									
PRODUTO VII – Estudos Geológicos-Geotécnicos	659.804,43	35			477.283,07	182.521,36								
					1	0,16								
					72%									
PRODUTO VIII – Projetos Básicos	4.605.677,05	210		408.092,48	625.160,38	491.617,33	533.137,98	856.671,38	1.166.357,10	524.640,43				
				1	1	1	1	1	1	1				
				9%	14%	11%	12%	19%	25%	11%				
PROJETOS TERMINAIS	2.074.913,75			255.374,00	472.441,90	360.715,78	271.334,88	245.797,48	293.680,10	175.569,63				
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ARQUITETURA	510.748,00	60		255.374,00	255.374,00									
				1	1									
				50%	50%									
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ESTRUTURA E FUNDAÇÕES	434.135,80	60			217.067,90	217.067,90								
					1	1								
					50%	50%								
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE ILUMINAÇÃO	287.295,75	60				143.647,88	143.647,88							
						1	1							
						50%	50%							
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS	255.374,00	60					127.687,00	127.687,00						
							1	1						
							50%	50%						
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE DRENAGEM SUPERFICIAL E PAVIMENTAÇÃO	236.220,95	60						118.110,48	118.110,48					
								1	1					
								50%	50%					
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL	191.530,50	60							95.765,25	95.765,25				
									1	1				
									50%	50%				

PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ACESSIBILIDADE E CIRCULAÇÃO	159.608,75	60							79.804,38	79.804,38				
									1	1				
									50%	50%				
PROJETOS CORREDOR	2.530.763,30				152.718,48	152.718,48	130.901,55	261.803,10	610.873,90	872.677,00	349.070,80			
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO GEOMÉTRICO	305.436,95	60			152.718,48	152.718,48								
					1	1								
					50%	50%								
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE DRENAGEM	261.803,10	60					130.901,55	130.901,55						
							1	1						
							50%	50%						
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	261.803,10	60						130.901,55	130.901,55					
								1	1					
								50%	50%					
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE SINALIZAÇÃO E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA	261.803,10	30							261.803,10					
									1					
									100%					
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE DESVIO DE TRÁFEGO	218.169,25	30							218.169,25					
									1					
									100%					
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ARQUITETURA DAS PARADAS	305.436,95	30							305.436,95					
									1					
									100%					
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE URBANISMO	218.169,25	30							218.169,25					
									1					
									100%					
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE PAISAGISMO	174.535,40	30							174.535,40					
									1					
									100%					
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE VALA TÉCNICA	174.535,40	30							174.535,40					
									1					
									100%					
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DAS PARADAS	174.535,40	30							174.535,40					
									1					
									100%					
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1) - PROJETO DE INTERFERÊNCIAS E PROJETO DE REMANEJAMENTO	174.535,40	30							174.535,40					
									1					
									100%					
PRODUTO IX – Projetos Executivos	1.590.119,82	150							182.850,15	438.631,70	417.378,26	356.428,21	194.831,50	
									1	1	1	1	1	
									11%	28%	26%	22%	12%	
PROJETOS TERMINAIS	714.943,02	-							73.453,05	146.906,10	235.049,76	210.565,41	48.968,70	
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ARQUITETURA	146.906,10	60							73.453,05	73.453,05				
									1	1				
									50%	50%				
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ESTRUTURA E FUNDAÇÕES	146.906,10	60							73.453,05	73.453,05				
									1	1				
									50%	50%				
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE ILUMINAÇÃO	97.937,40	60									48.968,70	48.968,70		
											1	1		
											50%	50%		
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS	171.390,45	60									85.695,23	85.695,22		
											1	1		
											50%	50%		
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE DRENAGEM SUPERFICIAL E PAVIMENTAÇÃO	53.865,57	60									26.932,78	26.932,79		
											1	1		
											50%	50%		
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL	48.968,70	60									24.484,35	24.484,35		
											1	1		
											50%	50%		

PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ACESSIBILIDADE E CIRCULAÇÃO	48.968,70	60										24.484,35	24.484,35	
												1	1	
												50%	50%	
PROJETOS CORREDOR	875.176,80	-							109.397,10	291.725,60	182.328,50	145.862,80	145.862,80	
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO GEOMÉTRICO	109.397,10	30							109.397,10					
									1					
									100%					
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE DRENAGEM	72.931,40	30							72.931,40					
									1					
									100%					
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	72.931,40	30							72.931,40					
									1					
									100%					
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE SINALIZAÇÃO E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA	72.931,40	30							72.931,40					
									1					
									100%					
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE DESVIO DE TRÁFEGO	72.931,40	30							72.931,40					
									1					
									100%					
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ARQUITETURA DAS PARADAS	109.397,10	30								109.397,10				
										1				
										100%				
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE URBANISMO	72.931,40	30								72.931,40				
										1				
										100%				
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE PAISAGISMO	72.931,40	30								72.931,40				
										1				
										100%				
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE VALA TÉCNICA	72.931,40	30								72.931,40				
										1				
										100%				
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DAS PARADAS	72.931,40	30										72.931,40		
												1		
												100%		
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1) - PROJETO DE INTERFERÊNCIAS E PROJETO DE REMANEJAMENTO	72.931,40	30										72.931,40		
												1		
												100%		
PRODUTO X – Planilhas de Quantidades, Memórias de Cálculo e Composições de Preço	108.229,51	30										54.114,75	54.114,76	
												0,5	0,5	
												50%	50%	
PRODUTO XI – Memoriais Descritivos	39.608,61	30										19.804,31	19.804,30	
												0,5	0,5	
												50%	50%	
PRODUTO XII – Especificações Técnicas e Matriz de Risco	77.696,64	30										77.696,64		
												1		
												100%		
PRODUTO XIII – Dimensionamento do Canteiro de Obras e Plano de Ataque de Obras	34.914,03	30										34.914,03		
												1		
												100%		
TOTAL R\$	8.029.953,14	-	210.329,79	762.016,00	1.452.093,19	674.138,69	533.137,98	856.671,38	1.349.207,25	963.272,13	417.378,26	356.428,21	268.750,56	186.529,73
Total %	1,00	-	2,62%	9,49%	18,08%	8,40%	6,64%	10,67%	16,80%	12,00%	5,20%	4,44%	3,35%	2,32%



Documento assinado eletronicamente por José Guilherme Rubio Caseiro, Diretor (a) de Departamento, em 13/04/2026, às 10:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por Joao Marcos de Araujo, Secretário Municipal, em 13/04/2026, às 11:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4374219** e o código CRC **1B3F38DE**.

PROCESSO: 1124.2026/0002206-0

DOC: 4374219 | VER: 2

SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA
Rua Dora, 18 - Bairro Vila Barros
CEP 07192-100 • Guarulhos/SP



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO IV B - BDI



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS VIÁRIOS

PLANILHAS DE CÁLCULO

Guarulhos, 13 de abril de 2026.

PROCESSO SEI: 1124.2026/0002206-0

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA A REQUALIFICAÇÃO DO

LOCAL: CORREDOR PIMENTAS E OS TERMINAIS URBANOS DO JARDIM SANTA HELENA E DO BONSUCESSO

BAIRRO: GUARULHOS

COMPOSIÇÃO DE BDI - SEM DESONERAÇÃO

SIGLA	ITENS	PORCENTAGEM
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,80%
G	GARANTIAS + SEGURO	0,60%
R	RISCO	0,94%
L	LUCRO	6,45%
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	1,02%
I	TRIBUTOS	8,65%

BDI TOTAL:

24,00%

Obs. 1: Fórmula de cálculo do BDI de acordo com o Acórdão 2.622/2013 do Tribunal de Contas da União (TCU).

Obs. 2: Tributos compostos por PIS (0,65%), Cofins (3,00%) e ISS da Prefeitura Municipal de Guarulhos (5,00%), em conformidade com a Lei n.º 8.045, de 15 de setembro de 2022.

José Guilherme Rubio Caseiro
Engenheiro



Documento assinado eletronicamente por **José Guilherme Rubio Caseiro**, Diretor (a) de Departamento, em 13/04/2026, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4383106** e o código CRC **31B0A35C**.

PROCESSO: 1124.2026/0002206-0

DOC: 4383106 | VER: 2

SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA
Rua Dora, 18 - Bairro Vila Barros
CEP 07192-100 - Guarulhos/SP



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO IV C - ACORDÃO 2622/2013-TCU

ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário

1. Processo n. TC 036.076/2011-2.
2. Grupo I; Classe de Assunto: VII – Administrativo.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do estudo desenvolvido por grupo de trabalho constituído por membros de várias unidades técnicas especializadas deste Tribunal, com coordenação da Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif, em atendimento ao Acórdão n. 2.369/2011 – Plenário, com o objetivo de definir faixas aceitáveis para valores de taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) específicas para cada tipo de obra pública e para aquisição de materiais e equipamentos relevantes, bem como efetuar o exame detalhado da adequabilidade dos percentuais para as referidas taxas adotados em dois julgados desta Corte de Contas (Acórdãos ns.325/2007 e 2.369/2011), ambos do Plenário, com utilização de critérios contábeis e estatísticos e controle da representatividade das amostras selecionadas.

9.1. determinar às unidades técnicas deste Tribunal que, nas análises do orçamento de obras públicas, utilizem os parâmetros para taxas de BDI a seguir especificados, em substituição aos referenciais contidos nos Acórdãos ns. 325/2007 e 2.369/2011:

VALORES DO BDI POR TIPO DE OBRA			
TIPOS DE OBRA	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	20,34%	22,12%	25,00%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	19,60%	20,97%	24,23%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	20,76%	24,18%	26,44%
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	24,00%	25,84%	27,86%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	22,80%	27,48%	30,95%
BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
	11,10%	14,02%	16,80%

9.2. orientar as unidades técnicas deste Tribunal que:

9.2.1. nas análises do orçamento de obras públicas, quando a taxa de BDI estiver fora dos patamares estipulados no subitem 9.1 deste Acórdão, procedam ao exame pormenorizado dos itens que compõem essa taxa, utilizando como diretriz para esse exame os seguintes percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos, levando-se sempre em consideração as peculiaridades de cada caso concreto:

TIPOS DE OBRA	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			SEGURO + GARANTIA			RISCO		
	1ºQuartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,00%	4,00%	5,50%	0,80%	0,80%	1,00%	0,97%	1,27%	1,27%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	3,80%	4,01%	4,67%	0,32%	0,40%	0,74%	0,50%	0,56%	0,97%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	3,43%	4,93%	6,71%	0,28%	0,49%	0,75%	1,00%	1,39%	1,74%
CONSTRUÇÃO DE MANUNTEÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	5,29%	5,92%	7,93%	0,25%	0,51%	0,56%	1,00%	1,48%	1,97%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	4,00%	5,52%	7,85%	0,81%	1,22%	1,99%	1,46%	2,32%	3,16%
TIPOS DE OBRA	DESPESA FINANCEIRA					LUCRO			
	1ºQuartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil			
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	0,59%	1,23%	1,39%	6,16%	7,40%	8,96%			
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1,02%	1,11%	1,21%	6,64%	7,30%	8,69%			
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	0,94%	0,99%	1,17%	6,74%	8,04%	9,40%			
CONSTRUÇÃO DE MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,01%	1,07%	1,11%	8,00%	8,31%	9,51%			
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	0,94%	1,02%	1,33%	7,14%	8,40%	10,43%			
BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS									
PARCELA DO BDI		1ºQuartil		Médio	3º Quartil				
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1,50%		3,45%	4,49%				
SEGURO + GARANTIA		0,30%		0,48%	0,82%				
RISCO		0,56%		0,85%	0,89%				
DESPESA FINACEIRA		0,85%		0,85%	1,11%				
LUCRO		3,50%		5,11%	6,22%				

9.2.2. na verificação da adequabilidade das planilhas orçamentárias das obras públicas, utilizar como referência do impacto esperado para os itens associados à administração local no valor total do

orçamento, os seguintes valores percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos :

Percentual de Administração Local inserido no Custo Direto	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,49%	6,23%	8,87%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1,98%	6,99%	10,68%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	4,13%	7,64%	10,89%
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,85%	5,05%	7,45%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	6,23%	7,48%	9,09%

9.3. determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:

9.3.1. constitua grupo de trabalho, sob sua coordenação, para elaboração de estudos técnicos para a construção de composições referenciais para itens orçamentários associados à administração local, com vistas a estabelecer parâmetros de mercado para subsidiar a elaboração e a análise dos orçamentos de obras públicas, em consonância com os dispositivos legais previstos no Decreto n. 7.983/2013, em especial no art. 17, contando com a participação dos órgãos e entidades responsáveis pela manutenção de sistemas de referência de preços de obras públicas da Administração Pública Federal, a exemplo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, da Caixa Econômica Federal, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP/PR, da Eletrobras, dentre outros, e encaminhe a este Tribunal, no prazo de cento e vinte dias, os resultados dos aludidos estudos;

9.3.2. oriente os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a:

9.3.2.1. discriminar os custos de administração local, canteiro de obras e mobilização e desmobilização na planilha orçamentária de custos diretos, por serem passíveis de identificação, mensuração e discriminação, bem como sujeitos a controle, medição e pagamento individualizado por parte da Administração Pública, em atendimento ao princípio constitucional da transparência dos gastos públicos, à jurisprudência do TCU e com fundamento no art. 30, § 6º, e no art. 40, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993 e no art. 17 do Decreto n. 7.983/2013;

9.3.2.2. estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no arts. 55, inciso III, e 92, da Lei n. 8.666/1993;

9.3.2.3. adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do(s) município(s) onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual proporcional entre o limite máximo de 5% estabelecido no art. 8º, inciso II, da LC n. 116/2003 e o limite mínimo de 2% fixado pelo art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

9.3.2.4. estabelecer, nos editais de licitação, que as empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS apresentem demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;

9.3.2.5. prever, nos editais de licitação, a exigência para que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

9.3.2.6. exigir, nos editais de licitação, a incidência da taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação para os serviços novos incluídos por meio de aditivos contratuais, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto n. 7.983/2013;

9.4. encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; ao Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada – Sinicon e à Fundação Getúlio Vargas – FGV, bem como ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit e à Caixa Econômica Federal que são os responsáveis pelos principais sistemas de referência de preços utilizados nas auditorias de obras públicas, respectivamente, o Sicro e o Sinapi;

9.5 determinar à Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif que constitua processo apartado para acompanhamento do cumprimento das determinações contidas no subitem 9.3 destes autos;

9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 37/2013 – Plenário.

11. Data da Sessão: 25/9/2013 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2622-37/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
VALMIR CAMPELO

na Presidência

(Assinado Eletronicamente)
MARCOS BEMQUERER COSTA

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral, em exercício



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Divisão Técnica de Contratações
Seção Técnica de Gestão Administrativa de Contratos

Contrato de Prestação de Serviços

* MINUTA DE DOCUMENTO

Nº.

/2026

CONTRATADA:

CÓDIGO:

PROCESSO: 1124.2026/0002206-0

OBJETO: Elaboração de estudos técnicos, levantamentos de campo, sondagens, projetos básicos, projetos executivos e documentos técnicos correlatos destinados à requalificação do Corredor de Ônibus Pimentas e à implantação dos Terminais Urbanos Santa Helena Bonsucesso no Município de Guarulhos/SP.

1. PREÂMBULO

1.1 PARTES: MUNICÍPIO DE GUARULHOS, com sede à Av. Bom Clima, 91 - Jd. Bom Clima – Guarulhos/SP, inscrito no CNPJ sob nº. 46.319.000/0001-50, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado pelo **Secretário de Mobilidade Urbana, Sr. _____**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida à _____ - CEP _____, **Fone:** (____) _____, **e-mail:** _____, neste ato representada pelo signatário ao final identificado, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, ficando as partes subordinadas às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e alterações, e condições constantes deste contrato.

1.2 FUNDAMENTO: Este contrato decorre de homologação, pela autoridade competente, de licitação na modalidade **Concorrência nº _____-SFIL**, que se acha juntada ao processo supracitado.

2. DESCRIÇÃO E CONDIÇÕES

2.1 NATUREZA DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a elaboração de estudos técnicos, levantamentos de campo, sondagens, projetos básicos, projetos executivos e documentos técnicos correlatos destinados à requalificação do Corredor de Ônibus Pimentas e à implantação dos Terminais Urbanos Santa Helena Bonsucesso no Município de Guarulhos/SP, conforme indicado no Termo de Referência.

2.2 REGIME DE EXECUÇÃO: Os serviços serão realizados sob o regime de execução indireta de **empreitada por preço global**, na forma do artigo 46, inciso II, da Lei nº. 14.133/21.

2.3 CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: Os serviços deverão ser prestados na forma definida no ato convocatório, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas diretas, indiretas, bem como todos os impostos e tributos que houver.

2.4 É parte integrante dos serviços:

- a) O fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas, necessários aos serviços descritos na Planilha de Quantitativos e Preços e demais anexos;
- b) O transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra até o local dos serviços, conforme o caso;
- c) Na entrega final dos produtos – relatórios, projetos e levantamentos – deverão ser entregues conforme descrito no Termo de Referência;
- d) A CONTRATADA deverá disponibilizar equipes e equipamentos necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido.
- e) A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, às normas técnicas da ABNT, às disposições constantes das especificações do Termo de Referência, além das diretrizes da fiscalização e todas as demais condições e anexos deste Contrato e do edital do qual decorre o presente.

2.5 MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: os modelos de gestão e de execução são aqueles consignados no Termo de Referência, de responsabilidade da Unidade Requisitante.

2.6 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO: Nos termos do Artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, e em observância ao regulamentado pelo Decreto Municipal nº 33912, de 16 de janeiro de 2017, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, e com o fim de dar cumprimento ao quanto disposto no art. 6º, o Titular do Órgão demandante (Ordenador da Despesa) designou como Gestor e Fiscal deste contrato os servidores da **Secretaria de Mobilidade Urbana**. A nomeação se deu por meio de despacho exarado nos autos do Processo Administrativo em referência.

3. PRAZOS

3.1 PRAZO DE VIGÊNCIA: iniciar-se-á na data da assinatura do Contrato encerrando-se com o recebimento definitivo do objeto.

3.2 PRAZO DE EXECUÇÃO: o prazo total será de **12 (doze) meses**, contados da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços, emitida pela Secretaria de Mobilidade Urbana, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e autorizado expressamente e atendidos os requisitos previstos nos termos da Lei Federal 14.133/21.

3.2.1 Na prorrogação de execução, a unidade requisitante deverá encaminhar o processo ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, no prazo de **até 30 (trinta) dias da ocorrência**, para apostilar o ato.

3.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, onde a unidade requisitante deverá encaminhar o processo ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, com as devidas justificativas, para a formalização do ato, no prazo de **até 30 (trinta) dias da ordem de reinício**.

4. VALOR, RECURSOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES

4.1 VALOR: O valor estimado deste Contrato é de R\$ ____ (____).

4.2 RECURSOS: A despesa onerará, inicialmente, a(s) seguinte(s) dotação(ões):

1091.2645100221.021.05.1000380.449051.0985

4.3 FORMA DE PAGAMENTO: deverão ser observadas as seguintes condições:

a) Os serviços serão medidos considerando o cumprimento das etapas definidas no cronograma físico-financeiro. As medições deverão ser obrigatoriamente acompanhadas dos relatórios previstos para os respectivos períodos de execução dos serviços.

b) A não apresentação do relatório resultará no impedimento da aferição e liberação para o pagamento;

c) Aferida e aprovada a medição, nos termos da cláusula 5.2, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal, com prazo de pagamento de **até 30 (trinta) dias**, a qual deverá ser devidamente atestada pelo fiscal e/ou gestor do contrato, se cumpridas todas as exigências contratuais, acompanhado das provas de regularidades de habilitação e comprovação de pagamento dos encargos previdenciários e trabalhista dos funcionários vinculados à execução do Contrato.

d) A Nota Fiscal deverá ser compatível com o contrato social sob pena de não efetuar o pagamento.

e) Para fins de liquidação e pagamento de despesas deverão ser atendidas as exigências constantes na Portaria 03/2017-SF publicada no Diário Oficial do Município de Guarulhos em 20/01/2017 páginas 22 e 23, que poderá ser consultada em www.guarulhos.sp.gov.br

f) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

- g)** Quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a CONTRATANTE poderá comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/21;
- h)** Concluídos tais procedimentos, o processo será encaminhado à Secretaria de Finanças da CONTRATANTE, que processará o pagamento.
- i)** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, a ser indicada pela CONTRATADA;
- j)** O último pagamento somente será liberado para a liquidação quando da constatação pela fiscalização, da ligação definitiva de água, esgoto e energia, a ser aprovado pela concessionária local, se aplicável.
- k)** Quaisquer pagamentos não isentarão das responsabilidades contratuais a CONTRATADA, nem implicarão a aceitação/recebimento dos serviços.
- l)** Quando do pagamento, se aplicável, será efetuada a retenção tributária referente ao Imposto de Renda previsto na legislação aplicável, em especial a Instrução Normativa RFB nº 1234/12, e alteração posterior através da Instrução Normativa RFB nº 2145/23, devidamente regulamentada através do Decreto Municipal 40432/23 e demais regulamentações sobre a matéria, exceto aos optantes do Simples Nacional, na forma da Instrução Normativa RFB nº 765, de 02 de agosto de 2007.
- m)** No caso de atraso, não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, os valores devidos pela CONTRATANTE serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária, de acordo com a meta de inflação fixada pela Resolução do Banco Central do Brasil vigente no ano de assinatura deste contrato, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira:

$I = (\text{meta da inflação}/100)/365$

4.4 REAJUSTAMENTO: O contrato poderá ser reajustado pelo índice divulgado **IPCA-IBGE**, nos termos do Decreto Municipal nº 23.124/05.

4.4.1 O reajuste somente poderá ser concedido pela fiscalização a partir de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, adotando-se como data base a data da apresentação das propostas, nos termos do art. 25º, § 8º da Lei Federal 14.133/21.

4.4.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou por qualquer motivo não puder mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4.4 O reajuste será realizado por apostilamento.

4.5 Demais condições para aferição/medição dos serviços são aquelas constantes no Termo de Referência.

5. DA ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS e RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 PARA RECEBIMENTO DA ORDEM DE INÍCIO, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar à Administração, antes do início dos serviços e, no prazo de **até 10 (dez) dias após a assinatura deste Contrato**, os seguintes documentos:

- a)** Comprovação de vínculo profissional dos responsáveis técnicos indicados na cláusula 7 do edital, que pode se dar nos termos da Súmula nº 25 do TCE/SP.
- b)** Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, e/ou do Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, com base no valor total do contrato e ARTs e/ou RRTs dos corresponsáveis pelas áreas de

atuação, quitada(s) nos termos da Resolução nº 1.025/09 – CONFEA e da Resolução Normativa CFA nº 337/2006 devidamente recolhida, para figurar no processo licitatório e ordem de início dos serviços.

5.1.1 A fiscalização terá **até 03 (três) dias** para analisar os documentos entregues e emitir a competente ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS.

5.1.2 A ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO deverá ser retirada pela CONTRATADA em **até 03 (três) dias úteis**, contados a partir da convocação pela Administração que poderá ser feita por ofício e/ou e-mail.

5.1.3 O prazo para início da execução será de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Início dos Serviços.

5.2 DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.2.1 Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas no Art. 140 da Lei Federal 14.133/21:

a) provisoriamente, em **até 10 (dez) dias**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, **referente à parcela medida**;

b) em **até 10 (dez) dias do recebimento provisório da parcela**, a fiscalização deverá comunicar a CONTRATADA para emitir a competente nota fiscal, que será atestada por servidor ou comissão designada pela autoridade competente;

c) cumpridas todas as etapas do cronograma, no prazo de **até 10 (dez) dias do aceite da última medição**, deverá ser emitido o **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO** do objeto, pela Secretaria de Mobilidade Urbana, para início do prazo de observação, de **até 90 (noventa) dias**.

d) a totalidade dos serviços objeto será recebida **definitivamente**, mediante emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação supra.

e) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.2.2 Constatadas irregularidades no objeto, a Fiscalização, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Memorial Descritivo/Termo de Referência, determinando sua substituição ou correção, ou ainda, sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

5.2.3 As irregularidades deverão ser sanadas pela CONTRATADA, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

5.2.4 O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO será lavrado desde que o agente recebedor tenha aprovado a completa adequação do objeto aos termos contratuais e não haja quaisquer pendências de ajustes contratuais.

5.2.5 Com a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dar-se-á por extinto o presente contrato.

6. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

6.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Memorial Descritivo;

c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

- e)** Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, de acordo com a respectiva medição;
- f)** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e/ou de repactuação de preços, feitos pela CONTRATADA, no prazo máximo de **1 (um) mês**, contado da data do protocolo devidamente instruído.
- g)** Cientificar o Órgão Competente pelas Licitações e Contratos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA, para aplicação de sanções motivadas pela inexecução parcial ou total do Contrato, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, se o caso;
- h)** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i)** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- j)** Não praticar atos de ingerência na administração do contrato, tais como:
 - a)** indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - b)** fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;
 - c)** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;
 - d)** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - e)** demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - f)** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.

6.2 São obrigações da CONTRATADA, de acordo com a aplicabilidade ao objeto:

- a)** A assunção integral de responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e outros que decorram dos compromissos assumidos neste contrato, não se obrigando a CONTRATANTE a fazer-lhe restituições ou reembolso de qualquer valor despendido com estes pagamentos.
- b)** O cumprimento de todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- c)** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
 - a)** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- d)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e)** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- f)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo estipulado na cláusula 5.2.3, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- g)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, devidamente comprovados, não reduzindo essa

responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos, garantido o contraditório e ampla defesa;

h) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, § único, da Lei Federal 14.133/21;

i) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

j) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

k) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, respeitadas as vedações existentes por força de lei ou regulamentações, de acordo com o objeto deste contrato, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

l) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

m) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

n) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

o) Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Memorial Descritivo ou instrumento congênere.

p) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

q) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

r) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal 14.133/21);

s) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, sendo este, no mínimo, de **10 (dez) dias úteis**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, § único, da Lei Federal 14.133/21);

t) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

u) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal 14.133/21.

v) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

w) Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

x) Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

y) Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

z) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

aa) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

6.3 O responsável técnico pelos serviços, poderá, sem prejuízo de suas responsabilidades pessoais, fazer-se representar junto à Fiscalização por técnico habilitado junto ao CREA ou órgão de classe competente, desde que aprovado pela Administração, o qual permanecerá no local dos serviços para dar execução à CONTRATADA, nas condições por esta fixada.

6.4 A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto na Lei Municipal nº. 6.126/06 e Decreto Municipal nº. 25.754/08 que trata do plano integrado de gerenciamento de resíduos da construção civil.

6.5 Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações constantes neste contrato, no ato convocatório e na forma prevista na proposta, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de incorrer a CONTRATADA, nas sanções previstas.

6.6 As responsabilidades das partes na execução deste Contrato são as comuns nele implícitas ou expressas, com base na Lei de Licitações, e aos demais instrumentos legais que regem o assunto.

6.7 Se necessário, obrigar-se-á a CONTRATADA as suas expensas, promover a sinalização viária necessária, visando a proteção dos funcionários e evitar acidentes a terceiros.

6.8 Obrigar-se-á a CONTRATADA a afastar ou substituir, dentro de **24 (vinte e quatro) horas**, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer funcionário seu que, por solicitação justificada da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

6.9 Caso a contratada deixe de honrar as obrigações trabalhistas com seus empregados incorrerá em falta grave, estando sujeita, além das penalidades acima previstas, à extinção contratual, sem prejuízo de ação regressiva por parte da Administração em caso de condenação à responsabilidade subsidiária imposta pela Justiça do Trabalho, a teor do Enunciado nº. 331 do C. Tribunal Superior do Trabalho.

6.10 Incorrerá na mesma falta se deixar de atender às normas atinentes à segurança e medicina do trabalho, especialmente as relativas ao Programa de Proteção Respiratória (PPR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Serviço Especializado de Engenharia e Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT); bem como não se verificar o fornecimento e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes adequados como forma de impedir riscos à saúde de seus empregados.

6.11 Para verificação da regularidade da CONTRATADA junto a seus empregados, poderá a CONTRATANTE exigir a qualquer tempo documentos comprobatórios de tal situação, além da fiscalização regular por parte da Administração.

6.12 Em havendo necessidade de obtenção de licenças junto aos órgãos externos de proteção ambiental, concessionárias de serviço público, agências reguladoras e outros, estas serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, cabendo à Administração apenas fornecer os elementos necessários para a obtenção do documento.

6.13 A realização de ensaios e testes, quando necessários, correrá por conta da CONTRATADA.

6.14 Cumprir as determinações da NR 18, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que forem aplicáveis nesta contratação.

6.15 A CONTRATADA não poderá se prevalecer de qualquer erro, manifestamente involuntário ou de qualquer omissão, eventualmente existente, para eximir-se de suas responsabilidades, estando ainda, obrigada a satisfazer a todos os requisitos constantes dos desenhos e especificações.

6.16 A CONTRATADA deverá, se necessário, manter contato com as repartições públicas competentes para o fim de obter eventuais aprovações necessárias ao cumprimento dos serviços a serem executados, bem como solicitar as ligações diversas e inspeções necessárias.

6.17 As partes responderão por perdas e danos pelo inadimplemento de suas obrigações contratuais, além de outras cominações definidas na legislação em vigor.

6.18 Será efetuada pela CONTRATANTE fiscalização durante a execução dos serviços, por um ou mais engenheiros por ele credenciados, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle, coordenação e fiscalização.

6.19 Deve a CONTRATADA permitir o livre acesso, a qualquer tempo, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento a ser pactuado, bem como aos locais de execução dos serviços, quando em missão de fiscalização ou auditoria, devendo-se inclusive permitir o livre acesso dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle externo e interno a seus documentos e registros contábeis.

6.20 A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

6.21 Somente serão executados os serviços imprevistos que tenham sido prévia e expressamente justificados e aprovados pela CONTRATANTE, e, após o competente TERMO DE ADITAMENTO ao Contrato, observado o disposto nos arts. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21 e alterações, desde que verificada a disponibilidade orçamentária. Salvo os casos em que a interrupção da execução gere prejuízo, devendo o aditamento ser formalizado no prazo de até 1 (um) mês da antecipação de seus efeitos, nos termos do art. 132 da Lei Federal 14.133/21.

6.22 A Garantia do serviço executado pela CONTRATADA, deverá ser estabelecida de acordo com a natureza do objeto contratual e ao Código Civil - Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

6.23 Demais responsabilidades são aquelas constantes no Memorial Descritivo e/ou Termo de Referência.

7. DAS PENALIDADES E EXTINÇÃO CONTRATUAL

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal 14.133/21, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para a execução do contrato;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
- g) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, durante a execução do contrato;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), durante a execução do contrato.

7.2 Por descumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento e pela inexecução parcial ou total do seu objeto, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 ADVERTÊNCIA, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "a", "b" e "c" do item 7.2.4;

7.2.2 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, com o Município de Guarulhos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d" e "e", do item 7.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "a", "b" ou "d" do item 7.2.4;

7.2.3 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR, com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 7.1 acima, bem como nas alíneas "b", "c", "d" e "e" também do item 7.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "d" do item 7.2.4;

7.2.4 MULTA, aplicada da seguinte forma:

- a) Nos casos de atraso na execução do objeto ou na inexecução parcial, que se prolongue até o **10º (décimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,5%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;
- b) Nos casos de atraso na execução do objeto ou inexecução parcial, que se prolongue do **11º (décimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,7%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;
- c) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir/substituir produto ou serviço eventualmente rejeitado pela CONTRATANTE ou pela correção/substituição fora do prazo estipulado, aplicar-se-á multa de **10% a 20%** sobre o valor da parcela inadimplida, a ser definida conforme item 7.8;
- d) Nos casos de **inexecução total da obrigação**, que se configura com a mora na entrega do objeto por prazo **superior a 30 (trinta) dias**, contados do dia imediatamente posterior ao previsto no instrumento contratual ou, ainda, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h”, “i” e “j” do item 7.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” também do item 7.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, incidirá multa de **20% a 30%** sobre o valor do Contrato, a ser definida conforme item 7.8.

7.2.5 Para aplicação das multas elencadas nas alíneas “a” e “b” acima, tão logo constatado o atraso injustificado, o Gestor deste Contrato acionará o Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, para que proceda os trâmites necessários à aplicação da penalidade, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, onde o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa, ou descontado de eventual garantia prestada. Não havendo pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou garantia prestada pela CONTRATADA, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

7.2.6 A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Guarulhos, pelo prazo de até **03 (três) anos**, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, caso venha a descumprir a avença, total ou parcialmente, conforme item 7.2.2 acima e poderá, a critério da Administração, ser aplicada em conformidade com os prazos a seguir:

- a) **06 (seis) a 12 (doze) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e/ou deixar de entregar, em prazo estabelecido, todos os documentos e anexos exigidos, quer por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, conforme a forma estipulada para a apresentação do documento, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial, a ser definido conforme item 7.8;
- b) **13 (treze) a 18 (dezoito) meses** nos casos em que a CONTRATADA, der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, quando ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial que cause grave dano, a ser definido conforme item 7.8;
- c) **19 (dezenove) a 36 (trinta e seis) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução total do contrato ou deixar de recolher aos cofres públicos os valores atinentes a penalidade pecuniária aplicada, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução total, a ser definido conforme item 7.8;

7.2.7 A aplicação da penalidade prevista nos itens 7.2.2 e 7.2.3 implicará o imediato descredenciamento da empresa do cadastro de fornecedores do Município de Guarulhos, pelo prazo em que durar o apenamento.

7.2.8 Para o pagamento das multas elencadas nas alíneas “c” e “d”, do item 7.2.4 acima, bem como as indenizações cabíveis impostas à CONTRATADA, o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE. Caso o valor seja superior aos pagamentos que a mesma tenha a receber da CONTRATANTE, o saldo remanescente será descontado de eventual garantia prestada e, se ainda assim, não forem suficientes, restando saldo, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

7.3 A Contratada somente deixará de sofrer as penalidades descritas no presente instrumento nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação da ocorrência de caso fortuito ou força maior, que tenham tornado impossível o cumprimento da obrigação, e/ou;
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à CONTRATANTE.

7.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

7.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, não se restringindo às cumulações descritas no item 7.2, podendo ser combinadas de forma distinta, de acordo com os critérios elencados no item 7.8.

7.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 166 da Lei Federal 14.133/21, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

7.6.1 Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos por meio eletrônico, **até o último dia útil do prazo**, ou protocolados diretamente na Rua do Rosário, 300 - Macedo - Guarulhos/SP, **das 8h30 às 16h45, respeitado o último dia útil do prazo**.

7.6.2 Não serão conhecidos recursos enviados por meio eletrônico que forem recebidos **após as 23h59 do último dia útil do prazo estipulado**, sendo considerado o horário de recebimento exibido pelo servidor de e-mail ou sistema eletrônico, ou **protocolados fisicamente após o horário determinado do último dia útil do prazo estipulado**, conforme estabelecido no item anterior.

7.6.3 Após o vencimento do prazo recursal, os valores serão cobrados nos moldes do subitem 7.2.8.

7.7 Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/21, deve ser observado o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da mesma lei.

7.8 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.9 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, desde que emitido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

7.10 A extinção contratual poderá ser, ainda, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta, bem como consensualmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) Conforme o motivo, podem-se aplicar também as disposições dos artigos 138 e 139, sem prejuízo das sanções enumeradas no artigo 155 do mesmo diploma legal.

7.11 O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.12 O atraso superior a **20 (vinte) dias úteis** para suplementação ou reposição da garantia contratual autoriza a CONTRATADA a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21.

7.13 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

7.13.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

7.14 A extinção, sempre que possível, será precedida:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 DA GARANTIA CONTRATUAL: A CONTRATADA apresenta neste ato, como condição para assinatura, garantia contratual no valor de R\$ ____ (____), conforme previsto no artigo 96 e seguintes, da Lei Federal 14.133/21, equivalente a 5% do valor total do Contrato, que será levantada após o término e entrega dos serviços, mediante emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, diante da extinção do contrato.

8.1.1 A garantia contratual deverá ter validade igual ao prazo de execução do contrato, acrescidos de **90 (noventa) dias**, sendo que em caso de prorrogação, esse prazo deverá também ser somado à data final do novo período.

8.1.2 A garantia contratual deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato, sendo que em caso de iminente vencimento durante a vigência do contrato, por qualquer motivo, a CONTRATADA deve providenciar sua renovação, sendo que o(s) responsável(is) pela gestão contratual deve(m) acompanhar os prazos contratuais e solicitar a renovação, junto à CONTRATADA.

8.1.3 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

8.1.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período mediante solicitação justificada, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

8.1.5 Na hipótese de suspensão ou paralização do contrato pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia até o reinício da execução, devendo o(s) responsável(is) pela gestão contratual verificar tal condição e solicitar a renovação junto à ordem de reinício.

8.1.6 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação justificada, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada pelo(s) responsável(is) pela gestão contratual.

8.2 CONDIÇÕES INTEGRANTES: São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) O Edital de Licitação, conforme o fundamento acima;
- c) A Proposta da CONTRATADA; e
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

8.3 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.

8.4 ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

8.4.1 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% do valor inicial atualizado do termo de contrato.

8.5 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, devidamente justificado pela unidade requisitante, com anuência da CONTRATADA, submetido à prévia aprovação da Procuradoria do Município, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, devendo esse prazo ser observado pelos responsáveis pela gestão do contrato, respeitados, ainda, os prazos estipulados na Súmula 15 da PGM.

8.6 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21, devendo a unidade requisitante encaminhar ao Órgão responsável pelas Licitações e Contratos as devidas justificativas e solicitação para o apostilamento.

8.7 A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sendo vedada a transferência dos serviços que se prestaram para comprovar a sua Capacidade Técnica Operacional no processo licitatório.

8.7.1 A subcontratação dos serviços deverá ser permitida na forma parcial conforme disposto no art. 122 da Lei Federal 14.133/21, desde que a CONTRATADA mantenha toda a coordenação dos serviços através do seu Responsável Técnico preposto.

8.7.2 A subcontratação só será permitida até o limite financeiro de 20% do valor total do contrato.

8.7.3 Os serviços que podem ser subcontratados são os referentes às atividades acessórias, cujo serviço especializado não caracteriza a essência do objeto do contrato e somente poderão ser efetuados com profissionais ou empresas com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar.

8.8 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

8.8.1 A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

8.9 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.10 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal 14.133/21 e alterações, demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, devendo sua aplicação ser precedida da devida análise jurídica.

8.11 Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

8.12 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.13 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.14 A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de **5 (cinco) dias úteis** sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

8.15 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.16 É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.17 A CONTRATADA deverá exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.18 A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**.

8.19 A CONTRATADA deverá prestar, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.20 A CONTRATADA, ao assinar o presente contrato, DECLARA que está ciente acerca da Política de Segurança da Informação, instituída pelo Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022, e concorda em cumprir todas as diretrizes e responsabilidades estabelecidas, se aplicável, e se compromete a:

- a) Proteger as informações confidenciais da CONTRATANTE e dos cidadãos do Município, acessadas ou gerenciadas no decorrer da prestação dos serviços;
- b) Utilizar os recursos de tecnologia da informação fornecidos pela CONTRATANTE apenas para os fins autorizados e em conformidade com as políticas estabelecidas;
- c) Relatar imediatamente à CONTRATANTE qualquer incidente de segurança da informação ou suspeita de violação das políticas;
- d) Participar de treinamentos e capacitações relacionados à segurança da informação quando solicitado pela CONTRATANTE;
- e) Colaborar com a equipe de segurança da informação do município para implementar e manter as medidas de segurança adequadas;
- f) Dar ciência aos seus colaboradores do fiel cumprimento da PSI.

8.21 No ato de assinatura deste instrumento, a CONTRATADA declara que ofertou sua proposta ciente e em concordância com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Concorrência originária, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

8.22 FORO: As partes elegem, em comum acordo, o Foro desta Comarca de Guarulhos, como seu domicílio legal, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento deste contrato.

Estando as partes concordes com as cláusulas transcritas no presente Contrato, assinam os representantes, digitalmente, mediante acesso com senha pessoal, conforme normas estabelecidas pela Legislação vigente.

Guarulhos, data da última assinatura digital (será considerado o próximo dia útil, caso a última assinatura ocorra em dia que não haja expediente no órgão ou entidade competente).

Secretário de Mobilidade Urbana

RAZÃO SOCIAL

Nome:

Cargo:

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARULHOS (Secretaria de Mobilidade Urbana)****CONTRATADO:****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº /2026****OBJETO: Elaboração de estudos técnicos, levantamentos de campo, sondagens, projetos básicos, projetos executivos e documentos técnicos correlatos destinados à requalificação do Corredor de Ônibus Pimentas e à implantação dos Terminais Urbanos Santa Helena Bonsucesso no Município de Guarulhos/SP.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a)** o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b)** poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c)** além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d)** as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e)** é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a)** O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b)** Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Guarulhos, data da última assinatura digital.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo: Secretário de Mobilidade Urbana

CPF:

Responsáveis que assinaram o ajuste:**Pelo CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo: Secretário de Mobilidade Urbana

CPF:

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo: Secretário de Mobilidade Urbana

CPF:

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEL POR PROCESSOS LICITATÓRIOS:

Nome:

Cargo: Subsecretário de Licitações e Contratos

CPF:

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Nome:

Cargo:

CPF:

(*) O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Estevam de Barros Ferrazzini, Chefe de Divisão Técnica**, em 20/03/2026, às 14:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4180006** e o código CRC **87CBDA4E**.

1124.2026/0002206-0

4180006v3

MINUTA